

Bruno de Araújo Mendes

O outro lado de cá  
Histórias e memórias de Cachoeira da Prata

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas – RJ, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Ângela de Castro Gomes

Rio de Janeiro  
Março de 2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fundação Getulio Vargas - RJ  
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC  
Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais – PPHBC  
Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Ângela de Castro Gomes – CPDOC/ FGV-RJ (Orientadora)

---

Prof. Verena Alberti – CPDOC/ FGV-RJ

---

Prof. José Sérgio Leite Lopes – Museu Nacional / UFRJ

Dedico essa dissertação à Phillys Pinky  
Mokatedi e família.

## **Agradecimentos**

Gostaria de começar os agradecimentos pela professora Ângela de Castro Gomes, que orientou e incentivou, com enorme dedicação, todo o processo de execução desse trabalho.

Agradeço a todos os professores do curso do mestrado profissionalizante, especialmente às professoras Verena Alberti, Marieta Ferreira e ao professor Américo Freire, que fizeram diversas e importantes sugestões no processo de elaboração do projeto.

Agradeço também ao professor José Sérgio Leite Lopes pelas ricas e marcantes observações feitas durante o exame de qualificação.

Agradeço aos meus pais, irmãos e à Cecília pela paciência e apoio incondicional que me deram nesses últimos dois anos.

Agradeço aos colegas da ONG Grão e à equipe do projeto *Ariranha, qual é o seu nome?* (Raquel, Gabras, Daniel Veloso, José Augusto, Maria José, Thiago e Valdirene) que contribuíram enormemente para que o projeto fosse executado com sucesso.

Agradeço aos funcionários da Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata e ao Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça por viabilizaram, financeira e institucionalmente, a realização do projeto *Ariranha, qual é o seu nome?*.

Agradeço aos meus colegas de turma e aos novos amigos cariocas, que me ajudaram a descobrir o quão maravilhoso o Rio de Janeiro pode ser.

Finalmente, gostaria de agradecer a todas aquelas pessoas que colaboraram com o seu depoimento e me acolheram tão bem em suas casas: Tita, Mercês, Peba, Fina, Lena, Adelma, Nonoca, Leopolda, Beatriz Padrão, Lourdes, Tia Nica, Tizé, Gentil, seu Geraldo Pereira, Ladim, Zizi, Sobim, seu Noé e Jairo Padrão. A todos vocês, muito obrigado.

## SUMÁRIO

---

<b>Resumo</b> .....	08
<b>Introdução</b> .....	09
<b>Capítulo 1 – A vila fabril de Cachoeira de Macacos</b> .....	14
1.1 - A região central de Minas Gerais e os inícios da industrialização têxtil: a Fábrica de tecidos de Cachoeira de Macacos .....	14
1.2 - A fundação da vila fabril de Cachoeira de Macacos .....	17
1.3 - O regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos .....	24
1.4 - Os lucros da fábrica nas primeiras décadas de funcionamento .....	28
1.5 - “Querendo ser moderno”: o pioneirismo industrial de Cachoeira de Macacos -	32
1.6 - Operários e demais moradores de Cachoeira de Macacos .....	42
1.7 - O “transbordamento” da vila e a emancipação municipal .....	51
<b>Capítulo 2 – Histórias e memórias do Coronel Américo Teixeira Guimarães</b> --	54
2.1 - Coronel e coronelismo em Cachoeira de Macacos .....	60
2.2 - Américo Teixeira: tempo de construir uma imagem .....	70
2.2.1 - Américo Teixeira: um herói industrial .....	71
2.2.2 - Coronel Américo Teixeira: um progressista sentimental .....	74
2.2.3 - Coronel Américo Teixeira: a última e autorizada palavra .....	80
2.3 - Coronel Américo, Doutor Cristiano e a imortalidade .....	90
<b>Capítulo 3 – Memórias da escravidão em Cachoeira da Prata</b> .....	95
3.1 - Nicolau Teixeira, um ex-escravo leal .....	99
3.2 - Nicolau Teixeira: terra e liberdade .....	108
3.3 - Nicolau: família e liberdade .....	115
<b>Capítulo 4 – As histórias e memórias da comunidade de Nicolau Teixeira: entre um projeto sócio-cultural e a pesquisa acadêmica</b> .....	127
4.1 - Nicolau Teixeira e seus descendentes em Cachoeira de Macacos .....	134
4.2 - A comunidade do Ariranha: “o outro lado de cá” .....	143
<b>Considerações finais</b> .....	158
<b>Referências e fontes primárias</b> .....	160

## ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS, IMAGENS E MAPAS

---

<b>Tabela</b>	<b>pg.</b>
Tabela I: Evolução do capital social e distribuição de dividendos entre 1886-1920 --	30
<b>Gráfico</b>	
Gráfico 1: Distribuição de dividendos da Fábrica de Cachoeira de Macacos -----	30
<b>Imagens</b>	
- Foto 1: Alguns dos acionistas da fábrica de tecidos Cachoeira de Macacos -----	19
- Foto 2: Vista da antiga fábrica de Cachoeira de Macacos -----	22
- Foto 3: Locomóvel -----	36
- Foto 4: Residência rua Magalhães Pinto, nº 126. Cachoeira da Prata -----	39
- Foto 5: Residência Praça Cirino Pereira, nº 61. Cachoeira da Prata -----	39
- Foto 6: Antigo Cine Teatro Ipiranga -----	39
-Foto 7: Antiga residência do Cel. Américo Teixeira Guimarães. Cach. da Prata -----	40
- Foto 8: Residência Praça Cirino Pereira, nº 71. Cachoeira da Prata -----	40
- Foto 9: Igreja Matriz de Sagrado Coração de Jesus. Cachoeira da Prata -----	40
- Foto 10: Operários da fábrica de Cachoeira de Macacos -----	43
- Foto 11: Fábrica e praça central da vila após processo de modernização -----	50
- Foto 12: Residência construída para operários da fábrica após modernização -----	50
- Foto 13: O ex- gerente Dr. Geraldo Pereira durante entrevista -----	65
- Foto 14: Vista da fábrica a partir da varanda da residência de Dr. Geraldo-----	65
- Foto 15: Fachada frontal da residência construída para o Cel. Américo -----	75
- Foto 16: Detalhe da platibanda da fachada frontal da casa do Cel. Américo -----	76
- Foto 17: Detalhe decorativo de alpendre da casa do Cel. Américo -----	76
- Foto 18: Locomóvel -----	77
- Foto19: Detalhe de inscrição “Américo” no locomóvel -----	77
- Foto 20: Fotografia do Cel. Américo Teixeira afixada na escola de Cachoeira de Macacos em 1926 -----	78

- Foto 21: Fotografia de Cel. Américo Teixeira afixada recentemente na Escola Estadual Cel Américo Teixeira Guimarães, município de Fortuna de Minas -----	78
- Foto 22: Placa de inauguração da ponte Cel. Américo Teixeira, Cach. Prata -----	90
- Foto 23 - Vista frontal de túmulos de Nicolau e Américo -----	94
- Foto 24 - Vista posterior de túmulos de Américo e Nicolau -----	94
- Foto 25: Detalhe de túmulo de Nicolau Teixeira -----	94
- Foto 26: Bem integrado ao túmulo de Américo -----	94
- Foto 27: Entrevista com seu Tizé -----	114
- Foto 28: Entrevista com Dona Fina -----	114
- Foto 29 e 30: Carteira de trabalho de José Teixeira Nicolau -----	123
- Foto 31: Entrevista com Adelma de Paula Teixeira -----	141
- Foto 32: Célis de Paula, bisneta de Nicolau Teixeira -----	141
- Foto 33: Preparação de entrevista com Gilda de Paula -----	142
- Foto 34: Maria das Mercês de Paula, bisneta de Nicolau Teixeira -----	142
- Foto 35: Entrevista com Uirton do Santos -----	144
- Foto 36: Detalhe do rosto de Gentil Teixeira, neto de Nicolau -----	144.
- Foto 37: José Nicolau e Bernardo Nicolau em casamento de uma sobrinha -----	147
- Foto 38: Noé Teixeira e neto -----	147
- Foto 39: Entrevista com Ana Costa -----	152
- Foto 40: Crianças que vivem na comunidade -----	152
- Foto 41 e 42: Jovem da comunidade com camisa do bloco de carnaval de 2006 ---	157



## RESUMO

---

O principal objetivo dessa dissertação é analisar, através de um estudo caso, como a questão do “preconceito intergrupar” pode ser percebida no desenvolvimento histórico de pequenos municípios brasileiros. Escolhendo a história da memória da cidade de Cachoeira da Prata como objeto central, buscamos discutir como ocorreu o processo de diferenciação social da pequena comunidade formada pelos descendentes do ex-escravo Nicolau Teixeira do restante da cidade.

Para tanto, dividimos a dissertação em duas partes. A primeira é formada pelos três primeiros capítulos, nos quais apresentamos a vila fabril de Cachoeira de Macacos como o cenário, no qual o cel. Américo Teixeira é identificado como o líder maior de um projeto de domínio político e industrial que deixou marcas duradouras na memória da população mais antiga da cidade. Nesse contexto, buscamos discutir como o fenômeno do pós-emancipação da escravidão se manifestou na localidade, analisando parte da trajetória de vida do ex-escravo Nicolau Teixeira, um leal apoiador do projeto político do cel. Américo, que se tornou, na primeira metade do século XX, o patriarca de uma comunidade criada nas imediações da antiga vila fabril.

Na segunda parte, composta exclusivamente pelo quarto capítulo, discutimos de maneira conjugada, a história da diferenciação social da comunidade e diferentes posicionamentos políticos e metodológicos que adotamos ao longo da pesquisa.

Após essa análise, concluímos que só é possível entender os meandros do processo que levou os descendentes de Nicolau Teixeira à condição de exclusão social após percebê-los como atores capazes de elaborar narrativas e representações que auxiliam a população de Cachoeira da Prata a conhecer um “outro lado” da história local.

**Palavras chaves:** Cachoeira da Prata, memória, história local, vila fabril, industrialização têxtil, coronelismo, pós-emancipação da escravidão, preconceito intergrupar, diferenciação social.

## ABSTRACT

---

The main objective of this thesis is to analyse through a study case how the issue of “intergrupar prejudice” can be identified in the historical development of small Brazilian municipalities. The central object chosen was Cachoeira da Prata town’s history of memory and it was searched to debate how the social differentiation process of the small community founded by the ex-slave Nicolau Teixeira took place in relation to the rest of the town.

Therefore, the thesis was divided into two parts. The first is formed by the first three chapters in which it is presented the industrial village of Cachoeira de Macacos as the scenario where Commander Américo Teixeira is identified as the major leader of a political and industrial domination project that left lengthy footprints in the memory of the town’s oldest population. In this context, it was searched to debate how the post-emancipation of slavery phenomena happened in the locality, analyzing part of the ex-slave Nicolau Teixeira life’s trajectory, a loyal supporter of the Commander Américo political project that became in mid 20<sup>th</sup> century the patricarch of a community founded in the vicinity of the old industrial village.

The second part, it is exclusively based on the fourth chapter in which is debated in a combined way the history of the social differentiation of the community and the different political and methodological positions that were adopted throughout the research.

Thereafter the analysis, it was concluded that is only possible to understand the process meanders that took Nicolau Teixeira’s descendents to the condition of social exclusion after they were identified as capable actors to elaborate representations and narratives that help the population of Cachoeira da Prata to know “another side” of the local history.

**Key-words:** Cachoeira da Prata, memory, local history, industrial village, textile industrialization, coronelism, post-emancipation of slavery, intergrupar prejudice, social differentiation.

## INTRODUÇÃO

---

O crescimento do número de pesquisas sobre a história de localidades e municípios em Minas Gerais, nos últimos dez anos, é bastante significativo. Associado a projetos de preservação de bens culturais, esse aumento da quantidade de pesquisas históricas deve-se, prioritariamente, aos incentivos que o governo estadual oferece, através da Lei estadual nº 13.803/00, àquelas prefeituras que participam do Programa de Municipalização das Políticas de Proteção do Patrimônio Cultural, gerido pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais / IEPHA-MG<sup>1</sup>.

Estimulados por esse programa, desenvolvemos, desde fevereiro de 2003, projetos com Prefeituras Municipais que interessadas em implantar uma política cultural local nos moldes do ICMS – Patrimônio Cultural, como ficou popularmente conhecido esse incentivo<sup>2</sup>. Nesses projetos, vivenciamos uma prática historiográfica na qual os temas da memória e da identidade cultural aparecem como objetos privilegiados, uma vez que esse tipo de trabalho coloca o historiador em contato direto com os bens materiais e imateriais que funcionam como suporte da memória de uma população e/ou de um município.

A possibilidade de desenvolver um bom trabalho no âmbito municipal requer, no entanto, certos investimentos financeiros e políticos, que nem sempre são encontrados da maneira que gostaríamos. Quando isso acontece, e quase sempre acontece, por muitas vezes somos levados a interromper os trabalhos ou mesmo a realizar pesquisas superficiais direcionadas apenas para o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos pelo IEPHA-MG.

Podemos dizer que esta dissertação de mestrado é fruto de uma experiência diferenciada, que se iniciou em dezembro de 2003 com a implantação da política de preservação do patrimônio cultural no município de Cachoeira da Prata e culminou no projeto *Ariranha, qual é o seu nome?*, realizado no segundo semestre de 2006.

---

<sup>1</sup> A afirmação de que número de pesquisas de histórias locais cresceu em Minas Gerais está fundamentada no expressivo aumento de inventários e dossiês de tombamentos de bens culturais enviados por municípios mineiros ao IEPHA-MG nos últimos dez anos. Somente em relação aos tombamentos municipais, o número de processos enviados, entre 1998 e 2007, chega a aproximadamente três mil. A lei que cria esse incentivo ficou conhecida em Minas Gerais como Lei *Robin Hood*. Para mais informações ver endereço eletrônico [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)

<sup>2</sup> Entre 2003 e 2007, desenvolvi projetos nos seguintes municípios: Cachoeira da Prata, Gouveia, Três Marias, Ritópolis, Monjolos, São Brás do Suaçuí, Presidente Juscelino, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito e Morro do Pilar.

Desenvolvido através de parceria da Ong Grão com a Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata<sup>3</sup>, esse projeto foi concebido como uma forma de trabalhar a questão do patrimônio cultural associada ao tema do preconceito racial. Para tanto, unimos a educação patrimonial e a metodologia da história oral, em uma iniciativa que visava promover uma ampla discussão sobre a história da comunidade formada pelos descendentes do ex-escravo Nicolau Teixeira que, atualmente, é conhecida pelo nome Ariranha e se encontra na zona urbana da cidade de Cachoeira da Prata.

Ao longo desse projeto, produzimos, entre outros materiais e atividades, um acervo de entrevistas que tratava tanto da história de vida dos depoentes como da história da comunidade. Foi exatamente a vontade de utilizar e divulgar esse acervo de depoimentos, que se encontra disponível para consulta pública na Biblioteca Municipal de Cachoeira da Prata, que nos levou a desenvolver essa pesquisa no Mestrado Profissional do CPDOC/FGV-RJ. Na realidade, nosso interesse pela história de Cachoeira da Prata foi crescendo na medida em que nos envolvíamos, pessoal e profissionalmente, com atores sociais e políticos locais, o que nos possibilitou identificar alguns traços característicos da memória que a população preserva de seu passado. Um dos traços mais marcantes é a referência de que a cidade foi, na primeira metade do século XX, um local de progresso que se destacou pelo pioneirismo industrial e cultural na região central de Minas Gerais. Apontados, por diversas fontes, como os dois mais significativos personagens da história local, o Coronel Américo Teixeira e a Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos destacam-se como os principais responsáveis por transformar uma área eminentemente rural em uma próspera vila fabril têxtil.

Podemos dizer, no entanto, que essa interpretação, que enfatiza o pioneirismo de atores da história local, não é exclusividade de Cachoeira da Prata. Isso porque, outras experiências de pesquisa em municípios mineiros nos mostram que a maior parte deles é portador de singularidades históricas que são projetadas localmente como símbolos de algum tipo de pioneirismo. Talvez tenha sido uma percepção similar a essa que fez João Guimarães Rosa escrever no conto “Minha Gente” que “ali, até uma criança, só de olhar ficava sabendo que a terra é redonda. E eu, que gosto de entusiasmar-me, proclamei: Minas Gerais... Minas principia de dentro para fora e do céu para o chão (...)”<sup>4</sup>. Em nossa interpretação, essa visão da história e da cultura local como “*algo que principia de*

---

<sup>3</sup> A Prefeitura teve o apoio financeiro do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

<sup>4</sup> Prossequindo a citação o escritor alargaria a idéia para todo o Brasil . “Santana ouviu e perguntou: Por que não diz: o Brasil? E era mesmo. Concordei”. ROSA, João Guimarães. Minha Gente. In *Sagarana*. Livraria José Olympio, RJ, 1976. p.180.

*dentro para fora*” é bastante instigante e possibilita que todas as localidades, municípios, estados ou países valorizem suas especificidades e se posicionem, independentemente de seu tamanho e/ou desenvolvimento econômico, como o “centro do mundo”, já que “principia de dentro para fora.”

Contudo, é possível dizer que essa mesma visão da originalidade histórica de uma população ou localidade, quando vista do ponto de vista nacional e/ou regional, pode servir para a elaboração de representações “verdadeiras” de cultura ou de identidade cultural. Por vezes, embasada em argumentos biológicos, ligados à noção de raça, ou em argumentos históricos, nos quais o passado é apresentado como uma verdade imutável<sup>5</sup>, essas concepções, que ficaram conhecidas nas ciências humanas pelo conceito de “etnocentrismo”, foram objeto de intensos debates na academia e nos movimentos sociais do século XX<sup>6</sup>.

Percebida em menor escala através da história de municípios e comunidades, essa concepção “essencialista” de cultura se expressa de diversas formas e nos permite pensar temas como a construção da cidadania, a exclusão social, o preconceito racial e cultural, entre outras questões que estão diretamente relacionadas à diferenciação social de grupos que convivem em um mesmo local.

A partir dessas análises, combater o etnocentrismo e desvendar a dinâmica de construção das identidades culturais passaram a ser percebidos como desafios éticos e políticos para diversos estudiosos das áreas de história e antropologia<sup>7</sup>. Nessa jornada, o reconhecimento da diferença, a relativização de concepções essencialistas de etnia e nacionalidade e o direito à proteção de todas as culturas se tornaram referências importantes não só nos debates acadêmicos como nas políticas públicas de alguns estados nacionais.

No estudo de caso que ora apresentamos, também nos envolvemos nesse amplo debate, buscando perceber como o problema do “preconceito intergrupar” pode ser analisado a partir da forma como a população de Cachoeira da Prata apresenta sua própria história. Para tanto, desenvolvemos um estudo que partiu das memórias que envolvem dois personagens, o industrial Américo Teixeira e o liberto Nicolau Teixeira,

---

<sup>5</sup> WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000. pp. 7-72.

<sup>6</sup> CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, Edusc, 2002.

<sup>7</sup> Idem. Cucho apresenta Franz Boas como o primeiro antropólogo a trabalhar com uma “concepção particularista de cultura” e a defender o “direito a estima e a proteção de todas as culturas”. Idem, p. 39-48.

para discutir como ocorreu o processo de diferenciação social da pequena comunidade formada pelos descendentes de Nicolau Teixeira na segunda metade do século XX. Essa escolha se deve ao fato de Américo e Nicolau, além de terem vivido uma longa história juntos, representarem a origem de diferentes grupos familiares e instituições que tiveram posição central na relação que se estabeleceu entre a comunidade e a cidade.

Utilizando a metodologia da história oral como principal ferramenta de pesquisa, elaboramos uma dissertação que está dividida em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos como a origem de Cachoeira da Prata está relacionada ao processo de industrialização têxtil na região central de Minas Gerais no final do século XIX. Nesse capítulo, buscamos identificar as principais características do regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos desde a sua fundação, em 1886, até a emancipação municipal, no início da década de 1960.

No segundo capítulo, analisamos fontes que narram a trajetória de vida de Américo Teixeira Guimarães e o processo de construção de seu domínio político e econômico na antiga Cachoeira de Macacos. A partir dessa análise, discutimos como sua atuação como chefe político local demarcou a memória da população mais antiga da cidade, propiciando, ao longo do tempo, a formulação de uma periodização do passado que denominamos como o “tempo do cel. Américo”. Um “tempo” que remete, simbólica e cronologicamente, à primeira metade do século XX e ao “período áureo” da vila fabril, quando a autoridade da fábrica chegou a seu nível mais alto de legitimidade.

No terceiro capítulo, buscamos, a partir da trajetória de vida de Nicolau Teixeira, perceber como a história local nos permite discutir o tema do pós-emancipação da escravidão na vila fabril. Analisando como a relação de Américo e Nicolau ficou retida na memória de nossos depoentes, pontuamos que o ex-escravo Nicolau Teixeira, mesmo após maio de 1888, contribuiu para que a superioridade moral e material de seu ex-senhor fosse cada vez mais legitimada na localidade, estabelecendo com Américo um pacto de lealdade que, além de lhe render um pedaço de terra, possibilitou que ele convivesse e se integrasse ao processo de proletarização fabril, embora de forma particular.

No quarto e conclusivo capítulo, nos voltamos para a discussão da relação conflituosa da comunidade de descendentes de Nicolau com a cidade de Cachoeira da Prata. Subsidiado pelos três primeiros capítulos, analisamos essa relação através da história do apelido “Aririnha”, expressão máxima do processo de estigmatização que a comunidade sofreu na segunda metade do século XX. Nesse capítulo, apresentamos,

também, os principais desafios por nós vivenciados ao longo da pesquisa, e como nossa abordagem em relação à história da comunidade foi se modificando ao longo do curso de mestrado.

Finalizando essa introdução, gostaríamos de enfatizar que acreditamos realmente que nosso estudo de caso pode propiciar, em médio e longo prazo, mudanças materiais e simbólicas que poderão beneficiar o grupo de descendentes de Nicolau. Um grupo que, apesar ter sido empurrado para uma condição de exclusão, foi e é capaz de construir narrativas e imagens próprias de si e da cidade que ajudou a formar.

Não buscamos, contudo, simplesmente “dar voz aos excluídos” ou adotar uma concepção polarizada entre memória oficial e memória dominada, mas problematizar os esforços de construção de memórias, historicizando-os e inserindo novos elementos no processo de formulação de novas memórias individuais e coletivas. Em suma, reconhecemos que as memórias dos habitantes de Cachoeira da Prata, ou mesmo do reduzido grupo de descendentes de Nicolau Teixeira, são fragmentadas e, desta forma, devem ser analisadas.

Uma vez feita essa constatação, vale dizer que o principal sentimento que guiou nosso trabalho foi a solidariedade aos descendentes de Nicolau e que a tentativa de melhor entender suas memórias e escrever parte de suas histórias é, em última instância, um esforço para perceber a cidade, como um todo, por uma perspectiva alternativa àquela que exclui e nega suas diferenças.

## Capítulo 1 – A vila fabril de Cachoeira de Macacos

### 1.1 - A região central de Minas Gerais e os inícios da industrialização têxtil: a fábrica de tecidos de Cachoeira de Macacos

O surgimento de indústrias têxteis na província de Minas Gerais ocorreu em meados do século XIX e desempenhou um papel pioneiro no processo de industrialização da produção manufatureira. Marcado por fábricas estabelecidas com maquinário de origem europeia e norte-americana em locais predominantemente rurais e próximos a quedas de água das quais era retirada a força motriz para movimentação das máquinas, o processo de industrialização da manufatura têxtil mineira tem como importante marco histórico a criação da Fábrica de Tecidos do Cedro, no distrito de Taboleiro Grande, município de Sete Lagoas<sup>8</sup>.

Localizada na região central de Minas Gerais, essa empresa é considerada o primeiro empreendimento industrial têxtil bem-sucedido da província, revelando-se, posteriormente, como a principal fonte de inspiração para a instalação de diversas outras fábricas no final do século XIX e início do século XX<sup>9</sup>.

No contexto nacional, segundo Stanley Stein, o período que vai de 1840 a 1892 corresponde ao estágio de formação da indústria têxtil, sendo que, ao seu final, a maioria das fábricas brasileiras estava concentrada no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em 1885, Minas Gerais seria a província com o maior número de fábricas do país, com um total de 13 unidades<sup>10</sup>. Em sua maioria, as fábricas mineiras eram empreendimentos de pequeno porte se comparados às empresas do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>11</sup>. Ainda assim, as fábricas têxteis mineiras impulsionaram grandes transformações tecnológicas, sócio-econômicas e demográficas nas regiões em que se estabeleceram. É o caso da região central de Minas, no início do século XX, onde, nos municípios de Santa Luzia, Sete Lagoas e Curvelo, havia sete indústrias têxteis que formavam o principal centro fabril do estado. A viabilização desse “parque industrial” regional, segundo Rodolpho Jacob, pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais: a facilidade para aquisição de matéria-prima, a abundância de quedas d’água, a

---

<sup>8</sup> GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento, disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p.15.

<sup>9</sup> GIROLETTI, D. Op.cit.,1991. p.15.

<sup>10</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.p.36.

<sup>11</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.230.

chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil e a formação de uma elite local de industriais que se especializou no setor têxtil<sup>12</sup>.

Sobre a matéria-prima, cabe destacar que o cultivo do algodão em Minas Gerais estava disperso por várias regiões da província e desempenhou um importante papel na economia mineira do século XIX, sendo cultivado tanto para a exportação<sup>13</sup> quanto para a produção doméstica de panos<sup>14</sup>.

Em relação à abundância de quedas e cursos de água e sua utilização como força motriz na indústria, podemos dizer, que esse potencial foi utilizado desde os tempos remotos da ocupação das Minas. No entanto, especificamente na indústria, a energia hidráulica foi primeiramente utilizada em pequenas siderurgias, transformando-se, posteriormente em uma das principais alternativas energéticas para a instalação das primeiras fábricas têxteis na província<sup>15</sup>.

No que tange os meios de transporte, a Estrada de Ferro Central do Brasil chegou ao município de Santa Luzia em 1893, ao de Sete Lagoas em 1896, e à estação de Curvelo em 1904, o que indica que a instalação das primeiras fábricas têxteis da região foi anterior a esse advento<sup>16</sup>. A partir dessa evidência, poderíamos concluir que a ferrovia não foi condição fundamental para a instalação das mesmas. No entanto, se em um primeiro momento esse setor industrial não dependia diretamente da ferrovia, é inegável que a Linha do Centro, como ficou conhecido o eixo ferroviário que cruzava a região, foi fator crucial para a sustentabilidade e a ampliação dessas companhias. Esse advento oferecia um novo e permanente canal de acesso para importação de

---

<sup>12</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C., 1911.p.273.

<sup>13</sup> A exportação de algodão foi bastante impulsionada na década de 1860, durante a Guerra de Secessão, quando a produção de algodão norte-americana ficou comprometida e o algodão produzido no Brasil passou a abastecer as indústrias têxteis européias. No início da década de 1870, os Estados Unidos recuperam a liderança nas exportações, o que resultou na abundância do produto para o mercado interno. MAGALHÃES, Cristiane Maria. *Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1867 -1930)*. Belo Horizonte: UFMG. 2006. p. 21. (Dissertação de Mestrado)

<sup>14</sup> LIBBY, D. C. Op.cit., p. 195.

<sup>15</sup> LIBBY. D.C.Idem, p. 214. Um elemento que não deve ser esquecido é que, mesmo com a abundância dessas quedas e cursos de água, a questão energética foi um grande problema para as indústrias têxteis, principalmente nos períodos de seca ou nos momentos de expansão do maquinário. Podemos dizer que, de modo geral, a solução para esse problema foi a combinação da energia hidráulica, posteriormente hidrelétrica, com a energia à vapor gerada por caldeiras abastecidas por combustível vegetal. Para mais informações ver GIROLLETTI. D. Idem, p.42.

<sup>16</sup> Na realidade, desde as primeiras fábricas, o transporte do maquinário era feito em parte pela ferrovia e, de seu ponto final até o local de instalação da fábrica, por carros de boi. Esse é o exemplo da fábrica de Cachoeira de Macacos, fundada em 1886, no município de Sete Lagoas. FREITAS, Eloy Augusto. *Cachoeira do Macacos – o sonho de um pioneiro*. Edição em homenagem a Eloy de Freitas, Brasília,1995. p.29.



maquinários e para exportação de tecidos, uma vez que o número de fábricas têxteis cresceu enormemente no final do século XIX e início do século XX<sup>17</sup>.

Finalmente, em relação à elite industrial local, nos referimos à formação de grupos de industriais que acumularam “capacidade de investimento” e conhecimentos a partir das experiências de fundação das primeiras indústrias têxteis e passaram a investir regularmente neste mercado, desencadeando um processo de criação de diversas outras fábricas que tiveram seu capital inicial formado com os lucros obtidos na própria indústria têxtil<sup>18</sup>.

Neste sentido, dois grupos principais de industriais têxteis se destacaram na região central de Minas Gerais. O primeiro esteve ligado à fundação e à gestão da Companhia Cedro Cachoeira e o segundo fazia parte do grupo de acionistas fundadores da fábrica de Cachoeira de Macacos. As trajetórias de investimentos dos empresários que estiveram envolvidos nessas duas empresas expressam, em grande parte, os contornos do processo de formação do parque industrial têxtil do centro de Minas, pois todas as sete fábricas ali localizadas no início do século XX pertenciam aos principais sócios dessas duas companhias, sendo que uma delas foi criada em conjunto por sócios das duas empresas<sup>19</sup>.

Não há dúvida de que os empresários da família Mascarenhas, que controlavam a Companhia Cedro Cachoeira, eram os maiores empreendedores da região. Nesse sentido, o pioneirismo e a influência desse grupo nos faz pensar que a fundação da fábrica têxtil de Cachoeira de Macacos somente foi possível porque existia o exemplo concreto da Companhia Cedro Cachoeira.

Na memória da população local, são recorrentes as narrativas que apontam que foi a partir de uma visita à fábrica do Cedro que Américo Teixeira Guimarães teve a

---

<sup>17</sup> Entre 1885 e 1908, o número de fábricas têxteis cresceu aproximadamente 230%. MAGALHÃES, C. G. Op.cit., p. 35.

<sup>18</sup> BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Empresário brasileiro: um estudo comparativo*. IBMEC- MG. 2004. Disponível em <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp11.pdf>. Acessado em em 15 de abril de 2007.

<sup>19</sup> Através do confronto de nossas fontes com os resultados apresentados no estudo comparativo de Sérgio Birchal, identificamos quais foram os empreendimentos criados por esses dois grupos no final do século XIX. Na região compreendida pelos municípios de Curvelo, Sete Lagoas e Santa Luzia, a família Mascarenhas foi responsável pela criação das seguintes fábricas: Cedro, Cachoeira, São Sebastião e São Vicente. Os fundadores de Cachoeira de Macacos, por sua vez, foram responsáveis pela criação das fábricas de Cachoeira de Macacos, Cachoeira Grande e Melancias. Esses dois grupos foram responsáveis por diversos outros empreendimentos em diferentes segmentos industriais em outros lugares de Minas Gerais. Ainda nas primeiras décadas da industrialização têxtil, o grupo da Cachoeira de Macacos fez novos empreendimentos nas cidades de Pará de Minas, Itaúna e Belo Horizonte. Para mais informações ver BIRCHAL, S. O. Op.cit., 2004. e FREITAS, E.A Op.cit., 1995.

inspiração para idealizar a fábrica têxtil de Cachoeira de Macacos, em 1886<sup>20</sup>. Na prática, as relações entre esses dois grupos de industriais foi bastante duradoura, haja ver que, essas indústrias fizeram, ao longo de sua história, diversos acordos comerciais envolvendo a compra conjugada de matéria-prima e de recursos energéticos<sup>21</sup>.

Essa relação também foi evidenciada por Domingos Giroletti, que, no livro *Fábrica, convento e disciplina*, cita, por mais de uma vez, correspondências que comprovam a prática de trocar informações e experiências entre os dirigentes das duas empresas<sup>22</sup>. Esses dados, em nossa interpretação, demonstram que tanto a fundação, como a consolidação da Companhia Têxtil de Cachoeira de Macacos esteve associada às experiências da Cedro Cachoeira, ficando evidente a importância de percebermos o processo de constituição da fábrica e da vila de Cachoeira de Macacos a partir de uma perspectiva regional, na qual a formação de uma “rede empresarial nativa” era uma influência marcante.

## 1.2 - A fundação da vila fabril de Cachoeira de Macacos<sup>23</sup>

Em 1886 foi fundada a Sociedade de Fiação e Tecidos Cachoeira de Macacos, indústria têxtil algodoeira instalada em Inhaúma, distrito de Sete Lagoas, a época considera região central de Minas Gerais. Sediada ao lado do ribeirão Macacos, em terrenos de uma pequena propriedade que confrontava com a fazenda Riacho Fundo, o

---

<sup>20</sup> FREITAS, E. A. Op.cit., p.11-17.

<sup>21</sup> Um desses acordos pode ser evidenciado por uma correspondência enviada pelo gerente da Companhia Cedro Cachoeira, Theophilo Marques Ferreira, em 1893, à Américo Teixeira Guimarães propondo reformulações no acordo firmado entre eles para a compra de algodão na região. NOGUEIRA, Flávio Roscoe. *Industrialização têxtil em Minas Gerais no século XIX estudo de caso [monografia]: Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos*. Belo Horizonte: UFMG,2001.p.35. (monografia). Em relação aos recursos energéticos, segundo Geraldo Pereira da Rocha, antigo gerente da Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos, em meados do século XX, antes da construção da barragem de Três Marias, uma hidrelétrica instalada pela Cedro Cachoeira na Serra do Cipó foi uma das principais fornecedoras de energia para sua concorrente de Cachoeira de Macacos. ROCHA, Geraldo Pereira. *Geraldo Pereira da Rocha (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.13.

<sup>22</sup> GIROLLETTI, D. Op.cit., p.37.

<sup>23</sup> Existem diferentes referências em relação ao nome da localidade. Os documentos mais antigos referem-se à localidade como Cachoeira de Macacos, nome utilizado também na primeira razão social da companhia: “Sociedade de Fiação e Tecidos *Cachoeira de Macacos*”. Em 1916, a companhia passou a chamar-se Companhia Têxtil Cachoeira dos Macacos, o que se reflete na forma de identificar a localidade apresentada em documentos posteriores a essa data. Em 1962, a cidade foi emancipada com o nome de Cachoeira do Macacos, uma referência que estava diretamente relacionada ao ribeirão Macacos, o que explica a utilização da preposição e do artigo definido (de + o) no singular. Finalmente, em 1975, a cidade passou a se chamar Cachoeira da Prata. Optamos por utilizar na dissertação o nome mais antigo da localidade, Cachoeira de Macacos, sempre que nos referirmos à antiga vila fabril, e o nome Cachoeira da Prata para se referir ao município e a cidade na atualidade.

capital inicial da empresa era diminuto e somava 150 contos de réis, conseguidos a partir da venda de ações para moradores da região de Inhaúma<sup>24</sup>.

A primeira diretoria eleita pelos acionistas foi formada por Jerônimo Francisco França e João da Mata Teixeira. Entre 1886 e 1887, através da venda de novas ações, o capital da empresa foi dobrado e, em julho de 1887, foi nomeado o primeiro gerente da companhia: Américo Teixeira Guimarães. Na transcrição feita por Eloy de Freitas da ata de fundação consta que assinaram ou foram representados por procuração, vinte e cinco sócios, entre eles duas mulheres e um padre<sup>25</sup>. No entanto, Flávio Nogueira, baseado em documentos pesquisados no arquivo da empresa, aponta que participaram de sua fundação 42 sócios, sendo que 28 deles, detentores de 78,12% das ações, tinham alguma relação de parentesco com o gerente Américo Teixeira. O principal investidor do empreendimento, João da Mata Teixeira, era seu próprio pai que, no início da década de 1890, possuía 20% das ações<sup>26</sup>. Apesar de ser de uma família de fazendeiros da região, o enriquecimento de João da Mata não é atribuído por antigos moradores da localidade à sua ascendência familiar, mas ao seu segundo casamento, uma vez que ele teria utilizado as posses de sua segunda esposa para investir no comércio de gado e, a partir daí, acumulado riquezas que possibilitaram a ele ser o principal acionista da companhia<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> FREITAS, E. A. *Idem*, p.19-24.

<sup>25</sup> FREITAS, E. A. *Idem*, p.22.

<sup>26</sup> NOGUEIRA, F. R. *Op.cit.*, 2001. 7-12. Devemos mencionar que um manuscrito denominado *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos 1886-1967*, foto-copiado para nós por um funcionário da Companhia Cachoeira Velonorte S/A, aponta que João da Mata Teixeira seria o detentor de setenta e nove por cento do capital inicial de fundação da empresa. Como a fábrica não nos permitiu pesquisar em seus arquivos históricos, optamos por adotar as indicações de Nogueira no que se refere à distribuição das ações entre os sócios, o que não significa dizer que descartamos as informações encontradas no citado documento. Na realidade, utilizamos esse documento principalmente para analisar os lucros da empresa nas três primeiras décadas de funcionamento, algo que, também, foi feito por Nogueira. Ainda sobre esse documento, cabe ressaltar que, apesar de não haver indicações de autoria e data no mesmo, segundo Nogueira, ele foi produzido pelo diretor da companhia Rubens Vaz de Mello em 1967.

COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos 1886 – 1967*. Autor desconhecido, sem data. Arquivo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A. p. 4.

<sup>27</sup> PADRÃO, Jairo. *Jairo Padrão (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 26/04/2007. MD 16 – Entrevista n. 04 (não transcrito). Depoimento concedido em conjunto com Maria Beatriz Padrão. Segundo Nogueira, João da Mata foi também o principal credor da empresa, recebendo, nas primeiras décadas do século XX, somas significativas de dinheiro decorrente dos juros pagos pelos recursos emprestados à mesma. NOGUEIRA, F. R. *Op.cit.*, 2001.



Foto 1: Alguns do acionistas da fábrica de tecidos Cachoeira de Macacos.  
Sem data – Acervo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A.

Apesar da grande contribuição financeira e de fazer parte da primeira diretoria da empresa, esse personagem, que iria ficar conhecido como Capitão João da Mata, ocupa um papel coadjuvante nas narrativas orais e escritas que reconstroem a fundação e a consolidação da vila fabril de Cachoeira de Macacos, pois o papel de personagem central em praticamente todas as narrativas que contam a história local é exercido por seu filho, Américo Teixeira Guimarães, mais tarde Coronel Américo, sobre o qual dedicaremos todo o segundo capítulo dessa dissertação.

No único livro publicado exclusivamente sobre a história de Cachoeira da Prata, *Cachoeira de Macacos. O sonho de um pioneiro*, o autor, Eloy de Freitas, deixa evidente a importância central que a figura de Américo Teixeira tem na idealização e na construção da fábrica em Cachoeira de Macacos. A percepção da centralidade desse personagem é reforçada ainda por diversos outros documentos - escritos, orais ou iconográficos - que explicitam como a história local é reconstruída como uma manifestação de suas intenções individuais. Citaremos ao longo do texto alguns desses documentos. Por ora, cabe ressaltar que o título do livro do memorialista Eloy,

*Cachoeira de Macacos - O sonho de um pioneiro*, expressa bem a percepção da importância central de Américo Teixeira Guimarães para a história local.<sup>28</sup>

Na realidade, mais do que se projetar como o principal personagem da história de Cachoeira de Macacos, Américo Teixeira, ao desempenhar o cargo de gerente da companhia entre 1887 e 1913, se tornou o representante maior de uma tradição de gestão da fábrica e da sua vila operária. Nessa tradição, o “gerente” é reconhecido como o “mandatário geral” da localidade, responsável por questões administrativas, técnicas, trabalhistas, assim como pela infra-estrutura de serviços, seleção de operários, solução de desavenças pessoais, entre outros elementos do cotidiano da vila fabril<sup>29</sup>.

Uma das primeiras responsabilidades que coube ao gerente Américo Teixeira foi coordenar a construção da infra-estrutura da vila fabril e acompanhar o processo de importação de todo o maquinário necessário para o funcionamento da fábrica. Segundo Freitas, através da iniciativa do próprio Américo Teixeira, que, adquirindo “dicionários português/inglês e escrevendo para a Inglaterra, expondo suas pretensões e consultando sobre as possibilidades de comprar as máquinas necessárias ao início de uma fábrica de tecidos”<sup>30</sup>, o agente inglês Robert L. Kerr foi contatado como o representante dos fabricantes ingleses de teares no Brasil, sendo, por intermédio dele, adquirido todo o maquinário. Um documento secundário aponta que, ao longo desse processo, um técnico inglês foi contratado para fazer a montagem do maquinário e que, por desavenças pessoais com Américo Teixeira, não chegou a terminar os serviços para o qual foi trazido até Cachoeira de Macacos<sup>31</sup>. Não podemos afirmar que esse documento expressa o que realmente aconteceu naquele momento, no entanto é possível dizer que desde o início da construção da fábrica havia a idéia de que todos os trabalhadores envolvidos na produção

---

<sup>28</sup> FREITAS, E. A. Op.cit., 1995. Eloy de Freitas nasceu em 1909 e morou a maior parte de sua vida em Cachoeira de Macacos. Trabalhou, por muitos anos, na fábrica exercendo diversas funções, chegando ao posto de “guarda livro” na década de 1960 e se aposentando como contador na década de 1980. Suas memórias escritas foram encontradas, transcritas e publicadas por iniciativa de seus filhos após a sua morte em 1995. Ao analisá-las, percebemos que Eloy era um “partidário” da atuação da fábrica em Cachoeira de Macacos, nutrindo uma forte admiração por alguns de seus dirigentes e operários, especialmente pelo cel. Américo Teixeira.

<sup>29</sup> Em diversos depoimentos percebemos como o cargo de gerente tornou-se uma referência central na gestão da fábrica e da vila. Destaca-se o relato de Doutor Geraldo Pereira que foi gerente em meados do século XX. ROCHA, G.P. Idem, 2006.

<sup>30</sup> FREITAS, E. A. Op.cit., p.23.

<sup>31</sup> Essa referência foi encontrada em uma reportagem publicada no Jornal *Estado de Minas* em 05 de maio de 1963. Nela, o jornalista Frederico Morais menciona que “(...)para instalar as máquinas veio um técnico meio inglês. Mas o Cel. Américo logo se desentendeu com ele, montando sozinho a fábrica(...)”.MORAIS, Frederico. Eles construíram Minas: Américo Teixeira e a revolução industrial de Cachoeira de Macacos. In: *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte. 05 de maio de 1963. Terceira-seção, p.1.

fábrica fossem “nacionais”, como explicitado em carta enviada pelos diretores da companhia ao governador de Minas Gerais em agosto de 1887<sup>32</sup>.

Em 1888, o empreendimento, já em funcionamento, possuía em torno de 100 teares com capacidade de produção de 1.200.000 metros<sup>33</sup>. Inicialmente, a força motriz utilizada para a movimentação das máquinas era adquirida a partir do desnível de um canal que levava água de uma barragem feita com sacos de areia no ribeirão Macacos até a fábrica. A maior parte do algodão utilizado como matéria-prima desde a fundação da fábrica era adquirida na própria região central de Minas, sendo que alguns dos próprios acionistas eram fazendeiros que se tornaram fornecedores de algodão para fábrica<sup>34</sup>. A venda de tecidos, assim como a compra do algodão, era feita, através de tropeiros e carroceiros, que atendiam o mercado interno. A inexistência de estradas de rodagem e pontes sobre os cursos de água da região era um dos principais empecilhos para a ampliação da produção e da venda dos tecidos, sobretudo nos períodos de chuva.

No ano de 1893, seis anos após sua fundação, a fábrica, que mantinha permanentemente uma barca para cruzar algodão e demais mercadorias sobre o rio Paraopeba, construiu a primeira ponte sobre o ribeirão Macacos<sup>35</sup>. A estrada de rodagem que ligava Cachoeira de Macacos à sede urbana municipal de Sete Lagoas, foi construída por volta de 1905<sup>36</sup> e, ainda assim, o trajeto de ida e volta durava em torno de três dias<sup>37</sup>, o que significa dizer que o isolamento da vila fabril era uma realidade que comprometia tanto a produção da fábrica como o cotidiano da população.

A partir do balanço de ativos e passivos apresentado aos acionistas em 1893, podemos identificar alguns aspectos relacionados à infra-estrutura da companhia, que contava com uma farmácia, duas casas de negócios (uma para os operários e outra em construção), um hotel, animais, uma barca no rio Paraopeba, além de ter 13,5% do capital social de 600 contos de réis empregado em gastos gerais da fábrica, 21% em propriedades não discriminadas, 36 % no “maquinismo”, 6,5% em estoque de algodão em caroço e 51% em dívidas a serem recebidas<sup>38</sup>.

---

<sup>32</sup> Arquivo Público Mineiro. Fundo Seção de Governo. Notação: SG- 31. 25/08/1887

<sup>33</sup> LIBBY, D.C. Op.cit., p. 232.

<sup>34</sup> NOGUEIRA, F. R. Op.Cit., 2001, p.7-11. Segundo o antigo gerente Geraldo Pereira da Rocha, os atuais municípios de Pitangui, Pompéu e Abaeté estavam entre aqueles que mais forneciam algodão para a fábrica na primeira metade do século XX. ROCHA, G. P. Op.cit., p. 34.

<sup>35</sup> COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. “Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária” In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 7. abril de 1894. p. 170-171.

<sup>36</sup> DRUMMOND, Joaquim Dias. *O passado compassado de Sete Lagoas*. Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 1977. p.36.

<sup>37</sup> FREITAS, E. A. Op.cit., p.53.

<sup>38</sup> COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. Op.cit., 1894. p. 170-171.



Foto 2: Vista da antiga fábrica de Cachoeira de Macacos  
Sem data. Acervo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A.

Apesar desse relatório não detalhar como eram o maquinismo e as propriedades, ou o que estava incluído nos “gastos gerais” e “nas dívidas a serem recebidas”, é possível interpretar, entre outros elementos, que a gestão da companhia estava totalmente imbricada com a gestão de toda vila fabril. Ou seja, ao lado da atividade têxtil propriamente dita, estavam todos os serviços necessários para a manutenção desse incipiente aglomerado urbano. Dessa forma, o lucro ou o déficit proveniente da atividade industrial têxtil estava associado aos possíveis lucros ou déficits advindos do comércio implantado na localidade, da farmácia e da manutenção da infra-estrutura da vila, como um todo.

Um exemplo bastante elucidativo dessa dinâmica refere-se ao funcionamento do armazém mantido pela companhia para servir aos operários nas primeiras décadas do século XX. Conhecido como “Armazém do seu Chico Moreira”, que era um dos acionistas que havia arrendado os direitos de sua utilização, neste comércio a companhia mantinha uma caderneta para que os operários pudessem anotar as suas compras e pagá-las no dia 10 do mês seguinte. Segundo Eloy de Freitas, que foi contador da fábrica durante muitos anos, “esse sistema facilitava para que a companhia ficasse ciente do movimento geral de cada família(...)”<sup>39</sup> e, assim, pudesse prever como seriam as vendas e as compras dos operários, adequando-as aos próprios resultados da empresa. Em outras

---

<sup>39</sup> FREITAS, E. A. Op.cit.,p.63.

palavras, a empresa tinha conhecimento tanto do volume geral de dinheiro que iria circular em determinada época, como da disponibilidade financeira de cada família. Dessa forma, poderia controlar as vendas de mantimentos aos operários de forma a minimizar os seus déficits em tempos de crise e aumentar os lucros em tempos de bons rendimentos. Dois relatos, que descrevem como era o funcionamento do comércio de mantimentos na vila, foram feitos por antigos moradores da cidade. Ambos dizem que não vivenciaram essa realidade, mas tomaram conhecimento dela através de histórias contadas por seus tios, o que significa dizer que os casos por eles relatados referem-se mais a uma “memória indireta” e à constituição de um imaginário que representa os “tempos antigos” da vida na localidade, do que a uma narrativa histórica fundada em informações “controladas” por pares.

Um dos depoentes que nos contou sobre esse passado mais antigo da vila é José Teixeira de Paula, que nasceu em 1922 e foi funcionário da fábrica de tecidos por 26 anos. Segundo ele,

(...) os negociantes, se (você) tivesse devendo, eles é que marcavam o tanto que você ia comprar. Às vezes você queria comprar os trem de comer, que dava para o mês inteiro, né? Ai não, eles falava assim: “Você vai levar só essa quantidade aqui.” Quando chegava no fim do mês aqueles trem acabavam e o nego ficava doido (...) <sup>40</sup>

Outra antiga funcionária da fábrica, Beatriz Padrão, que nasceu em Cachoeira de Macacos em 1932, nos relatou que um de seus tios costumava dizer que a única “espécie de revolta” dos operários que aconteceu em toda a história local foi ocasionada porque o armazém parou de fornecer produtos na caderneta, quando a fábrica passou por uma crise na qual os operários ficaram três meses sem receber seu pagamento <sup>41</sup>.

Em ambos os casos, é possível perceber que a gestão da fábrica estava integrada a uma gestão mais ampla do incipiente aglomerado urbano que se formava à sua volta como uma vila operária. Esse aglomerado, na primeira década do século XX, possuía em torno de 600 pessoas, dos quais 224 eram operários da companhia <sup>42</sup> e representavam um

---

<sup>40</sup> PAULA, José Teixeira. *José Teixeira de Paula (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006. p.31

<sup>41</sup> PADRÃO, Maria Beatriz. *Maria Beatriz Padrão (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 25/03/2007. MD 01 – Entrevista n. 04 (não transcrito) Depoimento concedido em conjunto com Jairo Padrão. Não sabemos ao certo quando ocorreu essa “revolta”, mas acreditamos que ela tenha acontecido nos últimos anos do século XIX, pois esse foi um período de forte crise para a companhia. Analisaremos essa revolta de maneira mais detalhada no próximo capítulo.

<sup>42</sup> Jacob. R. Op.cit.,p. 269.



termômetro sobre a possibilidade de obtenção de lucros e de déficits nos negócios da empresa.

### **1.3 - O regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos**

Como já mencionamos, a industrialização têxtil de Minas Gerais do final do século XIX ocorreu, em grande parte, vinculada à criação de vilas fabris em áreas predominantemente rurais próximas a quedas de água. Neste modelo, o empreendimento da fábrica estaria necessariamente associado à constituição de uma vila para moradia de seus trabalhadores e dirigentes.

A forma de produção “fábrica com vila operária” pode ser identificada no processo de industrialização de vários locais do mundo. No Brasil, uma vasta literatura analisa esse modelo de empreendimento industrial, que surgiu em meados do século XIX e ganhou grande impulso na primeira metade do século XX. José Sergio Leite Lopes destaca-se na historiografia brasileira como um dos pesquisadores que mais se aprofundou no tema ao analisar como esse modelo se manifestou em diferentes segmentos produtivos<sup>43</sup>.

Segundo Lopes, a noção de “fábrica com vila operária” seria delineada pelas seguintes características: formação de um operariado de origem rural, concentração de poderes de propriedade territorial e dos meios de produção nas mãos do capitalista, “governo local de fato” sobrepondo-se à autoridade pública, e trajetória de “transbordamento” em um bairro ou cidade industrial, ou inversamente na sua “desindustrialização”. Esses atributos fariam com que o controle direto exercido pela direção da fábrica sobre os trabalhadores ultrapassasse os espaços de produção e se manifestasse na vida cotidiana e privada dos operários<sup>44</sup>.

A partir de um estudo aprofundado da vila operária que se formou em torno da Companhia de Tecidos Paulista, localizada a quinze quilômetros de Recife, capital de Pernambuco, esse autor identificou o “sistema Paulista” de produção, que seria uma variante do regime de dominação “fábrica com vila operária”. Nesse sistema, o controle da produção fabril, da moradia, da produção agrícola e da circulação mercantil, juntamente com a responsabilidade de oferecer serviços de saúde, lazer e cultura,

---

<sup>43</sup> Os principais segmentos analisados por Lopes foram as usinas açucareiras e a indústria têxtil. LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988. p.20.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.18.

conferem à administração da companhia a possibilidade de exercer o “governo local de fato”<sup>45</sup>.

Ao discutir a implantação desse sistema de controle e as contradições de sua lógica interna, Lopes percebe, especialmente a partir das entrevistas com antigos operários, como uma análise conjugada da trajetória e das representações do “sistema Paulista” pode “romper com a linearidade cronológica (...) da gênese e da implantação do *sistema Paulista*(...)” e revelar que os grupos sociais submetidos à esse sistema foram capazes de construir uma identidade cultural própria<sup>46</sup>.

Apesar das enormes diferenças entre a vila operária de Paulista, que chegou a contar com 6.000 casas na década de 1950, e a vila operária de Cachoeira de Macacos, que possuía apenas 110 residências na mesma época, podemos dizer que a análise feita por Lopes nos serve como uma importante referência empírica e metodológica. Isso porque, além de constatarmos que em Cachoeira de Macacos todas as características que delineiam o modelo “fábrica com vila operária” estão presentes, nossa metodologia de pesquisa se aproxima da proposta de análise de Lopes por elegermos as representações da memória de antigos moradores de Cachoeira da Prata como um objeto tão relevante quanto a trajetória de desenvolvimento histórico do sistema de controle implantado na vila operária por nós estudada.

Dessa forma, acreditamos que as dimensões e sistema de funcionamento de Cachoeira de Macacos nos permitem perceber especificidades locais que se refletiram tanto no regime de funcionamento da vila fabril como na forma como a população local vai constituir suas principais referências culturais e memoriais.

Para compreender essas peculiaridades, acreditamos ser importante analisar, através de bibliografia, outros casos de “fábrica com vila operária” com características similares à de Cachoeira de Macacos. Neste sentido, Cristiane Maria Magalhães, que escreveu dissertação de mestrado sobre a história da Companhia Têxtil União Itabirana, localizada no município de Itabira, aponta que, na fábrica têxtil de Itabira “o núcleo fabril compreendia, num mesmo espaço físico, as edificações que compunham a fábrica, o sobrado do gerente (...) e não apenas as residências dos operários, que normalmente constituíam as vilas operárias, apesar de essas residências também comporem o referido núcleo.”<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> Ibidem, p.21.

<sup>46</sup> Ibidem, p.23.

<sup>47</sup> MAGALHÃES, C. M. Op.cit.,p. 106.

Cachoeira de Macacos possuía uma configuração que se aproxima da apresentada por essa autora, o que nos faz pensar que a noção de “núcleo fabril” pode ser bastante útil para nossa pesquisa e para estudos comparativos com outras fábricas mineiras localizadas em zonas eminentemente rurais.

Além dessas referências teóricas que nos auxiliam a caracterizar o regime de funcionamento de Cachoeira de Macacos, categorias nativas selecionadas entre os depoimentos coletados podem servir para entender as instituições locais a partir de uma lógica interna, estabelecida por décadas de vivência. Uma das vivências que melhor representa como os moradores locais interpretavam e conviviam com o regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos era o toque de recolher, que soava todas as noites, às nove horas, quando o “rondeiro” começava a circular pela localidade para vigiar se havia pessoas fora de suas casas. José Teixeira de Paula, conhecido localmente como seu Tizé, refere-se a esse elemento da seguinte forma:

Aqui, antigamente, deu nove horas da noite, tinha que está dentro de casa. Era a lei, aqui não era cidade, não era cidade não. Depois de muitos anos que passou a cidade. Se alguém estava andando até dez horas da noite, o rondeiro (...) queria saber o que houve? O que aconteceu em casa? Por que estava andando àquela hora na rua? Era uma escravidão, meu Deus.”<sup>48</sup>

Seu Geraldo Nogueira, apesar de nunca ter trabalhado na fábrica, nasceu e viveu toda sua vida na localidade e também se refere com grande ênfase à “instituição” do toque de recolher.

(...) As casas eram todas deles (da fábrica). Aqui era um regime, um trem doido. Chegava nove horas, batia o sino, todo mundo tinha que ir embora; se não fosse embora, ia preso. A Companhia não deixava de jeito nenhum: nove horas tinha que todo mundo ir pra casa. O regime aqui era um regime engraçado.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> PAULA, J. T. Op.cit., p.5.

<sup>49</sup> O pai de Geraldo Nogueira da Silva era proveniente de Pitangui (MG) e na década de 1910 vinha frequentemente à vila de Cachoeira de Macacos para trabalhar como barbeiro. Na década de 1920, os dirigentes da fábrica ofereceram uma casa para ele instalar permanentemente sua barbearia na localidade. SILVA, Geraldo Nogueira. *Geraldo Nogueira da Silva (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006. p. 20.

Já seu Geraldo Pereira, que ocupou o cargo de gerente da companhia entre 1944 e 1967, quando perguntado sobre os motivos que o levaram a manter o toque de recolher durante boa parte de sua gestão, responde da seguinte maneira:

(...) Aqui era particular, era uma fazenda particular. Às nove horas da noite, tinha um sino, (no local) onde a gente chamava de “bicame”, batia o sino, era o toque de recolher. A partir de nove horas, ninguém podia mais transitar aqui, a não ser em casos especiais. E tinha um “rondante” aqui. Rondava de nove horas (da noite) até às seis horas da manhã. A fábrica começava a trabalhar às seis horas, aí o “rondante” entregava a função dele e ia embora pra casa dormir. Aí já era dia, tudo bem. Mas, de nove horas em diante, ninguém podia mais transitar aqui. (...) Era proibido, a fábrica impôs um regime para evitar a malandragem, exatamente pra evitar esses forasteiros de fora, balbúrdia, essa coisa toda aqui.<sup>50</sup>

Ainda não foi possível apurar a data exata em que foi instituído o toque de recolher em Cachoeira de Macacos. Sabe-se, contudo, que no início do século XX, essa se tornou uma prática dos dirigentes da companhia, que iria se estender até a década de 1950, poucos anos depois do processo de modernização pelo qual a fábrica começou a funcionar em turnos noturnos. A recorrência e a importância atribuída ao toque de recolher nos depoimentos é tão grande, que nos possibilita dizer que ele se tornou um símbolo de como a dinâmica de funcionamento da vila operária estava associada ao controle exercido pela companhia.

Mas essa prática não era exclusiva de Cachoeira de Macacos, pois em outros estudos lidos sobre vilas fabris da época, o toque de recolher é apresentado como uma importante referência simbólica do cotidiano local. A Companhia Têxtil União Itabirana, estudada por Cristiana Magalhães, é um bom exemplo dessa realidade, pois as referências ao toque de recolher também são muito recorrentes e se mostram associadas ao controle disciplinar daquela vila fabril<sup>51</sup>. Dessa forma, acreditamos que o toque de recolher, que une o mundo do trabalho e o ambiente da vila fabril ao ritmo da vida cotidiana, sintetiza a experiência de viver em uma vila industrial têxtil mineira daquela época.

No caso específico de Cachoeira de Macacos, a representação do toque de recolher nos depoimentos orais é uma constante que ganha diferentes contornos a partir da visão de cada entrevistado. Essa recorrência nos possibilita perceber como os

---

<sup>50</sup> ROCHA, G.P. Op.cit., p.22.

<sup>51</sup> Magalhães, C. M. Op.cit., p. 110-111.

moradores da vila, operários ou não, representam simbolicamente o modelo implantado pela companhia de Cachoeira de Macacos. Em outras palavras, sempre que o toque de recolher era mencionado em um depoimento, a narrativa “naturalmente” caminhava para a descrição e a interpretação do regime de funcionamento da vila fabril. Três exemplos bastante significativos já foram citados, remetendo à situação da *escravidão*, do *controle do espaço urbano* e de uma *fazenda particular*. Apesar de serem mencionadas por diferentes interlocutores - a primeira por um trabalhador, a segunda por um profissional liberal e a terceira por um dirigente - juntas, reconstroem o modelo de dominação que todos vivenciaram durante boa parte de suas vidas.

Assim, categorias de compreensão como “fábrica com vila operária” e “núcleo fabril” ganham materialidade, através da referência ao toque de recolher. Por ele, o controle da mobilidade física transforma-se em um “regime de escravidão”, o domínio do espaço urbano em um “regime doido” e a unidade disciplinar, na administração de uma “fazenda particular”. Por trás de todas essas representações, o toque de recolher reflete a autoridade da fábrica como o poder máximo de Cachoeira de Macacos.

#### **1.4 - Os lucros da fábrica nas primeiras décadas de funcionamento**

Não podemos deixar de ressaltar que o regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos, assim como de qualquer empresa inserida no sistema capitalista de produção, estava pautado pela possibilidade de gerar riquezas ou lucros que esses empreendimentos traziam. Neste sentido, os altos lucros da indústria têxtil mineira no final do século XIX e início do XX chamariam a atenção de diversos estudiosos e personalidades da elite econômica e política do Estado. Esse interesse é evidenciado de maneira bastante explícita na *Revista Industrial de Minas Gerais*, periódico organizado por professores da Escola de Minas de Ouro Preto entre 1893 e 1897, na qual é recorrente a publicação de artigos e documentos referentes à indústria têxtil mineira.

Em duas publicações da revista, ambas do ano de 1894, foram encontradas informações sobre a companhia de Cachoeira de Macacos. Na primeira está a transcrição do relatório apresentado pela diretoria da empresa em Assembléia Geral ordinária do final do ano de 1893, no qual se verifica um dado que poderíamos considerar extraordinário para qualquer empresa: um lucro de 44% apenas em um ano, sendo 42% distribuídos para os sócios em forma de dividendos. Neste relatório,

comemora-se, também, que em apenas seis anos foram distribuídos em dividendos 106% do capital social da empresa<sup>52</sup>.

No volume seguinte da mesma revista, Arthur Thiré escreve um artigo em francês sobre a economia e a industrialização no estado de Minas Gerais. Dedicando alguns parágrafos à manufatura têxtil, esse autor lista alguns dos resultados contábeis das empresas mineiras e destaca a “fábrica de tecidos de Inhaúma”<sup>53</sup> como o exemplo mais extremo daquilo que indica ser o novo *ouro de Minas*, a produção têxtil algodoeira<sup>54</sup>.

Para Stein, o período da industrialização têxtil brasileira entre 1892 e o fim da década de 1920, foi marcado por uma forte expansão da capacidade produtiva, ampliação do mercado interno e obtenção de altas taxas de lucro<sup>55</sup>.

Na fábrica de Cachoeira de Macacos é possível constatar como os lucros nos primeiros oito anos da companhia foram realmente estupendos. Contudo, se prosseguirmos a análise dos lucros da empresa até o ano de 1920, perceberemos que existe uma grande oscilação em seus rendimentos anuais. No quadro abaixo temos a evolução do capital e dos dividendos distribuídos pela empresa entre os anos de 1886 e 1920. Nele constatamos que, na última década do século XIX, a média anual de distribuição de dividendos foi a maior dos primeiros trinta e quatro anos de funcionamento da fábrica.

---

<sup>52</sup> COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária. In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 7. abril de 1894. p. 170-171.

<sup>53</sup> Cachoeira de Macacos pertencia no final do século XIX ao distrito de Inhaúma, município de Sete Lagoas.

<sup>54</sup> THIRÉ, Arthur. L'état de Minas Gerais et le Situation Économique Actuelle. In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 8. junho de 1894. p. 241-243.

<sup>55</sup> STEIN, S. Op.cit.,185.

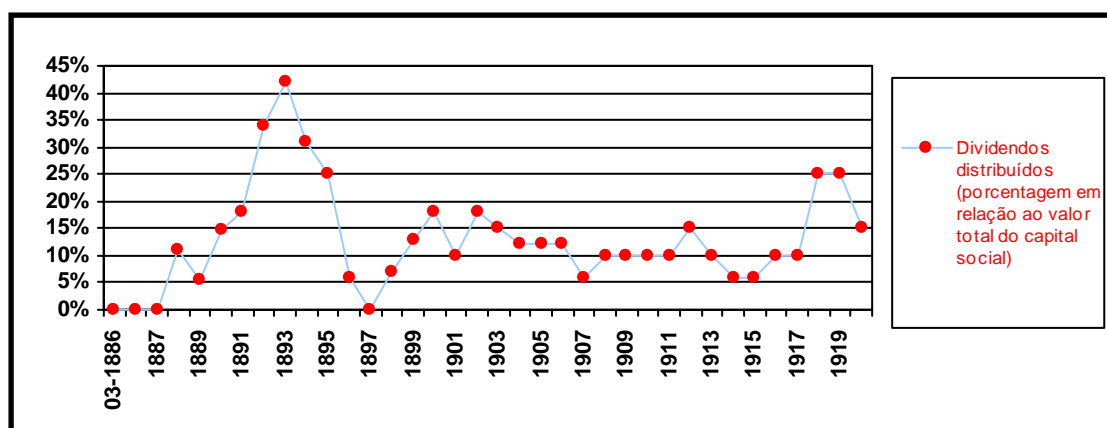
**TABELA I – Evolução do capital social e distribuição de dividendos entre 1886-1920**

Período (recorte feito a partir da quantidade de capital social)	Capital social (em contos de reis)	Dividendos distribuídos (porcentagem em relação ao total do capital social)	
		Total	Média anual
1886	150	-	-
1887- 1889	200	-	-
1890 – 1891	300	8,25 %	4,12 %
1892 – 1900	600	176 %	19,55 %
1901 -1910	600	115 %	11,5 %
1911 -1920	600	132 %	13,2 %

Fonte: COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos 1886 – 1967*. Autor desconhecido, sem data. Arquivo da Cachoeira Velonorte S/A.<sup>56</sup>

No entanto, se analisarmos a distribuição de dividendos no formato de gráfico, vemos como foi grande sua oscilação nesse mesmo período.

**Gráfico 1 – Oscilação da distribuição de dividendos da Fábrica de Cachoeira de Macacos**



Somente na década de 1890, entre os anos de 1893 e 1895, a empresa rendeu em dividendos aos seus acionistas 98 % de todo o capital social, número muito superior ao alcançado nos três anos seguintes, quando os dividendos pagos alcançaram 15 %, sendo

<sup>56</sup> Os mesmos dados são apresentados na monografia de graduação de NOGUEIRA, F. R. Op. cit.,2001.p.39.

que no ano de 1897, por não ter realizado lucro algum, a empresa pagou seus dividendos com atraso e em panos produzidos pela própria fábrica<sup>57</sup>.

Essa oscilação demonstra que a indústria têxtil estava sujeita a uma série de variantes que condicionavam seu sucesso contábil. Entre elas estavam fatores internos, como o estado de conservação do maquinário, o bom funcionamento da vila e a presença de técnicos especializados, e fatores externos como a regularidade das chuvas, as políticas alfandegárias, o preço da matéria-prima, o clima político do estado e do país, a deflagração de crises mundiais, entre outros.

Um exemplo de quão complexa poderia ser a sinergia de fatores que levavam ao lucro ou ao prejuízo das empresas têxteis da época está no citado relatório que a diretoria da companhia de Cachoeira de Macacos fez em 1893. Nele, apesar do ano de 1893 ser identificado como um momento de crise para a economia do país, “cujos fatos (que) desenrolam-se com horror na bahia do Rio de Janeiro colocando em conjuntura desagradáveis a indústria em geral(...)”<sup>58</sup>, a empresa alcançou um extraordinário lucro anual de 44 %.

Acreditamos que a expressão “fatos que desenrolam-se com horror na bahia do Rio de Janeiro” refere-se ao evento histórico que ficou conhecido, na historiografia, como a Revolta da Armada que, em um período de aproximadamente seis meses, entre 1893 e 1894, deixou a baía de Guanabara sob estado de guerra civil, paralisando boa parte das atividades do principal porto do país e dificultando a importação e exportação de máquinas e produtos dos quais dependiam o bom funcionamento da indústria nacional.

Em suma, ao constatarmos que em um momento de crise que atinge o principal centro político do país, a companhia de Cachoeira de Macacos teve um lucro extraordinário, fica evidente que o desempenho das fábricas têxteis mineiras estava pautado por uma complexa combinação de fatores que dificulta o estabelecimento de um padrão de expansão de seus lucros.

Prosseguindo na análise do quadro de lucros, podemos ver que a irregularidade das taxas de lucros entre os anos de 1893 e 1898, foi relativamente minimizada até o

---

<sup>57</sup> COMPANHIA TÊXTEL DE CACHOEIRA DE MACACOS . *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos 1886 – 1967*. Autor desconhecido, sem data. Arquivo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A.p. 1-3.

<sup>58</sup> Segundo esse relatório a empresa sentiu poucos efeitos negativos dessa crise porque “(...)”, em boa hora, achava-se provida dos materiais necessários.” COMPANHIA TÊXTEL DE CACHOEIRA DE MACACOS. Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária. In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 7. abril de 1894. p. 170-171.



ano de 1917, período em que o percentual de distribuição de dividendos se manteve entre 6 e 18 %, com uma média anual de 11% do capital social. No entanto, uma nova onda de lucros estupendos para a empresa pode ser identificada nos anos de 1918 e 1919, quando a distribuição dos dividendos foi mais de duas vezes maior do que a média dos vinte anos anteriores, alcançando 25 % do capital social.

Esse período coincide com os dois últimos anos da Primeira Guerra Mundial, evento que repercutiu na história da indústria têxtil brasileira de forma bastante explícita, trazendo inicialmente algumas dificuldades para a maioria das empresas, mas possibilitando, em um segundo momento, a ampliação do mercado interno e, logo, uma elevação brusca das vendas e das taxas de lucros.

Retomando o patamar anterior a 1918, foram distribuídos 15% do capital social em forma de dividendos em 1920, porcentagem próxima à média anual de 13 % do período entre 1887 e 1920. Mesmo bem abaixo dos rendimentos alcançados nos primeiros seis anos da companhia, esse lucro tornava a indústria têxtil um empreendimento bastante atrativo, especialmente, por ela ter adotado uma política agressiva de distribuição dos lucros<sup>59</sup> que, como já mencionamos, possibilitou que seus principais investidores proliferassem seus negócios pela região e, posteriormente, para outras partes do estado.

Liderada por Américo Teixeira Guimarães, considerado o principal responsável pelo sucesso da empresa, essa nova elite econômica que se formou a partir da experiência de Cachoeira de Macacos, acabaria por injetar na localidade um volume de recursos que possibilitou o desenvolvimento de uma infra-estrutura que dava à vila fabril um aspecto urbano e progressista.

### **1.5 – “Querendo ser moderno”: o pioneirismo industrial de Cachoeira de Macacos**

Um dos traços mais característicos das narrativas orais de antigos moradores de Cachoeira da Prata é a valorização do pioneirismo industrial e progressista que marca a história do município. Antes de nos aprofundarmos nesse tema, é preciso ressaltar que tomamos como referência para a noção de progresso, o imaginário da elite econômica e política de Minas Gerais, sendo esta representada, nesse estudo, pelas idéias de João Pinheiro, que, apesar de falecer em 1908, foi personalidade fundamental para

---

<sup>59</sup> NOGUEIRA. F. R. Op.cit., 2001.p.38.

elaboração de um projeto de modernização que influenciou a história de Minas Gerais na primeira metade do século XX.

Percebido como uma espécie de “consciência reflexiva do processo” de implantação da República no Brasil, João Pinheiro representava, na análise de Otávio Soares Dulci, o pensamento de uma geração que percebia a situação econômica de Minas Gerais na virada do século XX como um exemplo de atraso. Partindo da formulação de uma visão específica de desenvolvimento, na qual a ação do governo deveria incentivar a educação e o progresso tecnológico, João Pinheiro e outras lideranças de sua geração acreditavam ser possível levar Minas até a modernidade<sup>60</sup>.

Neste sentido, poderíamos dizer que o processo de industrialização em Minas Gerais era visto por João Pinheiro como um elemento estratégico desse projeto de modernização econômica. Eleito o principal chefe político do estado em 1906, João Pinheiro acreditava que os poderes públicos deveriam incentivar o desenvolvimento industrial e o progresso tecnológico de acordo com a realidade de cada região e localidade do estado. A mensagem dirigida por ele aos deputados mineiros em 1907 é especialmente interessante para nossa pesquisa, pois, nesse documento, João Pinheiro aponta que “a exemplo da Capital do estado, as outras municipalidades deverão favorecer por todos os meios, a criação de centros de trabalho industrial de que resulta uma civilização mais adiantada e vida mais intensa como a que as cidades oferecem, com superioridade, relativamente ao campo”.<sup>61</sup>

Na realidade, João Pinheiro se refere a uma política de incentivos, criada em 1902, para estimular a implantação de indústrias em Belo Horizonte, através da qual a municipalidade oferecia terrenos, isenção de impostos e fornecimento de energia elétrica durante um determinado período para os novos empreendimentos. Mas, somente em 1906, durante o governo de João Pinheiro, foi que se instalou uma indústria de maior proporção no centro da capital, a Companhia Industrial Belo Horizonte. Não por coincidência, um dos seus sócios fundadores, e também seu primeiro gerente, foi Américo Teixeira Guimarães<sup>62</sup>. Isso significa dizer, que as experiências fabris de Américo Teixeira e seus sócios eram conhecidas pelo presidente do estado de Minas

---

<sup>60</sup> DULCI, Otávio. Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimentismo mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2005. p.109-115.

<sup>61</sup> SILVA, João Pinheiro. *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais João Pinheiro Silva ao Congresso Mineiro*, Imprensa oficial de Minas Gerais. BH. 1907.p.11. Disponível em eletrônico <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u291/index.html> Acessado em junho de 2007.

<sup>62</sup> Ver Histórico da Companhia Industrial Belo Horizonte. Disponível em <http://www2.fieng.com.br/bh100/hist-6.htm>. Acessado em maio de 2007.

Gerais e, ao citá-las, mesmo que de maneira indireta, como um exemplo de industrialização a ser seguido, João Pinheiro chama para si o papel de porta-voz daqueles grupos que, de fato, mobilizavam esforços para trazer o progresso industrial para o estado.

Dentro dessa perspectiva, Cachoeira de Macacos, o principal cartão de visitas de Américo Teixeira, poderia ser identificada como uma localidade pioneira e progressista, isso porque sua vila fabril, apesar de estar situada em uma região eminentemente rural, já contava, na década de 1910, com iluminação elétrica, estrada de rodagem, veículos motorizados, linha telefônica e telegráfica, cinema e estabelecimento de educação popular. Enfim, podia ser identificada como uma localidade que simbolizava os benefícios que o progresso industrial poderia trazer para os sertões de Minas.

De modo geral, a chegada desses “adventos do progresso” é atribuída ao espírito inventivo do principal idealizador e primeiro gerente da fábrica de tecidos de Cachoeira de Macacos, o coronel Américo Teixeira. A construção da representação de “homem progressista” que gira em torno desse personagem será um dos temas centrais de que trataremos ao longo desse trabalho. Contudo, neste primeiro capítulo, nosso objetivo é compreender aspectos do contexto histórico no qual Américo pôde se consolidar como o representante principal da identidade local. Para tanto, apresentaremos alguns fatores e iniciativas que consideramos fundamentais para que a localidade, de fato, pudesse ser considerada um exemplo de progresso industrial nas primeiras décadas do século XX.

Três desses fatores, a lucratividade da indústria têxtil, a chegada da ferrovia e a formação de uma nova elite econômica e industrial, já foram brevemente analisados e, juntos, associavam a presença de um volume considerável de capital e um novo canal de acesso para novas tecnologias ao *know-how* para administração de empreendimentos fabris têxteis. Ainda assim, consideramos que esses fatores não eram suficientes para garantir o desenvolvimento econômico local, pois, mesmo estando relativamente próxima da ferrovia, Cachoeira de Macacos permanecia relativamente isolada de pontos estratégicos para seu crescimento, uma vez que o percurso de ida e volta entre a vila fabril e a estação mais próxima demorava em torno de três dias e, nos tempos de chuvas, o transporte de mercadorias se tornava ainda mais precário.

Trazer o “progresso” para o sertão mineiro implicava vencer esse isolamento e estabelecer meios de comunicação que imprimissem velocidade à circulação de informações, equipamentos e produtos. Uma das soluções apresentadas para esses problemas viria em 1905, quando Américo Teixeira, como vereador da Câmara

Municipal de Sete Lagoas, pediu licença para a construção de uma estrada de rodagem que ligasse Cachoeira de Macacos à estação ferroviária de Sete Lagoas, e de uma linha de telégrafo que colocasse a localidade em contato permanente com a cidade de Pará de Minas, onde o grupo de acionistas da empresa havia estabelecido outra fábrica têxtil<sup>63</sup>. Todas as despesas dessas obras correriam por conta da companhia têxtil, que teria também o direito de controlar o tráfego e utilizar comercialmente a estrada. Essa seria uma das primeiras estradas de rodagem construídas em Minas Gerais e, após sua finalização, foram fabricadas grandes carroças nas quais era possível transportar maior volume de produtos e mantimentos<sup>64</sup>.

Além da estrada de rodagem, a localidade, em 1911, contava com uma agência de correio, uma linha telefônica que a conectava aos povoados de Fortuna, Inhaúma e à cidade de Sete Lagoas<sup>65</sup>.

Na década de 1910, um terceiro passo foi dado para minimizar o problema do isolamento físico da fábrica: a importação de um veículo produzido, provavelmente na Alemanha, com o nome de locomóvel. Sabemos que em diversas regiões do Brasil, no início do século XX, o locomóvel foi utilizado para geração de energia e beneficiamento de produtos agrícolas. A diferença da máquina trazida para Cachoeira de Macacos é que suas rodas eram motrizes e adaptadas para estradas de rodagem, o que a transformava em um meio de transporte adequado para a realidade local.

Segundo o memorialista Eloy de Freitas, o locomóvel foi recebido com grande ansiedade em Cachoeira de Macacos, pois prometia oferecer uma solução definitiva para o encurtamento das distâncias que separavam a fábrica de outros pontos importantes, especialmente da ferrovia, que agora poderia ser alcançada em menos de seis horas<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> DRUMMOND, J. D. Op.cit., 1977. p.36

<sup>64</sup> FREITAS. E. A. Op.cit.,1995 p.53.

<sup>65</sup> Ver mapa do município de Sete Lagoas na década de 1910 no anexo I. LANZA, Jovelino. (Subsídios para) *História de Sete Lagoas*. Edição comemorativa do primeiro centenário do município de Sete Lagoas. Sete Lagoas.1967.

<sup>66</sup> FREITAS. E. A. Op.cit.,1995 p.54. Nogueira aponta que os investimentos feitos pela empresa em vias e veículos de comunicação com a ferrovia, no início da década de 1910, representavam um terço de todos os investimentos feito no maquinismo. NOGUEIRA, Op.cit.,2001.29-30.

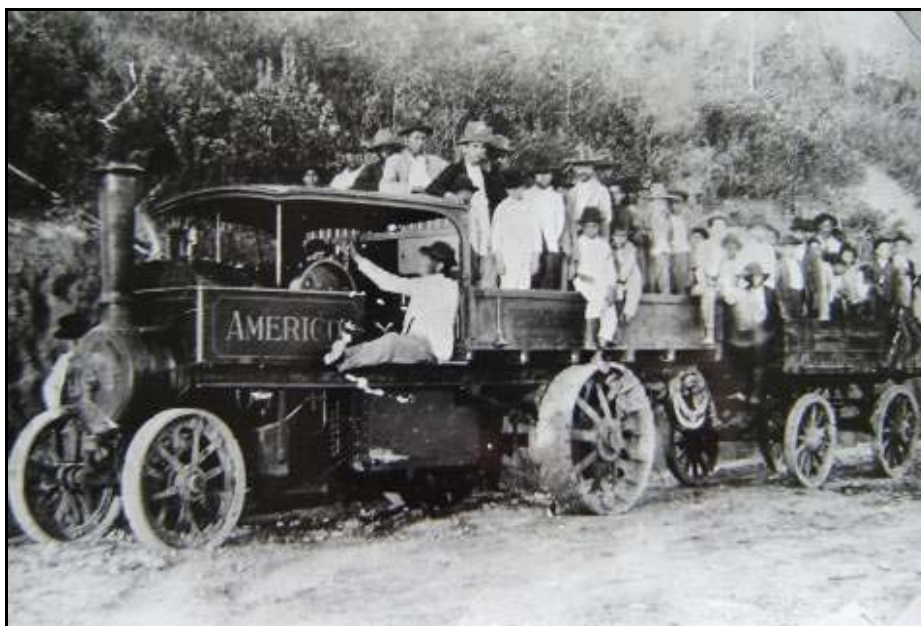


Foto 3: Locomóvel . Sem data.  
Acervo privado de Eugênio de Freitas

Na ótica de Freitas, a importação desse veículo movido a vapor deve-se, em grande parte, à influência de um alemão chamado Kouvarik que seria bastante próximo de Américo Teixeira e, nas primeiras décadas do século XX, teria por hábito passar suas férias em Cachoeira de Macacos. Temos informações desse personagem apenas pelas referências feitas pelo memorialista, o que, em certa medida, nos limita aprofundar na história do mesmo. Ainda assim, a partir dessas referências, somos levados a pensar que esse alemão seria uma espécie de divulgador das novidades tecnológicas que surgiam na Europa, pois, através dele, teriam sido importados não só o locomóvel, como também a primeira máquina de projeção de cinema, na década de 1900, além do primeiro automóvel em 1924<sup>67</sup>.

Poderíamos explicar a presença desse estrangeiro em Cachoeira de Macacos a partir de sua afeição pelo Brasil e, particularmente, pelo Cel. Américo Teixeira<sup>68</sup>. No entanto, acreditamos ser importante compreender que a presença e a influência de Kouvarik têm um significado maior no contexto histórico onde esteve inserido. Esse significado mais amplo, em nossa interpretação, pode ser encontrado no imaginário de progresso da época. Como seu representante, João Pinheiro nos oferece uma pista em uma entrevista concedida em 1906 a um repórter do jornal *O Paiz*. Nesta entrevista, o presidente de Minas Gerais defende a idéia de que os negociantes alemães poderiam

<sup>67</sup> FREITAS, E.A. Op.cit., p.55.

<sup>68</sup> Eloy de Freitas justifica a presença de Kouvarik à sua empatia pelo Cel. Américo Teixeira. Ibidem,p.33.

trazer uma boa influência para a expansão do consumo de produtos manufatureiros mineiros, nos ensinando a fazer uma *propaganda prática*, pois

“(…) é o comissário-viajante (alemão) que mostra a mercadoria, que a expõe, que a leva à casa do negociante, que a insinua ao que precisa e ao que pode comprar, fazendo-a a adaptar, por uma correspondência inteligente e ativa com o produtor, à vontade ou às necessidades do consumidor, já no acondicionamento, já na própria manufatura. O caixeiro-viajante alemão é o tipo para a propaganda.”<sup>69</sup>

Como já dissemos, não temos muitas informações sobre Kouvarik, e não podemos afirmar que ele seja exatamente o tipo de comissário viajante alemão a que João Pinheiro se refere. Ainda assim, é possível dizer que a presença e a atuação de Kouvarik como intermediário entre a direção da fábrica e a importação de novos equipamentos e tecnologias, se interpretada pela visão conjuntural de João Pinheiro, representa a *propaganda prática* do progresso que se manifesta tanto por produtos e tecnologias que podem ser comprados como por uma cultura mercantil mais avançada que esse personagem detinha e que poderia ser adotada localmente. Neste sentido, a simples presença de Kouvarik na vila fabril já significaria correr em direção à seta do progresso tecnológico. Um progresso tecnológico ainda inédito na região, o que fazia com que seu planejamento estivesse, muitas vezes, mais associado às expectativas geradas por experiências difundidas através da propaganda do que por uma análise que considerasse as especificidades da fábrica e de sua vila. Um exemplo concreto desse desajuste foi a própria aquisição do locomóvel, que teria gerado uma série de “trapalhadas” que ocupam um lugar de destaque na memória da população mais antiga da cidade.

Segundo as memórias de Freitas, a primeira delas ocorreu logo na saída de Sete Lagoas, quando o locomóvel, ao passar sobre uma ponte, que não tinha sido construída para veículos desse porte, teria desabado dentro do rio, matando seu chofer. A segunda é que rapidamente se descobriu que sua carroceria era muito pequena e, como teria que ir sempre cheia de lenha, não haveria espaço para o transporte de tecidos, principal motivo pelo qual foi adquirido. Finalmente, percebeu-se, a partir de exemplos

---

<sup>69</sup> Angela de Castro Gomes. (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p.21.

concretos, que as fagulhas de seu motor eram perigosas nos tempos de seca, pois queimavam pastagens e casas que estivessem nas margens da estrada<sup>70</sup>.

Todos esses desastres e decepções poderiam ser previstos se o “progresso tecnológico” esperado do locomóvel fosse planejado a partir da realidade local. Porém, essas dificuldades acabaram sendo contornadas, e o veículo foi utilizado pela fábrica por aproximadamente vinte anos. Ainda assim, a forma como ele foi introduzido expressa bem como a idéia de progresso tecnológico chegava ao Brasil, através da propaganda de invenções e experiências ocorridas no estrangeiro e nem sempre adequadas à nossa realidade.

Mas essa propaganda, que apresentamos até aqui como o fruto da influência de representantes de vendas estrangeiros sobre empresários e políticos mineiros, também pode ser analisada como uma estratégia que os empresários e políticos utilizavam para transformar, no âmbito local e regional, seus feitos em símbolos de progresso.

Em Cachoeira de Macacos, essa estratégia passou por diversos aspectos da vida cotidiana. A montagem de um cenário urbano para a vila foi, sem dúvida, um dos mais importantes, e nele incluímos tanto a transformação da paisagem arquitetônica, como questões relacionadas ao abastecimento de água, iluminação elétrica, espaços de lazer e oferta de educação primária para as crianças.

Em relação à paisagem urbana, a integração física entre a área de produção da fábrica e o resto da vila era um elemento marcante de Cachoeira de Macacos. Na margem direita do ribeirão Macacos, entre a represa e a fábrica, formou-se o primeiro aglomerado urbano ou a “rua Velha”, como ficou conhecido esse núcleo na segunda metade do século XX. Até a década de 1900, as edificações que formavam a “rua Velha” seguiam um padrão arquitetônico, que era, no final do século XIX, predominante nas áreas rurais centro-mineiras e que pode ser denominado como estilo neocolonial. Essas edificações tinham, de modo geral, a estrutura de madeira, paredes de adobe ou enchimento, janelas

---

<sup>70</sup> A seqüência de dados apresentados sobre o locomóvel foi extraída das memórias escritas por Eloy de Freitas. Sabemos, todavia, que essas informações devem ser tratadas com cuidado, uma vez que, como todas as memórias, elas são filtradas pelo posicionamento político e social do autor dentro da cidade. FREITAS, E.A. Op.cit., p.53. Mas as memórias que remetem ao locomóvel não estão restritas ao livro de Eloy, sendo possível dizer que elas estão bem vivas entre os habitantes locais, especialmente, pelo fato da fotografia desse veículo ter sido ampliada e exposta durante anos no principal restaurante da cidade. Outra fonte que se refere ao locomóvel e que confirma alguns dos dados apresentados por Eloy de Freitas, é o depoimento do antigo gerente Geraldo Pereira que nos contou que “(...) a fábrica comprou um locomóvel, ainda tem retrato dele, esse locomóvel era movido a vapor. Ele tinha a caldeira e ia a Sete Lagoas e voltava. Como eu te falei, no princípio esse locomóvel queimou duas ou três casas (na beira da estrada), e a companhia indenizou tudo. Agora, o sujeito que morava, às vezes, a cem metros (da estrada) botava fogo na sua casa e vinha atrás da companhia... Aí a companhia não pagava, não pagava não.” ROCHA, G.P. Idem, 2006.p.14.

e portas de madeira, piso de assoalho ou chão batido e cobertura de telhas canal feitas artesanalmente.

Foto 4



Foto 5



Foto 6



Foto 4: Residência de rua Magalhães Pinto, nº 126. Centro – Cachoeira da Prata

Data: 25/03/2007. Autor: Bruno de Araújo Mendes.

Foto 5: Residência de Praça Cirino Pereira, nº 61. Centro – Cachoeira da Prata

Data: 25/03/2007. Autor: Bruno de Araújo Mendes.

Foto 6: Antigo Cine Teatro Ipiranga.

Sem data. Acervo particular de Eugênio de Freitas

Acima podemos ver alguns exemplares desse estilo. As duas primeiras casas (fotos 4 e 5), apesar das intervenções que sofreram, conservam diversas características das edificações construídas para serem moradia, sendo que a primeira (foto 4) foi feita para uma família de dirigentes e acionistas da época da fundação da empresa, e a segunda (foto 5) para uma família de operários. A foto 6, corresponde ao antigo Cinema e Teatro Ipiranga que foi substituído por outro cinema de maiores dimensões na década de 1950.

Podemos dizer que essas edificações retratam aquele que pode ser considerado o único estilo arquitetônico de Cachoeira de Macacos, desde a fundação, em 1886, até, provavelmente, a década de 1900. Isso não significa dizer que após esse período o estilo deixou de ser utilizado, pois ele pode ser considerado uma importante referência até meados do século XX. No entanto, a partir do início do século XX, novos estilos surgiram, inicialmente nas casas dos dirigentes e, posteriormente, nas residências dos operários, escritórios da fábrica e no templo católico que passa a ter dimensões bastante grandes para uma igreja que não era sede de paróquia.



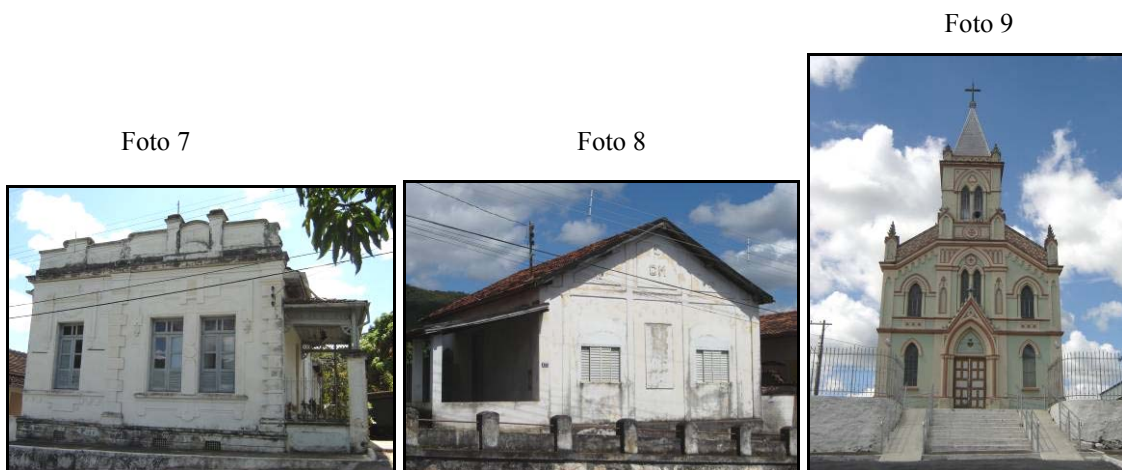


Foto 7

Foto 8

Foto 9

Foto 7: Antiga residência do Cel. Américo Teixeira Guimarães

Data: 25/03/2007. Autor : Bruno de Araújo Mendes

Foto 8: Residência Praça Cirino Pereira, nº 71. Centro – Cachoeira da Prata

Data: 25/03/2007. Autor : Bruno de Araújo Mendes

Foto 9: Igreja Matriz de Sagrado Coração de Jesus

Data: 25/03/2007. Autor : Bruno de Araújo Mendes

O estilo arquitetônico que poderia ser considerado predominante nas construções feitas pela fábrica nas primeiras três décadas do século XX é o eclético. Um de seus primeiros exemplares, representado pela foto 7, foi a residência construída para moradia da família do Cel. Américo Teixeira, que, até a década de 1900, ficava permanentemente na sede da fazenda Salvador, distante aproximadamente seis quilômetros da vila fabril.

Nesta edificação, vemos um dos primeiros exemplares onde a inscrição CCM (Companhia Cachoeira de Macacos) aparece na fachada frontal, que é composta por formas geométricas, motivos decorativos florais e uma platibanda que oferece à residência uma feição similar às edificações construídas em diversos centros urbanos do Brasil, no início do século XX. A utilização de cimento e tijolo maciço na técnica construtiva é uma inovação que a edificação traz para a vila, e a presença de pinturas internas em alguns cômodos demonstra uma tendência que foi, posteriormente, seguida em diversas edificações da localidade.

Na foto 8, vemos uma residência que possui o estilo que ficou conhecido, localmente, como “chalé”, com telhado duas águas e fachada frontal simétrica. Essa edificação era destinada para moradia de operários e também possui a inscrição CCM, com o número referente ao ano de sua construção, 1926. Sua técnica construtiva também utilizava alvenaria de tijolo maciço que conquistou, aos poucos, espaço destacado na construção civil local.

Na foto 9, vemos a fachada frontal da Igreja Sagrado Coração de Jesus, que foi construída em 1933 e possui elementos do ecletismo e do neogótico, acompanhando traços que estavam em voga na arquitetura de centros urbanos mineiros na primeira metade do século XX. Composto por uma fachada simétrica e uma grande torre central, esse templo possui como um dos elementos de maior destaque a pintura interna feita pelos irmãos Gorretti, dois italianos que também pintaram os escritórios da fábrica e outros templos em cidades mineiras na década de 1930 <sup>71</sup>.

A partir dessas evidências, podemos dizer que um aspecto paisagístico moderno foi tomando a vila fabril que contava com aproximadamente 110 residências no final da década de 1930. Entre todas elas, somente em quatro havia água encanada: três eram casas de dirigentes da fábrica e uma era a residência do principal comerciante da localidade. Algumas outras casas da vila possuíam cisterna própria, mas a grande maioria dos moradores buscava água em uma bica instalada pela fábrica próxima ao “bicamente”. Este era um equipamento de metal que substituiu o rego que conduzia a água do ribeirão Macacos para uma usina hidrelétrica instalada dentro da fábrica. Essa usina foi inaugurada em 1906 e está entre as primeiras usinas a entrar em funcionamento no estado de Minas Gerais<sup>72</sup>. Sua inauguração foi feita com grande festa e, a partir dela, a localidade ganhou uma de suas principais referências paisagísticas: o cruzeiro iluminado instalado no topo do morro do Cruzeiro.

Além dos adventos da água encanada e da luz, a vila contaria também com um cinema, que chegou no início do século XX e é considerado uma das principais diversões dos moradores até a década de 1980. Outros lazeres bastante típicos de centros urbanos, como as bandas de música, os times de futebol e o *footing* ou “fazer avenida”, como eram chamadas as caminhadas feitas na principal rua da vila, já estavam bem consolidados no cotidiano de vida da população em meados do século XX.

Enfim, a vila fabril de Cachoeira de Macacos poderia ser considerada um símbolo de progresso em Minas Gerais, porque foi capaz de reproduzir em uma área eminentemente rural uma infra-estrutura e hábitos culturais que somente poderiam ser alcançados em alguns centros urbanos da época. Os principais fatores para que essa

---

<sup>71</sup> Ainda sabemos poucas informações sobre os irmãos Victorio Giulio e Gino Gorette, que estiveram em Cachoeira de Macacos por volta de 1934 e 1935, quando pintaram as paredes internas da igreja e dos escritórios da fábrica. Os irmãos Gorette também são lembrados pela população local, por serem primos da Santa Maria Gorette, que foi canonizada em 1950. O trabalho de maior vulto dos irmãos Gorette em Minas Gerais foi realizado na Basílica de São Geraldo localizada na cidade de Curvelo. Disponível em [http://www.trekearth.com/gallery/South\\_America/Brazil/Southeast/Minas\\_Gerais/Curvelo/photo136781.htm](http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Minas_Gerais/Curvelo/photo136781.htm). Acessado em maio de 2007.

<sup>72</sup> NOGUEIRA, F. R. Op.cit.,2001. p.46.

realidade fosse possível foram: a implantação da indústria têxtil, a proximidade relativa com a ferrovia, a abertura de meios de transporte e comunicação, a formação de uma elite industrial com capital acumulado para fazer investimentos, a propaganda do progresso que chegava até essa elite através de intermediários estrangeiros e o investimento que essa elite promovia em si mesma e na localidade através de diversas estratégias, entre elas a criação de uma paisagem arquitetônica e urbanística moderna para a vila fabril.

No início da década de 1910, uma escola foi instalada pela fábrica na vila. Contando com quatro turmas, essa instituição atendia desde os filhos dos dirigentes e operários até os filhos de pessoas que moravam nas redondezas e não tinham vínculo algum com a fábrica. Através dos arquivos da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira, podemos perceber que essa iniciativa educativa estava entre aquelas pelas quais os dirigentes da companhia tinham maior apreço, sendo que as crianças que trabalhavam na fábrica ganhavam seu ponto de serviço, somente, se fosse também à escola<sup>73</sup>.

Por tudo isso, Cachoeira de Macacos cumpria os requisitos necessários para se consolidar como um lugar de progresso no início do século XX e se transformar em uma das localidades que mais contribuiu para o desenvolvimento econômico de sua região.

## **1.6 - Operários e demais moradores de Cachoeira de Macacos**

Nesta análise geral da história da antiga vila fabril de Cachoeira de Macacos, gostaríamos de apresentar, mesmo que de modo resumido, alguns aspectos do perfil dos operários e demais moradores da vila fabril de Cachoeira de Macacos. Na realidade, tivemos grandes dificuldades para traçar esse perfil, pois como a atual diretoria da companhia não autorizou a pesquisa em seus arquivos históricos, fomos obrigados a fazer essa abordagem através de fontes primárias dispersas por outros arquivos públicos e privados, fontes secundárias que tratam da história da indústria têxtil em Minas Gerais e, especialmente, através de depoimentos orais.

A primeira informação que temos nesse sentido refere-se ainda ao momento de construção da fábrica, no qual seus diretores expressam que “a fábrica empregará nos

---

<sup>73</sup> São recorrentes as menções que se fazem à presença dos dirigentes da fábrica em eventos comemorativos organizados na escola. Arquivo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira. Livros de inventário e visitas das “Escolas Reunidas Cel. Américo Teixeira”.

seus diversos trabalhos cerca de 200 operários, sendo a maior parte mulheres e meninas (os), e só pretendemos que sejam nacionais e livres, e os salários variarão de 500 rs a 5:000 rs, a exceção do maquinista chefe e dos empregados superiores”<sup>74</sup>. Assim como na fábrica do Cedro, que servia de modelo para Cachoeira de Macacos, acreditamos que a maioria desses operários era proveniente da região central de Minas.



Foto 10: Operários da fábrica de tecidos de Cachoeira de Macacos.  
Ao fundo fachada frontal da fábrica.  
Sem data. Acervo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A.

A foto acima, que acreditamos ser do início do século XX, apresenta algumas características da população da vila fabril nesta época. Fizemos uma contagem aproximada das pessoas que nela aparecem e chegamos ao número de 140, sendo que cerca de um quarto é formado por crianças de ambos os sexos, outro quarto de homens adultos e metade de mulheres adultas. Não sabemos se todas as pessoas da foto são operários, mas acreditamos que a grande maioria representa o corpo de trabalhadores da fábrica.

---

<sup>74</sup> Correspondência enviada pelos diretores da fábrica em resposta a um ofício do governador da Província de Minas Gerais. Nele temos informações relativas apenas às intenções futuras da diretoria, uma vez que em agosto de 1887, a fábrica ainda estava em construção. Arquivo Público Mineiro. Fundo Seção de Governo. Notação: SG- 31. 25/08/1887

Dividida em quatro grandes seções – fiação, tecelagem, acabamento e expedição –, a maior parte das operárias encontrava-se na fiação e tecelagem. As crianças, por sua vez, estava na seção de fiação, e os homens adultos estavam distribuídos pela expedição, acabamento e em atividades que não estavam diretamente ligadas à produção de tecidos, como serviços rurais, carpintaria, oficina de ferreiro e de solda, manutenção da caldeira, entre outras funções que giravam em torno da manutenção dos equipamentos e da infra-estrutura geral da fábrica e da vila operária<sup>75</sup>.

Além da correspondência enviada pela diretoria e da foto apresentada acima, diversos relatos apontam que havia uma preferência explícita pela utilização de crianças e mulheres nos serviços da fábrica, o que é compatível com o padrão da maioria das indústrias têxteis mineiras na década de 1920<sup>76</sup>.

Alguns depoimentos apontam que as crianças entravam para a companhia com a idade de aproximadamente 10 anos, geralmente filhos ou familiares de outros operários já empregados. A história de vida de Ana Costa nos parece um exemplo significativo dessa realidade. Nascida no povoado de Urucúia, atual município vizinho de Esmeraldas, seu pai era carpinteiro e veio para a vila com toda a família em 1922. Em menos de dez anos, três de suas filhas já estavam trabalhando na fábrica. A última delas foi Ana Costa ou Tia Nica, como é conhecida. Tia Nica ingressou na empresa aos onze anos de idade e, inicialmente, trabalhou no que ela chamava de “serviço do dia”, o que incluía diversas atividades da área de fiação. Ao reconstituir seu ingresso na companhia, Tia Nica nos diz que foi trabalhar “para ajudar em casa. Já tinha duas irmãs que trabalhavam, e aquele que tomava conta (da fábrica), falou com papai que mandasse a outra também.” Esse relato possibilita a constatação de uma prática sistemática de recrutamento de crianças entre as famílias de operários já empregados na fábrica<sup>77</sup>.

Podemos reforçar essa idéia a partir da trajetória de Geraldo Pereira da Rocha, o antigo gerente da fábrica que já citamos por mais de uma vez neste capítulo. Doutor Geraldo, como ficou conhecido em Cachoeira, é filho de Cirino Pereira, que foi gerente da companhia entre 1916 e 1920. Quatro anos após o falecimento de seu pai, em 1920, Geraldo Pereira, com 14 anos de idade, foi enviado por sua mãe para a fazenda Cipó, distante aproximadamente cem quilômetros de Cachoeira de Macacos. Segundo ele, o “(...) Coronel Américo era chefe e não admitia ninguém à toa (...)” na localidade, ou

---

<sup>75</sup> ROCHA, G. P. Op.cit.,2006.

<sup>76</sup> MAGALHÃES, C. M. Op.cit.,2006. p.38.

<sup>77</sup> COSTA, Ana. *Ana Costa (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006. p.13.

seja, quando uma criança completava certa idade, era obrigada a trabalhar se assim fosse a vontade do coronel. Ciente disso, sua mãe o enviou para outra localidade, para que ele pudesse dedicar-se exclusivamente aos estudos<sup>78</sup>.

Acreditamos que não havia espaço para todas as crianças na fábrica e temos vários indícios de que esse recrutamento feito nas famílias operárias era, por muitas vezes, motivado por pedidos dos próprios operários. Na realidade, esses pedidos de familiares podem ser identificados como uma das principais características do processo de recrutamento dos operários, como aponta Doutor Geraldo.

Muitas vezes admitia-se um empregado por indicação. O pai trabalhava, aí ele pedia para o filho, para o irmão, aquela coisa... Eles admitiam de acordo com o pedido, né? Às vezes algum forasteiro aí de Fortuna, Inhaúma vinha aqui pedir emprego; se você conhecia sua família, você dava o emprego para a pessoa.<sup>79</sup>

Fica evidente, dessa forma, que, antes de aceitar um novo trabalhador, a fábrica analisava suas referências pessoais e a conduta de sua família. Esse regime valeria não somente para os operários da companhia, mas, também, para todas as pessoas que pretendessem se mudar para a localidade, uma vez que a vila era uma propriedade particular.

Jairo Padrão, nascido em Cachoeira de Macacos em 1934, apesar de nunca ter trabalhado na fábrica, viveu toda sua infância na vila. Em seu ponto de vista, o processo de seleção das pessoas que poderiam morar ali estava associado à criação de um ambiente de tranquilidade na localidade, pois, para ser aceito, “tinha primeiro que fazer uma sondagem, fazer uma sindicância, procurar saber como a família era. Então, entravam só pessoas que caíssem no esquema deles, que era um esquema de paz, de unidade.”<sup>80</sup>

Ainda que a descrição de Jairo Padrão esteja referenciada na sua experiência de vida em meados de século XX, acreditamos que o controle de entrada de pessoas na localidade era bem anterior. Tanto que o Cel. Américo estabelecera uma norma no hotel da vila, no qual um visitante poderia ficar no máximo três dias consecutivos, sendo obrigado a sair dali após esse período<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup>ROCHA, G. P. Op.cit.,2006.p. 4.

<sup>79</sup> Ibidem,p. 28.

<sup>80</sup> PADRÃO, J.Op.cit.,2007.

<sup>81</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2006. p.15.

Voltando ao tema específico do perfil de trabalhadores da fábrica, em 1908, dados secundários apontam que ali trabalhavam 224 operários<sup>82</sup>. Como já mencionamos, a preferência por operários do sexo feminino é uma máxima que acontecia não só em Cachoeira de Macacos, mas também na maioria das fábricas têxteis do Brasil. A maior parte das mulheres que trabalhava na fábrica não tinha filhos, como nos indica Geraldo Pereira,

“(…) Na minha época, se uma criatura, uma moça, por exemplo, ficasse grávida, não podia continuar, não podia continuar. Era o regime da fábrica, era o regime. O marido podia, a moça não podia não, (pois deveria) cuidar da sua família, criar seu filho. Agora, posteriormente, depois de criar seu filho, se houvesse necessidade poderia trabalhar novamente aí na fábrica.(…)”<sup>83</sup>

Através do relato de Beatriz Padrão que entrou na fábrica em 1944, identificamos que, mesmo antes de seu ingresso na companhia, havia pouquíssimas mães de família entre as trabalhadoras da época. Nossa depoente indica que todas essas “mães operárias” eram pessoas protegidas pelos dirigentes da fábrica e, por isso, poderiam usufruir dessa vantagem. Entre essas mulheres estava a “negra” Thomázia, segunda esposa de Nicolau Teixeira, ao qual dedicaremos todo o terceiro capítulo dessa dissertação. Nicolau fora escravo da família do Cel. Américo Teixeira e manteve com ele uma longa relação pessoal. Por ora, nos interessa ressaltar que foi através do contato mantido entre o Cel. Américo e o liberto Nicolau, que Thomázia conseguiu empregar-se na fábrica<sup>84</sup>.

Essas poucas referências já explicitam que a história de Cachoeira de Macacos é objeto privilegiado para a discussão das relações entre o processo de industrialização têxtil e o fenômeno do pós-emancipação da escravidão na região. Apesar de termos visto que a intenção inicial da diretoria era empregar apenas pessoas livres, não é possível dizer se houve mão-de-obra escrava no período de construção da fábrica. No entanto, podemos afirmar que a presença de libertos e de seus descendentes na vila e na fábrica é bem remota, e que Nicolau Teixeira não é o único exemplo disso. No livro do memorialista Eloy de Freitas, é citado que o ex-escravo Bebiano, “(…) ferreiro com anos de profissão, quando veio a abolição da escravatura (...) empregou-se na fábrica. Seu

---

<sup>82</sup> JACOB, R. Op.cit.,1911. p.269.

<sup>83</sup> ROCHA, G. P. Op.cit.,2006 p. 28.

<sup>84</sup> PADRÃO, M. B. Op.cit.,2007.

tempo de serviço com o Capitão João da Mata lhe deu certa hierarquia (...) e toda a sua família passou pela fábrica”<sup>85</sup>.

A partir do exemplo dos libertos Nicolau e Bebiano, podemos dizer que, além das relações familiares, também havia relações de lealdade estabelecidas entre alguns ex-escravos e determinados ex-senhores, que perpassavam a lógica de recrutamento dos operários. Essa relação de lealdade, que dava um acesso relativamente privilegiado a alguns libertos e a seus descendentes dentro do corpo de operários, foi mantida até que idéias que apontavam que os trabalhadores negros não eram os mais adequados para o trabalho fabril ganhavam espaço cada vez maior para o recrutamento de operários.

Acreditamos que essas idéias se fortaleceram ao longo das primeiras décadas do século XX, e a ascensão de Doutor Geraldo à gerência da companhia na década de 1940 parece ser o momento onde elas são colocadas de maneira mais explícita, pois, segundo alguns netos e bisnetos de Nicolau, durante sua gerência, o acesso de pessoas negras aos empregos da fábrica foi sistematicamente dificultado, sob a justificativa de que as “pessoas de cor” que ficassem por muito tempo expostas a um ambiente sem sol e com poeira de algodão contrairiam tuberculose<sup>86</sup>.

É impossível saber quando, de fato, a preferência por trabalhadores brancos se instalou na Companhia de Cachoeiras de Macacos, sendo possível apenas constatar que havia, na fábrica, operários e operárias negras, inclusive ex-escravos, no início do século XX. Acreditamos que, muito provavelmente, nos anos 1920, 1930 e 1940, esse tipo de seleção pela cor da pele, era praticada e percebida por todos na vila, o que, devido à idade de nossos depoentes foi identificado especialmente durante a gerência de Geraldo Pereira.

Na realidade, poderíamos escrever a história local a partir da atuação daquelas pessoas que ocuparam cargos importantes na administração da fábrica, sendo que, grosso modo, os principais cargos eram os de diretor, gerente e sub-gerente. A história da ocupação desses cargos é um tanto complexa e daria assunto para todo um capítulo da dissertação<sup>87</sup>, pois, como já foi colocado acima, as visões culturais e políticas dos dirigentes da fábrica poderiam ter desdobramentos significativos sobre o regime de funcionamento da vila fabril e sobre o seu corpo de operários.

---

<sup>85</sup> FREITAS, E. A. Op.cit.,1995. p.37.

<sup>86</sup> Diversos depoimentos, incluindo do próprio Dr. Geraldo Pereira, fazem referência à crença de que pessoas negras que trabalhassem na fábrica ficavam tuberculosas.

<sup>87</sup> Entre 1886 e 1967 houve onze diretores, quatro gerentes e sete sub-gerentes na administração da companhia. Fonte: COMPANHIA TÊXTIL CACHOEIRA DE MACACOS. *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos / 1886 – 1967*. Autor desconhecido. Sem data. p.1-3.



Em relação a esse tema, o que nos interessa destacar, no final desse primeiro capítulo, são alguns aspectos da transição de poder que se sucedeu quando o Cel. Américo foi chegando ao final de sua vida. Um dos aspectos mais importantes dessa transição foi sua própria iniciativa de eleger um sucessor de sua confiança para administrar a fábrica. Esse sucessor, citado por nós anteriormente, foi Geraldo Pereira da Rocha, bacharel em advocacia, filho de um antigo acionista e gerente da fábrica, que saiu de Cachoeira de Macacos aos 14 anos, e voltou ao 26 anos de idade. A carreira de Geraldo Pereira, como industrial e empresário, iniciou-se dentro da vila fabril de Cachoeira de Macacos a partir de 1938, quando, por um desentendimento entre os dirigentes da fábrica, foi trazido pelo próprio Coronel Américo para ocupar o cargo de subgerente, alcançando o posto de gerente em 1944, e de diretor em 1966.<sup>88</sup>

Poderíamos dizer que Doutor Geraldo, como ficou conhecido localmente, acabou por materializar a “herança” deixada pela forma de administrar do Cel. Américo Teixeira. Segundo o próprio Doutor Geraldo, desde sua volta para Cachoeira de Macacos, em 1938, o Cel. Américo ia a sua “(...) casa todo santo dia. Na hora do almoço, eu estava almoçando e ele estava conversando comigo; acabava de almoçar, ia embora. À tarde eu saía da fábrica, (...) jantava e ia para casa dele(...)”<sup>89</sup> A forma como esse depoente descreve essa relação deixa evidente a disposição do coronel em acompanhar a formação de Geraldo Pereira como gestor da fábrica e vice-versa. Essa idéia é reforçada ainda mais quando, aos 94 anos de idade, Geraldo Pereira revela que não entendia absolutamente nada de fábrica têxtil antes de começar a trabalhar na companhia<sup>90</sup>.

Primeiro como subgerente e depois como gerente, Doutor Geraldo, ou simplesmente Pereira, como prefere ser chamado, era, antes de qualquer coisa, uma pessoa da confiança do Cel. Américo. Seu pai, Cirino Pereira era primo de Américo, e seu avô foi um dos fundadores da fábrica. Além disso, sua mãe cuidou do Capitão João da Mata e do próprio Cel. Américo, pai e filho, quando eles envelheceram, o que evidencia a permanência e profundidade desses laços familiares.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> COMPANHIA TÊXTIL CACHOEIRA DE MACACOS. *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos / 1886 – 1967*. Autor desconhecido. Sem data.

<sup>89</sup> ROCHA, G. P. *Idem*, p. 21.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 17

Pereira é, também, proveniente de um núcleo familiar bastante privilegiado para sua época, porque todos os seus irmãos se formaram em algum curso superior e todas as suas irmãs, com exceção de uma, tornaram-se professoras.<sup>92</sup>

A combinação entre suas relações familiares, o *status* de bacharel em direito e uma orientação pessoal e profissional do Cel. Américo, permitiram que o Doutor Geraldo permanecesse por mais de duas décadas no controle das ações executivas da fábrica. Analisando seu trabalho como gerente, ele ressalta que “(...) tudo pertencia à fábrica (...) e a fábrica é que mandava em tudo. Eu estava na fábrica, eu era parteiro, eu era advogado, eu era... tudo que tinha aqui, que girava em torno da fábrica, recaía tudo sobre mim”.<sup>93</sup>

Poucos anos após a morte de Américo, ocorrida em 1947, Geraldo Pereira foi um dos principais promotores da modernização do sistema de produção da fábrica. A expansão extraordinária dos lucros durante a 2ª Guerra Mundial, aliada à política de expansão industrial de Getúlio Vargas, foram, para ele, os principais facilitadores desse processo de modernização.

A modificação da fábrica, da fábrica antiga para fábrica moderna (...) foi depois da guerra, (...) da Segunda Guerra Mundial. Aí então é que houve a modificação completa, a fábrica antiga foi demolida e a fábrica nova foi construída. Tudo, o prédio e o maquinário, tudo novo. (Eu) já era o gerente, (...) e tinha a liberdade absoluta da diretoria daqui. Na época da Guerra, a fábrica começou a ganhar muito dinheiro e houve um decreto de Getúlio Vargas de lucros extraordinários; ou você paga o imposto de renda em dobro, ou então faz um pecúlio aí para remodelar a indústria. Ora, a fábrica aqui era precária, em vez de eu deixar o dinheiro ir para nação, eu fui acumulando o dinheiro no Banco Agrimisa, até inteirar dez mil contos. Quando tinha isso (...) chamei um rapaz do Rio, conversei com ele, (...) e aí estabelecemos o plano todo. Comprei todo o maquinismo, mandei construir os prédios novos. Quando o maquinismo chegou aqui, o prédio da fiação já estava prontinho e o outro já estava em estado bem adiantado. A tecelagem, eu comprei do Japão, e a fiação veio da Inglaterra. Agora, depois veio a miscelânea, compramos da América do Norte, compramos da Alemanha, comprava da Itália (...)<sup>94</sup>

Essa reforma durou em torno de cinco anos e se iniciou no final da década de 1940. Toda a infra-estrutura da companhia foi modernizada, incluindo a antiga

---

<sup>92</sup> Ibidem, p. 05.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 13

<sup>94</sup> Ibidem, p. 26.

barragem do ribeirão Macacos, que foi acrescida de um metro. Segundo Geraldo Pereira, nesse modernização, a capacidade produtiva da empresa passou de 320 mil metros de tecido para um milhão e trezentos mil metros por mês, apesar do número de operários ter diminuído<sup>95</sup>. Dividida em três turnos, a fábrica passou a produzir durante as vinte e quatro horas do dia e se consolidou, no início da década de 1960, como uma empresa de porte industrial médio.

Esse processo de modernização não se ateve à área produtiva e percorreu a paisagem urbana e arquitetônica de toda a vila fabril. Diversas casas de operários, a escola, o cinema, a “rua Velha” e a praça principal foram reconstruídos. Poços artesianos foram furados e água encanada e luz foram colocadas em todas as casas da Companhia.<sup>96</sup>

Foto 11



Foto 12



Foto 11: Vista da Fábrica e da praça central da vila depois do processo de modernização.

Sem data. Acervo particular Eugênio de Freitas.

Foto 12: Residência construída para operários da fábrica.

Sem data. Acervo particular de Eugênio de Freitas.

Com estratégias similares às utilizadas na época do Coronel, Doutor Geraldo, como gestor da fábrica, marca a história local ao modernizar o que há cinquenta anos era o moderno, sem abrir mão do rígido regime de controle da vila.

Dessa forma, a continuidade das relações de poder é, de fato, um fator marcante da formação histórica da localidade. Isso não significa dizer que esse regime de funcionamento não estivesse mudando. Se nos aprofundarmos um pouco nas especificidades da história de Cachoeira de Macacos perceberemos que a vila, definitivamente, não estava confinada ou isolada de questões políticas e culturais de âmbito nacional e regional e que mudanças significativas neste cenário impunham à

---

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 07.

direção da fábrica e à população como um todo a necessidade de oferecer respostas que tiveram impacto direto sobre o regime de funcionamento da vila fabril.

### **1.7 - O “transbordamento” da vila e a emancipação municipal**

Como já dissemos, o processo de modernização produtiva foi apenas uma das grandes mudanças pelas quais Cachoeira de Macacos passou durante a gerência de Geraldo Pereira. Nesse contexto, o surgimento de uma nova aglomeração urbana do outro lado do ribeirão Macacos, na década de 1950, e a emancipação municipal, em 1963, são elementos tão importantes para a compreensão desse período da história local quanto a modernização do sistema produtivo.

A formação da “rua Nova”, como ficou conhecido o bairro formado do outro lado do ribeirão Macacos, deve-se em grande parte ao crescimento expressivo da população da vila, que, no início da década de 1940, contava com cerca de 1.500 habitantes<sup>97</sup> e passou a ter aproximadamente 2.800, no final da década de 1950<sup>98</sup>.

Os motivos que levaram ao crescimento da população local é um dos temas que pretendemos aprofundar em pesquisas futuras, mas, por ora, nos interessa ressaltar que o surgimento desse bairro fez com que, em meados do século XX, a vila passasse a ser dividida em duas grandes partes: o lado onde se encontravam as instalações da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos e as edificações construídas para moradia dos operários era identificado como “rua Velha”, o outro lado do ribeirão era conhecido como “rua Nova”, não pertencendo territorialmente à fábrica e sendo formado por edificações construídas pelos próprios moradores, operários ou não da fábrica<sup>99</sup>.

A população da “rua Nova”, em menos de dez anos, superou a população da “rua Velha” e, no início do ano de 1963, contava com cerca de 2.000 moradores, enquanto a “rua Velha” possuía em torno de 800<sup>100</sup>. Alguns moradores referem-se à “rua Nova” como a “cidade livre”<sup>101</sup>, ou melhor, como uma área que fazia parte do aglomerado urbano de Cachoeira de Macacos, mas que não se encontrava submetida ao

---

<sup>97</sup> ROCHA, G. P. Idem, p. 21.

<sup>98</sup> Livro de Atas da Comissão Pró – Emancipação de Cachoeira de Macacos. Acervo Particular de Eugênio de Freitas. .1. A comparação entre dois *Dicionários Toponímicos* do IBGE mostra que, em 1954, havia 136 edificações na vila de Cachoeira de Cachoeira de Macacos e, no ano de 1968, esse número passou para 400 edificações. IBGE. *Dicionário toponímico*. Belo Horizonte: [s.n.], 1954. e IBGE. *Dicionário toponímico*. Belo Horizonte: [s.n.], 1968.

<sup>99</sup> SANTOS, Uirton José dos. *Uirton dos Santos [depoimento, 2006]*. Cachoeira da Prata, Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p. 8.

<sup>100</sup> MORAIS. F. Op.cit.,1963. p.1.

<sup>101</sup> PADRÃO. Jairo. Op.cit.,2007.

controle exercido pelos dirigentes da fábrica. Grande parte dos moradores da “rua Nova” eram antigos habitantes da vila que resolveram ou foram obrigados a se mudar para o outro lado do rio. Entre os principais fatores que concorreram para essa mudança estavam o crescimento familiar, a vontade de ter uma casa própria e modificações no sistema de alocação dos operários nas casas da fábrica, o que era, na realidade, uma estratégia da fábrica para manter sua autoridade, beneficiando ou prejudicando determinados moradores da vila, fossem eles operários ou não.

Concomitantemente ao crescimento da “rua Nova”, iniciou-se um movimento que buscava transformar a vila fabril em sede municipal. Nesta época, Cachoeira de Macacos pertencia ao município de Inhaúma, que fora emancipado de Sete Lagoas em 1953. O ribeirão Macacos dividia a jurisdição da vila entre o distrito sede de Inhaúma e o distrito de Fortuna, criado em 1911. Ou seja, a “rua Velha” fazia parte do distrito sede e a “rua Nova” pertencia a Fortuna. Em 1957, formou-se a primeira “comissão promotora da emancipação”, que tinha como principal objetivo criar o município de Cachoeira de Macacos, que teria o distrito de Fortuna como parte de seu território. Diversos obstáculos foram enfrentados por essa comissão, que era composta por funcionários da fábrica, comerciantes, profissionais liberais e fazendeiros da região<sup>102</sup>. O principal obstáculo era “(...) a oposição frontal feita pela Diretoria da Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos que de modo algum permite a instalação do município ou da sede do mesmo em seus terrenos.”<sup>103</sup> Incapaz de vencer esse obstáculo, a comissão foi dissolvida na sua segunda reunião, “deixando, no entanto, a semente da libertação que, por certo, um dia germinará”.<sup>104</sup>

Um ano depois, em junho de 1958, os trabalhos da comissão foram retomados, sendo, em nossa interpretação, encaminhados sob uma nova perspectiva, uma vez que uma das primeiras ações é a fundação do diretório do Partido Republicano na localidade<sup>105</sup>. Neste momento, fica evidente que se buscava formar uma grande articulação política para conseguir vencer não somente a oposição da diretoria da fábrica, como também a resistência do prefeito de Inhaúma, que também era contrário à emancipação de Cachoeira de Macacos<sup>106</sup>.

---

<sup>102</sup> Livro de Atas da Comissão Pró – Emancipação de Cachoeira de Macacos. Acervo Particular de Eugênio de Freitas. Ata de 18 de junho de 1957.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Ibidem. Ata de 05 de junho de 1958.

<sup>106</sup> Idem.

Essa mobilização política cresceu e, amplamente apoiada pela população local e por políticos de considerável influência regional, a comissão pró-emancipação conseguiu incluir Cachoeira dos Macacos na Lei nº 2.764 de 30 de dezembro de 1962, que emancipou 80 municípios mineiros. Para alcançar esse objetivo, a comissão teve que modificar bastante o plano inicial e concordar com uma divisão territorial que deixou a Cachoeira de Macacos um território de apenas 61 quilômetros quadrados, atualmente o terceiro menor município de Minas Gerais.

A emancipação municipal poderia ser identificada como o início de um novo tempo para a localidade, ainda que a Companhia continuasse a ser detentora de boa parte dos terrenos e edificações do recém-criado município e continuasse a exercer uma influência extremamente grande sobre sua população. Mesmo com a constatação dessa influência, é possível identificar que mudanças significativas aconteceram em pouco tempo. Uma das mais importantes foi a separação física das instalações da fábrica do resto da cidade, ocorrida em meados da década de 1960, quando, sob a gerência de João Lúcio Vaz de Melo, é construído um muro para evitar o ingresso de transeuntes na companhia. Emancipada politicamente e separada fisicamente da fábrica, poderíamos dizer que o regime de controle da localidade e a própria noção de “vila fabril” chegara ao seu fim. Cachoeira de Macacos tornava-se, enfim, como a “rua Nova” uma “cidade livre”.

## Capítulo 2 – Histórias e memórias do Coronel Américo Teixeira Guimarães

Nesse capítulo pretendemos analisar alguns aspectos do processo que tornou Américo Teixeira Guimarães símbolo da história de Cachoeira da Prata. Como já mencionamos, Américo exerce o papel de personagem central em diversos documentos orais, escritos e iconográficos que contam a história da cidade, o que nos possibilita dizer que a história local é apresentada, por diferentes interlocutores, praticamente como uma manifestação de suas ações e intenções.

Se fossemos acompanhar o único livro publicado exclusivamente sobre as memórias de Cachoeira da Prata iríamos começar mencionando a fazenda Pacu, em uma alusão mimética entre a história de Cachoeira da Prata e o local onde Américo viveu as duas primeiras décadas de sua vida<sup>107</sup>. Nesse esforço de registrar parte das memórias do município, Eloy de Freitas busca evidenciar a importância central que a figura de Américo Teixeira tem para a história local. Publicado em 1995, o livro de memórias de Eloy é, atualmente, uma das principais fontes utilizadas pelos moradores da cidade para rememorar a história local. Citado como uma referência de leitura por alguns de nossos depoentes, ele é uma publicação bastante consultada no escasso acervo sobre história local da Biblioteca Municipal de Cachoeira da Prata.

Além desse livro, pesquisamos três outros que fazem referências à história de Cachoeira de Macacos e alguns de seus personagens e instituições. Todos eles são dedicados à história de Sete Lagoas, município ao qual pertencia Cachoeira de Macacos até 1948. Dois foram produzidos por Jovelino Lanza<sup>108</sup> em meados do século XX. São eles: *Minha Sete Lagoas*<sup>109</sup>, crônicas lidas pelo autor semanalmente na Radio Cultura de Sete Lagoas entre os anos de 1956 e 1958 e compiladas em uma publicação, e *História*

---

<sup>107</sup> FREITAS, E. Op.cit., 1995.

<sup>108</sup> Jovelino Lanza tornou-se o “historiador” mais conhecido e lido de Sete Lagoas a partir de “crônicas históricas” que ele produzia e apresentava semanalmente, na segunda metade da década de 1950, na rádio Cultura de Sete Lagoas. Jornalista e memorialista, Lanza trabalhou a maior parte de sua vida como funcionário público, exercendo, por mais de trinta anos, a função de “*escrivão do crime*” na cidade de Sete Lagoas. Após se aposentar, na década de 1960, Jovelino Lanza foi nomeado Diretor do Departamento de Educação, Saúde, Assistência e Cultura da Prefeitura Municipal. Em 1969, dois anos após vencer um concurso promovido pela Prefeitura em homenagem ao centenário de emancipação municipal, Lanza passou a fazer parte da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Autor de dois livros, Lanza possui um estilo de escrita bastante agradável para o leitor e dedicou-se a escrever tanto sobre história política como sobre a cultura e o cotidiano de sua cidade. Proveniente de uma das famílias políticas tradicionais, seu saudosismo do ritmo de vida local e regional, na primeira metade do século XX, é uma das principais marcas de seus escritos. LANZA, J. Op.cit., 1967. p.10-15.

<sup>109</sup> LANZA, Jovelino. *Minha Sete Lagoas: crônicas*. Belo Horizonte: Carneiro & Cia, 1958.

de *Sete Lagoas (subsídios)*<sup>110</sup>, no qual o autor reúne documentos escritos e iconográficos sobre a história do município de Sete Lagoas, abrangendo parte de sua zona rural. Nesses dois livros, Lanza demonstra ser um declarado admirador do Cel. Américo Teixeira, projetando-o como o personagem de maior relevância política e econômica da história da antiga vila fabril de Cachoeira de Macacos.

No livro *Minha Sete Lagoas*, destaca-se uma crônica datada de 26 de dezembro de 1957, na qual o autor justifica, com fatos e argumentos, porque Cachoeira de Macacos deve ser reconhecida como uma localidade pioneira na região, chegando a dizer que tanto Sete Lagoas como Inhaúma, ambas sedes municipais, eram “um prolongamento da cidade de Cachoeira de Macacos”<sup>111</sup>. Isso porque, esse núcleo fabril seria a “(...) a primeira cidade a ter automóvel em Minas, ser uma das primeiras cidades a instalar o cinema no Brasil, ser a primeira cidade a organizar uma linha de ônibus em Minas Gerais, ser a segunda cidade que instalou um telefone no Brasil, ser a terceira cidade a possuir luz elétrica em Minas Gerais e a quarta do Brasil, e, finalmente, ser a terceira cidade a montar a indústria têxtil”<sup>112</sup>. Lanza destaca, ainda, a atuação de homens naturais de Cachoeira de Macacos nas atividades comerciais, nos serviços de saúde pública, na mineração de cristal e mármore, na criação de um banco com sede na cidade de Sete Lagoas, e, especialmente, na política, ressaltando a importância do coronel Américo Teixeira Guimarães.

Outra referência que parece ser complementar a essa crônica, está no livro *História de Sete Lagoas*, que contém uma foto do Cel. Américo Teixeira com a seguinte legenda: “Cel. Américo Teixeira Guimarães. Fundador da fábrica de tecidos << Cachoeira de Macacos>>. Foi o 1º industrial de Sete Lagoas e também político da maior influência. O seu <<sim>> ou seu <<não>> eram decisivos”<sup>113</sup>.

O terceiro livro, *O passado compassado de Sete Lagoas*<sup>114</sup>, foi escrito por Joaquim Dias Drummond<sup>115</sup>, sendo publicado em 1977, dois anos após a morte de seu

---

<sup>110</sup> LANZA, J. Op.cit., 1967.

<sup>111</sup> É interessante notar que o autor apresenta a localidade como uma cidade, sem aspas alguma. Sabemos, no entanto, que, na década de 1950, Cachoeira de Macacos pertencia ao município de Inhaúma e era, como vimos no primeiro capítulo, uma vila fabril privada que não tinha nem mesmo o *status* de distrito. LANZA, J. Op.cit., 1958. p.134.

<sup>112</sup> Na realidade no início da crônica Jovelino Lanza se propõe a agregar novas informações à um informativo produzido e distribuído por João da Mata, proprietário da linha de ônibus << Expresso Cachoeirense >>, aos passageiros da linha Cachoeira de Macacos a Sete Lagoas. Ibidem, p.134.

<sup>113</sup> LANZA, J. Op.cit., 1967.p.159.

<sup>114</sup> DRUMMOND, J. D. Op.cit.,1977.

<sup>115</sup> Joaquim Dias Drummond nasceu em 1891 e teve uma vida bastante ativa na política e em entidades religiosas, esportivas e culturais de Sete Lagoas. Eleito vereador para o mandato de 1919 a 1922, em 1920,



autor. Formando por uma série de artigos dirigidos à imprensa local, nesse livro, além de apresentar alguns personagens da antiga fábrica de Cachoeira de Macacos que tiveram uma vida política ativa em Sete Lagoas nas primeiras décadas do século XX, Drummond faz uma narrativa, bastante detalhada, da forma como a Revolução de 1930 se manifestou em Sete Lagoas, assunto que iremos analisar brevemente ainda nesse capítulo.

Diferentemente dos outros memorialistas, esse autor não demonstra, de maneira explícita, apreço ou admiração pelo personagem Américo Teixeira e atribui a três antigos dirigentes da fábrica o *status* de coronel. Eram eles: Américo Teixeira, Júlio Luiz Moreira e Bernardino Vaz de Melo<sup>116</sup>. Sabemos que os três, de fato, exerciam uma influência significativa na gestão da vila fabril e que todos eles galgaram o posto de diretor da companhia. Bernardino Vaz de Melo é reconhecido por alguns depoentes como o braço direito do Cel. Américo na política e também na gestão da fábrica<sup>117</sup>. Casado com a filha de Américo, não encontramos, até o momento, qualquer outra referência documental que atribuísse a esse personagem a nomeação de coronel. Em relação a Júlio Luiz Moreira, que era irmão da esposa de Américo, entre todas as fontes pesquisadas por nós, encontramos apenas dois documentos, ambos do arquivo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira, que se referiam a esse antigo dirigente da companhia como coronel. Um desses documentos é especialmente elucidativo, pois aponta que, no dia da inauguração das Escolas Reunidas Cel. Américo Teixeira, em 1928, uma manifestação que contou com a presença de todos os alunos partiu da escola em direção à casa do Cel. Américo Teixeira para agradecer publicamente o seu apoio à nova instituição. Após passar pela casa do “Cel. Américo”, a manifestação seguiu para a casa do “Cel. Júlio Moreira” com o mesmo objetivo, o que nos indica que eles eram reconhecidos como as mais influentes personalidades da vila no final da década de 1920<sup>118</sup>.

---

Drummond foi nomeado coletor de rendas municipais de Sete Lagoas, e, posteriormente, secretário da última Câmara Municipal da Primeira República. No ano de 1922, ele comprou a tipografia do jornal local “O Reflexo” e começou a participar ativamente da imprensa de Sete Lagoas e Belo Horizonte, publicando artigos sobre diversos temas, entre eles a história de Sete Lagoas. Após a revolução de 1930, Drummond foi mantido como funcionário da municipalidade, até que ingressou na carreira bancária em 1942, na qual permaneceu até se aposentar em 1964. Joaquim Drummond faleceu no ano de 1975. DRUMMOND, J.D. Op.cit., 1977. p. 4-8.

<sup>116</sup> Todos eles, em trechos dispersos pelos livros, são apresentados como *coronéis* pelo Drummond. DRUMMOND, J. D. Op.cit.,1977.

<sup>117</sup> ROCHA, G.P.Op.cit.,2006. p.15.

<sup>118</sup> Arquivo da Escola Municipal Coronel Américo Teixeira. Livro de atas das Escolas Reunidas “Cel. Américo Teixeira”. Ata da instalação das Escolas Reunidas “Cel. Américo Teixeira”. 01/05/1928. p.1.

Essas evidências apontam que dentro do grupo familiar que dominava política e economicamente Cachoeira de Macacos diferentes pessoas eram reconhecidas como chefes locais. No entanto, a partir da análise conjunta dessas fontes, podemos dizer que somente Américo Teixeira permaneceu na memória da população mais antiga como o mais poderoso e centralizador membro desse grupo. Essa análise nos permite, também, tirar algumas conclusões iniciais sobre a projeção simbólica que esse e outros personagens alcançaram local e regionalmente. A primeira, refere-se ao fato de Joaquim Drummond apresentar os três personagens como coronéis, o que pode nos indicar que os dirigentes da fábrica de Cachoeira de Macacos eram reconhecidos em âmbito regional como uma família política, no qual todos eram coronéis<sup>119</sup>. A segunda, vem do confronto da perspectiva desse autor com outros documentos escritos e orais que demonstram uma diferença significativa entre a projeção externa dos dirigentes da companhia e a projeção interna dos mesmos dentro da vila fabril de Cachoeira de Macacos. Nesse sentido, como pudemos verificar na documentação da escola, no final da década de 1920, havia dois coronéis reconhecidos publicamente como tais, Américo Teixeira e Júlio Moreira. No entanto, ao longo de todas as entrevistas que realizamos, jamais encontramos referência alguma a outro personagem que ostentasse o *status* de coronel a não ser Américo Teixeira Guimarães. Assim, foi a memória de Américo como coronel que se perpetuou, abarcando e levando ao esquecimento a dos demais.

A partir da entrevista de Geraldo Pereira podemos constatar que havia uma disputa entre os coronéis Américo e Júlio pelo controle das decisões dentro da fábrica<sup>120</sup>. Disputa essa que culminou, como vimos no primeiro capítulo, com um desentendimento entre eles e com a entrada do próprio Geraldo Pereira, a convite do Cel. Américo, para a gerência da companhia. Um cargo até então ocupado por Júlio Luiz Moreira que passou a acumular também o posto de diretor da companhia. Como não tivemos acesso aos documentos internos da empresa e como não encontramos um depoente que tivesse conhecimento e/ou disposição para esclarecer os motivos desse desentendimento, restringiremos nossa análise à construção das representações em torno do personagem Américo Teixeira, sendo imprescindível apontar que, diferentemente do que a maior parte das fontes pesquisadas nos indica, a projeção do Cel. Américo como personagem principal da história local não é espontânea. Como todas as construções memoriais, essa projeção é resultado do

---

<sup>119</sup> DRUMMOND, J.D. Op.cit., 1977. p.49-50

<sup>120</sup> ROCHA, G. P. Op.cit.,2006, p. 21.

investimento e da ação de diversos atores, sendo “naturalizada” por seus portadores, sobretudo com o passar do tempo.

Além disso, essa memória está diretamente ligada a uma disputa de poder, que pode ser evidenciada na permanência da representação de Américo como o único coronel de Cachoeira de Macacos. A constatação que esse personagem estava totalmente imerso em uma disputa de poder que repercutiu sobre a construção de uma memória coletiva, também foi identificada por nós, através da forma como o memorialista Joaquim Dias Drummond relembra do cel. Américo em seus escritos. Drummond nasceu em 1891 e teve uma vida bastante ativa na política e em entidades religiosas, esportivas e culturais de Sete Lagoas, desempenhando o posto de vereador de 1919 a 1922, sendo, segundo ele mesmo, eleito “como representante da numerosa classe operária”<sup>121</sup>. No ano de 1920, foi nomeado coletor de rendas municipais de Sete Lagoas, sendo, posteriormente, secretário da última Câmara Municipal da Primeira República. Apesar de ser trinta anos mais novo do que Américo, ele presenciou boa parte do processo de consolidação do poder econômico e político do coronel na região. Nossa interpretação de que Drummond parece não ser muito afeiçoado à figura de Américo, não indica que eles não pudessem ser aliados políticos ou até mesmo amigos, mas sim que Drummond estava entre aqueles que criticavam a construção simbólica que o Cel. Américo fazia em torno si. Essa crítica, para nós, fica explícita na passagem de seu livro que analisa a história do sistema de abastecimento de água na cidade de Sete Lagoas, na qual o autor não deixa escapar a oportunidade de registrar uma “quadra popular que ainda guardamos na memória”:

“Américo Teixeira  
não é o que se diz,  
de toco de pau  
fez um chafariz.”<sup>122</sup>

À primeira vista, Drummond utiliza-se dessa quadra como uma fonte que indica que o Coronel Américo foi um dos principais responsáveis pelas instalações de chafarizes de água potável em Sete Lagoas no início do século XX. Contudo, se nos aprofundarmos na leitura de seu texto, perceberemos que essa referência, que foi publicada somente na década de 1970, também serve para o autor registrar, por escrito,

---

<sup>121</sup> Drummond. J.D. Op.cit., 1977. p.41.

<sup>122</sup> Drummond. J.D. Op.cit., 1977. p.107.

uma crítica ao “poderoso coronel” que no passado somente poderia ser transmitida de forma oral e anônima.

Essa interpretação pode ser reforçada pela forma como Jovelino Lanza apresenta um ditado similar, mas que omite a crítica ao coronel. Na realidade, Lanza aponta que havia um chafariz na rua Silva Jardim “(...) que foi construído rapidamente por ocasião de uma festa, coisa de emergência: um pau protegendo um cano com uma torneira. O tal chafariz, como vêem ficou engraçado. Alguém comentou:

“Em Sete Lagoas,  
como se diz,  
toco de pau  
virou chafariz.”<sup>123</sup>

Com o intuito de evidenciar a possibilidade de composição de uma memória crítica em Cachoeira da Prata, buscamos identificar, através de entrevistas, outras informações sobre a existência e os significados da “quadra” que não “poupava a imagem” de Américo. Um de nossos depoentes, Jairo Padrão, disse ter conhecimento desses versos, expondo que o Coronel Américo, de fato, seria responsável pela implantação de chafarizes de água potável em diversas localidades da região. No entanto, longe de evidenciar uma crítica à imagem do coronel, esse depoente aponta que essa quadra teria sido criada por ocasião de uma inauguração *mal-sucedida* de um chafariz em Inhaúma. Na realidade, Jairo Padrão aponta que, “antigamente”, havia uma forte rivalidade entre as populações de Inhaúma e de Cachoeira de Macacos e que o “feito mal-sucedido do Cel. Américo” fora uma sabotagem de moradores de Inhaúma que queriam desmoralizar publicamente o principal chefe político de Cachoeira de Macacos<sup>124</sup>.

Por outro lado, Beatriz Padrão lembra que o chafariz de Inhaúma, realmente, tinha o aspecto de um toco de pau. Da mesma forma que Drummond, utiliza a expressão “transformando em chafarizes alguns tocos de pau” para evidenciar a precariedade da infra-estrutura urbana de Sete Lagoas no início do século XX. O que nos leva a inferir que a criação de chafarizes de água potável era uma estratégia utilizada pelo Cel. Américo para construir sua imagem pública em diferentes localidades da região. Acompanhada de uma iconografia própria da técnica construtiva utilizada – “um toco de

---

<sup>123</sup> LANZA, J. Op.cit., 1958. Crônica de 05/09/1957.

<sup>124</sup> PADRÃO, Jairo. Op.cit.,2007.

pau” – essa estratégia de promoção pessoal de Coronel Américo estava sujeita às críticas, divergências e sabotagens que faziam parte do processo de construção do seu “domínio” e “(...) a julgar pelas quadras populares que costumam glosar os feitos dos homens, satirizando-os”, percebe-se que a história da memória do Cel. Américo Teixeira é um objeto que pode revelar inúmeros aspectos da história política regional.

Talvez um dos aspectos mais significativos, seja a própria noção de coronelismo, uma vez que ao longo de aproximadamente cinco décadas, Américo buscou materializar sua autoridade em uma representação maior que o retrata como *coronel*. Ao se reinventar como “Coronel Américo”, esse personagem busca ser reconhecido, local e regionalmente, como um homem de grande poder, capaz de transformar suas vontades em leis e de intervir na infra-estrutura urbana, na economia, na cultura e na política de “sua” localidade. Obviamente, ele não era o único coronel de sua época, pois foi exatamente no período compreendido pela Primeira República, quando a autoridade de Américo Teixeira se estabelece, que o “coronelismo” teria se consolidado como uma importante referência política no Brasil<sup>125</sup>. Contudo, a especificidade de Américo Teixeira estava no fato de ser um coronel que era identificado como o “primeiro industrial de Sete Lagoas”.

Reconhecido como um homem de origem relativamente humilde, Américo tornou-se o líder maior de uma vila fabril que, já na década de 1920, contava com uma fábrica têxtil bastante lucrativa, iluminação elétrica, água canalizada, telefone, estrada de rodagem, cinema e dezenas de edificações que seguiam um estilo eclético, característico da modernização arquitetônica que ocorreu em diversas capitais do Brasil no início do século XX<sup>126</sup>. Dessa forma, Américo parece ser um “coronel moderno e progressista” e o modo de vida e trabalho de Cachoeira de Macacos - fábrica e vila - era, provavelmente, a maior manifestação de seu poder.

## 2.1 – Coronel e coronelismo em Cachoeira de Macacos

O regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos, em nossa interpretação, pode ser mantido sem grandes distúrbios até a emancipação municipal em

---

<sup>125</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.p. 276

<sup>126</sup> Para mais informações sobre a construção do domínio político do cel. Américo Teixeira ver MENDES, Bruno de Araújo. “Histórias e Memórias do Cel. Américo Teixeira em Cachoeira da Prata, Minas Gerais”. In: *Anais complementares do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007*. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Bruno%20de%20Araujo%20Mendes.pdf>

1962, pois estava assentado sobre uma autoridade reconhecida como legítima na localidade. Personificada, em diversas fontes, pela figura do Cel. Américo Teixeira, a legitimidade dessa autoridade local pode ser evidenciada pela recorrência de fontes que citam a harmonia da vida cotidiana da vila como uma referência importante da sua história.

Entre essas fontes, destaca-se uma matéria publicada pelo jornalista Frederico Morais no *Estado de Minas* no dia 05 maio de 1963. Essa matéria, formada por diversos textos que tomam a história da fábrica de tecidos e de Américo Teixeira Guimarães como temas principais, reflete como a permanência da imagem desse personagem no imaginário local e regional possibilita o diálogo entre contextos, épocas e produtores de significados para a memória do personagem e da cidade. Publicada poucos meses após a criação do município, na matéria, a *harmonia* da vida na cidade seria fruto do *espírito de entendimento* do principal fundador da fábrica, Américo Teixeira Guimarães. Nela, o jornalista não deixa de enfatizar diversos aspectos da realidade local no ano de 1963, buscando representar a relação entre Américo e a recém emancipada Cachoeira de Macacos como a de “criador e criatura”. O criador era um patriarca que detinha o espírito de harmonia e entendimento, a criatura uma “cidade fábrica tranqüila como poucas no Brasil”. Um exemplo perfeito de

(...) cidade e fábrica onde nunca se viu falar de greve – e já se passaram 75 anos –, nem crimes, nem brigas, onde patrões e empregados vivem em harmonia, num clima de entendimento: uns e outros, levantando-se às cinco horas da manhã, almoçando às 10 horas, jantando as quatro da tarde. É uma espécie de oásis no deserto, um paraíso(...).<sup>127</sup>

Ao descrever o Coronel Américo, Morais aponta que ele era um “(...) verdadeiro patriarca. Franzino, pesando pouco, mas bastante resistente. Rigoroso, energético, sem ser ranzinza. Pelo contrário era um eterno brincalhão. Tinha o espírito da harmonia e de entendimento. Era amigo de todos, especialmente de seus empregados que visitavam sua casa e eram tratados como irmãos.(...)”<sup>128</sup>

Dessa forma, o repórter evoca a personalidade de Américo para explicar a construção histórica do espírito de entendimento que reinaria em Cachoeira de Macacos e a tornava em um “oásis no deserto” ou uma cidade que se encontrava distante do contexto político brasileiro do início da década de 1960, quando o tema da luta de

---

<sup>127</sup> MORAIS. F. Op.cit., 1963. p.1.

<sup>128</sup> Idem.

classes era recorrente e diversos setores da sociedade brasileira se articulavam em um agitado e tenso processo de radicalização política, que terminou em março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart.

Protegida desses conflitos por “sua própria história”, Cachoeira de Macacos seria um exemplo real de uma “cidade fábrica”, na qual o enfrentamento dos interesses de empregados e patrões jamais se manifestou, pois a autoridade da direção da companhia, como herança do espírito de entendimento de Américo Teixeira, era mantida em um regime de harmonia e comunhão.

Não há dúvida, que esse jornalista assume uma visão política conservadora ao elaborar essa imagem da história local. Ainda assim, não podemos desprezar a representação recorrente de que o coronel era uma autoridade “extremamente inteligente”, “simples”, “jocoso”, “simpático”, entre outras que saem “espontaneamente” das narrativas sobre nosso personagem. Por exemplo, é admirável para Beatriz Padrão, antiga moradora e operária da vila fabril de Cachoeira de Macacos, que “Américo gostava de progresso, eles falavam (...) que o primeiro carro que entrou em Minas Gerais foi para ele, uma baratinha, tinha telefone, tinha (todas) as coisas, mas era um homem sempre simples, não era exibido em nada.”<sup>129</sup>

Da mesma forma, talvez a mais recorrente das representações feitas sobre Américo era que ele gostava muito de crianças. Beatriz Padrão, que nasceu em 1932, parece lembrar bem do dia que viu o Coronel Américo no armazém:

(...) eu era menina bem pequena nessa época. Eu saí de lá e tinha um pé de jatobá muito grande (próximo ao armazém); aí quando nós estávamos mais ou menos no pé de jatobá, um homem humilde e simplório veio correndo atrás de mamãe e deu um pacote; era pra mim. Era para mim, eram balas, balas de abacaxi, muito gostosas, que vendiam no armazém. Ele comprou bala e mandou esse moço levar para mim; o coronel Américo, eu ganhei umas balas dele (risos).<sup>130</sup>

Ana Costa, nascida em 1920 e operária na fábrica desde os 11 anos, também rememora uma cena bem similar: “Eu lembro dele, ele era um velho, assim, simpático, muito bom... E tinha só um armazém aqui: então a gente ia lá nesse armazém comprar

---

<sup>129</sup> Ou seja, Américo foi o primeiro a ter telefone, carro, entre outras novidades, mas não era “exibido”, continuava “simples”, o que é assinalado e valorizado na visão da depoente. PADRÃO, M.B.Op.cit.,2007.

<sup>130</sup> PADRÃO, M.B. Op.cit.,2007.

as coisas. Ele chegava lá e dava bala para gente. Tudo é que era menino ele dava bala (risos).”<sup>131</sup>

Gentil Teixeira, nascido em 1921 e atualmente o morador mais idoso da comunidade de descendentes de Nicolau Teixeira, é mais um a reforçar essa mesma imagem do “coronel amigo das crianças”:

Eu conheci ele (o Cel. Américo) quando era pequeno. Eu não ia no cinema porque papai não deixava a gente sair, né? Mas tinha muitos meninos que esperavam ele lá na porta do cinema. Os que podiam pagar, pagavam e entravam, e os que não podiam pagar, esperavam ele. Ele chegava e punha todos para dentro. Todos lá para dentro do cinema.(...) ele era gente boa, era gente boa com os meninos todos.”<sup>132</sup>

Enfim, o coronel era uma sumidade entre as crianças, o que poderia ser interpretado como uma de suas estratégias para afirmar-se como o patriarca local, independente dele gostar realmente ou não de crianças. Dentro dessa perspectiva, poderíamos dizer que essa era uma forma que o Cel. Américo encontrou para “teatralizar o seu poder”, o que seria uma maneira de legitimar um estilo de hegemonia que “os grandes aprendiam desde novos e que guardavam até sua morte”<sup>133</sup>.

No entanto, essa não foi a forma como Frederico Moraes, em 1963, construiu a história de Américo e de Cachoeira de Macacos<sup>134</sup>. Ao constatar que o coronel era “gente boa” e que não existiam relatos de greves, sindicatos ou de maiores enfretamentos entre os operários e os dirigentes da fábrica, esse jornalista elabora uma imagem de harmonia para o cotidiano de vida de Cachoeira de Macacos que a projeta como um exemplo histórico de indústria capitalista sem conflitos de classes.

Essa interpretação da forma de funcionamento da vila fabril, todavia, parece não ser original desse repórter, pois em outubro de 1951, onze anos antes da publicação da matéria de Frederico Moraes, a *Revista Popular Paisagem* fez uma reportagem que

---

<sup>131</sup> COSTA, Ana. *Ana Costa (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 25/04/2007. MD 16 – Entrevista n. 05 (não transcrito)

<sup>132</sup> TEIXEIRA, Gentil. *Gentil Teixeira (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 25/04/2007. MD 16 – Entrevista n. 03 (não transcrito).

<sup>133</sup> Adotamos essa noção de “teatralização do poder” a partir da análise que José Sérgio Leite Lopes faz da atuação do cel. Frederico na vila operária de Paulista. Lopes, por sua vez, buscou esse conceito em Thompson que aponta que “uma grande parte da política e da justiça é sempre uma encenação. Uma vez que o sistema social é estabelecido, não há necessidade de ser apoiado por demonstrações cotidianas de poder (embora de tempos em tempos, a força seja afirmada para definir os limites de tolerância do sistema): o que é mais importante é que um estilo teatral seja mantido constantemente” THOMPSON, 1978 apud LOPES, J.S. Op.cit.,1988. p.52.

<sup>134</sup> MORAIS. F. Op.cit., 1963. p.1.



constatava que em Cachoeira de Macacos “(...) em nove anos não houve uma dispensa de trabalho, a não ser um caso esporádico, ocorrido há quase seis anos. Vê-se, assim, o clima de harmonia ali existente e que, sem favor, é devido à alta compreensão entre os trabalhadores e os dirigentes da poderosa empresa”<sup>135</sup>. Adotando um tom didático, essa matéria expõe os diversos benefícios que a companhia proporciona aos seus empregados e indica que os trabalhadores não devem conduzir suas reivindicações a partir do pleito de melhores salários, mas de serviços indiretos, como moradia, assistência médica e educação, providos pela empresa e que constituiriam reais vantagens para os mesmos.

Publicada na fase final de modernização da empresa, ocorrida no final da década de 1940, em um contexto sócio-econômico bastante influenciado pelos lucros extraordinários que a indústria têxtil brasileira alcançou na Segunda Guerra Mundial, essa matéria se colocou explicitamente como um porta voz dos dirigentes, não só da Companhia de Cachoeira de Macacos, mas de boa parte das indústrias têxteis brasileiras que prosperavam em meados do século XX. A partir dessa evidência, podemos dizer que a “harmônica Cachoeira de Macacos” era a mais poderosa das imagens utilizadas para representar o presente, o passado e o futuro da vila fabril. Transmitida pela imprensa de maneira enfática e pública, a “harmonia de Cachoeira de Macacos” torna-se, assim, um argumento histórico e empírico para fundamentar a legitimidade da dominação da fábrica instalada pelo coronel-industrial Américo Teixeira.

Aproximada do depoimento de Geraldo Pereira da Rocha, a representação da “harmonia local” ganha voz e movimento, evidenciando que Cachoeira de Macacos não estava tão distante assim do grande debate da “luta de classes”, apesar dos operários locais continuarem a ser representados como pacíficos, compreensivos e mesmo avessos ao estabelecimento de instrumentos clássicos de defesa de seus interesses. Dizemos isso porque, segundo o entrevistado,

o sindicato veio para cá muitos anos depois. (Na década de 1940) o Ilacir Pereira Lima, um assecla do Getúlio, um sujeito terrível, terrível... ele procurava a animosidade ao máximo entre patrão e empregado. Aqui na Cedro, por exemplo, ele fez muita balburdia. Lá em Belo Horizonte, fez o diabo nas fábricas. Ele era mau. O negócio dele era reivindicar ao máximo, mas a poder de ferro e fogo. Ele me telefonou perguntando se podia vir aqui fundar o sindicato, eu falei: "Uai, pode vir, não tem problema

---

<sup>135</sup>Repórter em Cachoeira dos Macacos. In: *Revista Popular Paisagem*. Belo Horizonte. Outubro de 1951.

nenhum." Veio, conversou comigo e eu cedi a sede do clube. Aí, ele reuniu a turma aqui e fundou o sindicato, fez a ata e fez um discurso absolutamente inflamável. Deu o ponto de vista dele: "Vocês vão reivindicar aqui os direitos de vocês a poder de ferro e fogo". Agora, como a turma daqui era uma turma boa, pacífica, uma turma amiga, compreensiva, (quando) ele foi embora (...) talvez meia hora, uma hora depois, eu já estava deitado, o Antônio de Freitas veio aqui com seis ou oito companheiros e me falou: "Nós precisamos conversar. O Ilacir implantou o sindicato aqui, agora nós já fizemos uma ata desfazendo o sindicato. Vamos mandar uma ata pra ele em Belo Horizonte, desfazendo tudo aquilo que ele fez aqui." E sindicato aqui, nada, nada feito naquela época<sup>136</sup>

Foto 13



Foto 14



Foto 13: No plano de fundo vemos Geraldo Pereira da Rocha no momento de entrevista.

Data: 16/09/2006. Acervo particular da ONG Grão

Foto 14: Vista da fábrica de tecidos a partir da varanda da residência de Dr. Geraldo. Sua residência está localizada ao lado da antiga residência do Coronel Américo Teixeira.

Data: 16/09/2006. Acervo particular da ONG Grão

Acreditamos que esse evento ocorreu no final da década de 1940, quando Ilacir Pereira Lima ganhou projeção política como sindicalista, chegando a se tornar deputado da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em 1950<sup>137</sup>. A partir da fala de Doutor Geraldo, podemos afirmar que a sua influência sobre os operários incomodava a direção da companhia e era entendida como uma ameaça ao “clima de harmonia” da vila fabril de Cachoeira de Macacos.

Enfim, é preciso compreender que mesmo se quisermos acreditar que a “harmonia” é uma representação consolidada na história local, originando-se

<sup>136</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2007 p. 21

<sup>137</sup> Ilacir Pereira Lima foi eleito deputado estadual de Minas Gerais pela primeira vez pelo PTB para a legislatura de 1947 a 1951. Em 1950, ele abandonou seu mandato para candidatar-se deputado federal pelo mesmo partido. Não obtendo sucesso em sua campanha, Ilacir Lima voltou à Assembléia Legislativa de Minas Gerais para um segundo mandato entre os anos de 1951 a 1955. Fonte: <http://www.almg.gov.br/composicao/deputados2.pdf>. Acessado no dia 05/02/2008. Ainda não levantamos mais dados sobre esse personagem, sabemos, contudo, que um dos seus principais focos de atuação política era a criação de sindicatos nas industriais têxteis de Minas Gerais.

especialmente do “espírito de entendimento” do principal fundador da fábrica, essa construção envolveu mecanismos importantes de negociação. Como revelou Geraldo Pereira, cinco décadas depois da publicação da matéria da *Revista Popular Paisagem*, ao dizer que, na época, ele mesmo se comprometeu a dar aos trabalhadores de Cachoeira de Macacos todas as vantagens que os sindicatos de outras fábricas ganhassem, mesmo não existindo um sindicato local, ou melhor, justamente para que não existisse um sindicato local<sup>138</sup>.

Poderíamos seguir com outras fontes e análises que discutem como a imagem da “harmonia” se construiu e ganhou fundamentos “reais” na história e memória de Cachoeira da Prata. Mas a recorrência dessas fontes acaba por destacar as poucas referências que apontam em um sentido contrário. Isto é para um cotidiano da vila fabril difícil e tenso, nada harmonioso. Na realidade, conseguimos, ao longo de nossa pesquisa, identificar apenas um relato que remete ao que seria a única manifestação pública e coletiva dos operários contra o regime de funcionamento da fábrica-vila de Cachoeira de Macacos, mais especificamente, contra a falta de mantimentos no comércio local.

Essa *espécie de revolta* reconstrói alguns aspectos pouco ressaltados das relações de poder na localidade e pode nos fornecer novas informações sobre o “clima de harmonia” tão decantado. Esse caso foi relatado por Beatriz Padrão que trabalhou entre 1944 e 1974 na fábrica e não chegou a presenciar a tal revolta, tomando conhecimento da mesma através de seu tio que

(...) contava que, uma vez, teve uma crise, pois (a fábrica) não estava podendo pagar os operários e o armazém também não estava fornecendo direito. Aí, uma turma foi à fazenda Salvador para reclamar com o seu Américo das dificuldades, do armazém que não tinha nada.

Foi uma procissão e, no meio do caminho, uns entraram no mato, falavam que iam fazer qualquer coisa e voltavam (para a vila) com medo. (Quando chegaram lá) seu Américo falou assim: “Qual que é o cabeça? Porque conversar com esse tanto de gente fica difícil.”

Aí tinha o tal “Clemente Cabeça”, era o apelido que ele tinha. Era um desses homens mais tolinhos, assim vamos dizer. Falaram: “Ele é o Cabeça” (risos). Seu Américo respondeu: “Ele tem o apelido de Cabeça, mas vamos escolher um para conversar?” Aí,

---

<sup>138</sup> Essa passagem nos foi relatada por Doutor Geraldo Pereira um dia antes de realizarmos a entrevista gravada com esse depoente e seu registro encontra-se apenas no caderno de campo sendo datado de 15/09/2006.

diz que ele até tratou muito bem, mandou servir goiabada com queijo e falou que iria conversar com o senhor Francisco Moreira, que mantinha o armazém, e trataria de por as coisas do jeito que fosse, mas não poderia deixar o povo em falta. E assim foi a única espécie de revolta, mas não foi uma revolta, foi uma reclamação.”<sup>139</sup>

Não sabemos a data em que teria ocorrido essa “revolta”, mas, é possível afirmar que esse evento, narrado em tom jocoso e mantido pela tradição oral, como a memória indireta de Beatriz Padrão evidencia, é um importante fato da história local, pois nos possibilita analisar uma série de aspectos que compõem as representações históricas das relações de poder na vila fabril.

Em primeiro lugar, fica evidente que a forma como funcionava a gestão da vila colocava os operários em uma posição de dependência total da fábrica. Como essa dependência era regulamentada, exclusivamente, pela lógica interna da movimentação financeira da fábrica, como vimos no primeiro capítulo, em momentos de crise da indústria, a situação dos operários poderia chegar ao limite do intolerável. Ou seja, não havia outra opção a não ser passar fome ou manifestar-se frente à autoridade constituída. No entanto, mesmo identificando essa situação limite, boa parte dos operários mantinham-se temerosos de manifestar suas reivindicações aos dirigentes da fábrica e serem identificados como mentores de qualquer movimento que pudesse sugerir um questionamento das autoridades locais.

Outro ponto que nos parece importante, é a indicação da figura de Américo Teixeira como o único capaz de mudar a situação caótica em que os operários se encontravam. Essa percepção, por parte dos trabalhadores, deve-se, em grande medida, à sua posição dentro do quadro administrativo da companhia, pois, seja como gerente ou como diretor, desempenhava um papel central na gestão da empresa. Mas, acreditamos, também, que, para além de seu poder entre os sócios da fábrica, ele era identificado por todos, e não só os trabalhadores, como o grande chefe da localidade. Ele era o *coronel*, como ficou imortalizado na memória coletiva, por isso, poderia e deveria manter uma relação de reciprocidade e paternalismo com os moradores da vila<sup>140</sup>.

Vimos, então, como o Coronel Américo é representado como um chefe compreensivo e paternal, que entende as necessidades da população, trata-a de maneira digna e empreende todos os esforços para auxiliá-la quando necessário. Adotando esse modelo de “pai” da população local, em pleno curso da revolta, ele, ainda, teria dado

---

<sup>139</sup> PADRÃO, M. B. Op.cit., 2007.

<sup>140</sup> LEAL, V. N.Op.cit.,1997.p.41

uma lição política, acolhendo de maneira solidária os manifestantes, oferecendo-lhes *goiabada e queijo* e exigindo que o diálogo fosse feito através de um representante escolhido pelo grupo. Em contraposição, a essa imagem positiva de Américo, estava a figura do negociante, Francisco Moreira, que seria o “verdadeiro” responsável pelo caos em que a população se encontrava. O coronel, apesar de ser o grande chefe da localidade, não teria nem mesmo conhecimento da situação e, por consequência, a culpa não poderia ser a ele atribuída. O comerciante passa a ser, assim, uma peça-chave da narrativa da revolta, sendo ele mesmo “submetido” a autoridade do coronel.

Nesse sentido, a referência que Frederico Morais faz ao espírito de entendimento de Américo parece reforçada no aspecto de suas relações com os “inferiores”: as camadas mais pobres da população. No entanto, o mesmo espírito de entendimento tem um contorno diferenciado quando se trata de desavenças com seus pares, fossem eles sócios da fábrica e/ou negociantes locais. Sobre esse ponto, temos outro relato bastante elucidativo, do citado ex-gerente Geraldo Pereira da Rocha, no qual o Cel. Américo é representado como

(...)o homem do boi, do boi voava, como eu falava. Isso porque a opinião dele, e a ordem dele aqui, ninguém discutia, ninguém discutia. Ele, diretor da fábrica, e o genro dele, Júlio Moreira, numa reunião da fábrica no fim do ano... (discutiram) a distribuição dos dividendos, a participação dos empregados, os donativos, aquela coisa toda. O coronel chegava e falava: "Eu quero isso, assim, assim." Os outros às vezes discordavam dele, e aí discutiam. Ele falava: "Não. Vamos fazer uma coisa, eu vou lá em casa tomar um café e fumar um cigarrinho de palha; a hora que voltar, vocês decidam, mas desde que seja de acordo com minha vontade. Vocês resolvendo de acordo com a minha vontade, tá tudo bem." Agora a vontade dele é fazer o que ele queria, não tinha dúvida nenhuma, ele é que mandava tudo.<sup>141</sup>

Como já mencionamos, Américo Teixeira foi, desde 1887, gerente da fábrica têxtil, passando a atuar como superintendente em 1913 e como diretor em 1916. Ao longo de aproximadamente cinco décadas, foi o principal responsável pela criação e consolidação de um regime de funcionamento da fábrica e de toda a vila que a circundava. Ali, a sua vontade tornou-se a principal “lei”. Na realidade, essa imagem de “coronel mandão”, é outra representação bastante recorrente nas fontes consultadas e que, de certa forma, se coloca de maneira antagônica à representação de seu elevado

---

<sup>141</sup> ROCHA., G. P. Op.cit.,2006. p.17.

“espírito de entendimento”. Certamente, ambas integram o tipo de líder que era o Coronel Américo: autoritário e compreensivo, enfim, ambíguo. Com essas características, pensamos que as estratégias utilizadas por ele para manter sua autoridade eram múltiplas, dependendo do momento e do interlocutor de cada situação, como os casos relatados acima deixam claro.

Essa multiplicidade de estratégias e faces do Coronel Américo sugere que o processo de consolidação de sua autoridade passava por uma sofisticada construção de uma simbologia que servia para o reconhecimento da natureza de sua autoridade, mas que não lhe foi exclusiva na história. José Sérgio Leite Lopes utiliza o conceito de *teatralização da dominação* para compreender alguns dos elementos da legitimação da autoridade do Coronel Frederico, dono da Companhia de Tecidos de Paulista, em Pernambuco, que, “encenando uma moral de trabalho e o seu próprio poder” na vila operária de Paulista, cria um ritual de admissão de novos operários na fábrica<sup>142</sup>. Acreditamos que esse conceito de *teatralização da dominação* pode nos ser útil, também, para analisar o caso do Cel. Américo. Nesse sentido, podemos dizer que esse caso é uma variante da forma utilizada pelos coronéis mineiros e brasileiros, no final do século XIX e início do século XX, para construir sua dominação, por meio da adoção de simbologias e ações ritualizadas.

Na análise de Victor Nunes Leal, os coronéis construíam sua posição de liderança através de “realizações de utilidade pública”, pois “(...)a escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada –, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo.”<sup>143</sup> Acompanhada de toda uma simbologia, a construção dessa posição de liderança acabava por se projetar na própria edificação do espaço urbano e rural que se encontra sob sua influência. Isso indica que os feitos públicos de um coronel, além de teatralizar seu poder, conferiam a um local um aspecto ou paisagem diretamente associada à imagem que o chefe local assumia para si. No caso específico de Cachoeira de Macacos, vimos que a paisagem urbana estava intimamente ligada à perspectiva de progresso e à capacidade do cel. Américo de empreender melhoramentos para a população, o que dependia tanto de sua força e riqueza, como de sua compreensão e tolerância.

---

<sup>142</sup> LOPES, J.S. Op.cit.,1988. p. 52

<sup>143</sup> LEAL, V. N. Op.cit.,1997.p.37

Assim, a implantação de chafarizes, “distribuição de balas para as crianças”, a abertura de estradas de rodagem, a energia elétrica, o oferecimento de “goiabada com queijo” para trabalhadores famintos, entre outras ações, podem ser entendidas como formas utilizadas pelo Coronel Américo para teatralizar o seu poder, construindo sua posição de liderança local e regional.

## **2.2 – Américo Teixeira: tempo de construir uma imagem.**

É possível dizer que a construção simbólica que acompanha o processo de reconhecimento da autoridade do Coronel Américo teve um início bem delineado pela sua atuação como gerente da fábrica de tecidos de Cachoeira de Macacos. Esse processo foi, em grande parte, responsável por seu reconhecimento como uma das principais referências da história e memória locais. Poderíamos analisar essa projeção simbólica do Coronel Américo Teixeira, assim como o fazem os memorialistas, elecando os feitos que comprovam o pioneirismo e o sucesso desse personagem como industrial e como político. No entanto, mesmo considerando que essa perspectiva pode contribuir para nossa análise, acreditamos ser necessário percebê-la de maneira crítica, problematizando as estratégias utilizadas pelo próprio Coronel Américo ao longo desse processo e analisando alguns de seus impactos sobre as tentativas de construção de uma memória coletiva para a localidade.

Especificamente sobre o impacto das ações do coronel, percebemos que as inscrições que esse personagem fez na paisagem urbana local deixaram intervenções que, atualmente, representam, para parte da população de Cachoeira da Prata, um patrimônio cultural, que serve para a avaliação das mudanças e permanências da história local. Nesse sentido, a discussão em torno dos recursos utilizados por Américo Teixeira Guimarães para projetar-se como um personagem de destaque, permite-nos debater tanto a própria história do personagem como a formação de uma identidade cultural e de noções de temporalidade próprias dos habitantes dos mais antigos da cidade. Em outras palavras, ao si reinventar na arquitetura da vila fabril ou na toponímia da localidade, Américo, em um esforço autobiográfico evidente, inscreve-se no tempo/espaço local personificando o “espírito” de progresso e modernização que passava a ser uma “marca” dele e de toda a população de Cachoeira de Macacos.

### 2.2.1 – Américo Teixeira: um herói industrial

A primeira e uma das mais importantes características dessa “marca” pessoal é o pioneirismo industrial, uma vez que a construção de uma imagem para o Coronel Américo em Cachoeira de Macacos parece ter um início bastante definido quando de sua atuação como gerente da fábrica de tecidos em 1887. Ou seja, podemos dizer que a primeira imagem que Américo constrói para si está relacionada ao seu sucesso como industrial do ramo têxtil.

Na realidade, os resultados de seu trabalho à frente da fábrica de Cachoeira de Macacos podem ser, de fato, considerados extraordinários. No parecer dado pelo Conselho Fiscal da empresa em 1893, esse resultado é atribuído, especialmente, a ação de Américo Teixeira Guimarães, “(...) digno gerente, cujo desempenho na gestão dos negócios da companhia é *ilimitado*, não poupando esforços no cumprimento da árdua tarefa de seu cargo, sentindo faltar-nos expressões que bem possam salientar os méritos d’esse eminente cidadão (...)”<sup>144</sup>.

Em nossa interpretação, a divulgação desse elogio ao desempenho de Américo, no relatório que acompanha o balanço anual da empresa, contribuiu para o reconhecimento desse personagem como um gestor de capacidade “ilimitada” entre seus pares na época. Sua publicação na *Revista Industrial de Minas Gerais* é uma evidência de que a fama de Américo ultrapassou o âmbito local e, aos poucos, alcançou os industriais da região e até mesmo fora dela.

Outra evidência que reforça essa perspectiva, é uma proposta feita pela Companhia Cedro Cachoeira, a principal companhia têxtil de Minas Gerais no final século XIX, para que Américo deixasse Cachoeira de Macacos e tornasse gerente daquela empresa. Ainda não foi possível apurar a data exata em que o convite aconteceu, mas há registros de que esse convite foi utilizado por Américo como uma forma de pressionar a diretoria da fábrica de Cachoeira de Macacos a aumentar o seu salário. A memória desse evento pode nos auxiliar a entender alguns aspectos simbólicos que persistiram em torno de sua figura. Isso porque, tal referência encontra-se na matéria escrita por Frederico Morais em 1963, dezesseis anos depois da morte de Américo. E nessa narrativa, a reivindicação de Américo aparece como uma espécie de blefe ou uma esperteza política. Para o repórter, a proposta feita pela Companhia Cedro

---

<sup>144</sup> COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária. In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 7. abril de 1894. p. 170-171.



Cachoeira de receber um salário de dois contos e meio não seria suficiente face ao apego que Américo demonstrava ter por sua mais importante criação, a fábrica de Cachoeira de Macacos. Ou seja, o relato e a notícia querem enfatizar que Américo jamais seria capaz de deixar a “sua” Cachoeira de Macacos e o “seu” povo.

Além disso, esse aumento de salário se justificava não por simples ambição financeira, mas sim porque Américo

“sendo muito liberal, sua casa se transformou numa espécie de hotel, onde qualquer viajante tinha ali uma cama para dormir e uma farta refeição. Dormia na mesa para atender aos amigos. Pois bem, como gastava todo o seu ordenado, Jerônimo França, um dos criadores da fábrica, não concordou em aumentá-lo(...)”<sup>145</sup>

Apesar de vencido nessa questão, podemos dizer que a proposta da Cedro Cachoeira auxiliou Américo a conseguir um amplo reconhecimento do seu prestígio como gestor, inclusive por aqueles que encontravam-se em uma posição hierárquica superior a dele dentro da fábrica. Nesse sentido, podemos dizer que esse é um episódio “fundador” do perfil de “herói industrial” de Américo, pois o aumento que ele pede é feito por altruísmo, uma vez que Américo precisava de mais dinheiro para gastar com os outros. Ou seja, ele “doava” seu ordenado a quem precisava e, justamente, porque isso seria “verdade”, ele, mesmo sem receber o requerido aumento, é reconhecido como um homem de grande valor por seus pares.

Não podemos esquecer que essa narrativa é uma construção feita posteriormente ao evento e que se Américo blefou ou não, jamais saberemos. Ainda assim, é possível dizer que ela expressa como o processo de construção da liderança local desse personagem se iniciou a partir da “revolução industrial” que ele mobilizou em Cachoeira de Macacos.

Após da experiência de fundar a fábrica de Cachoeira de Macacos, Américo Teixeira participaria da fundação de outras quatro fábricas de tecidos, dois bancos e uma usina de açúcar. Sua ascensão como industrial foi sólida e duradoura, percorrendo o período entre as décadas de 1880 e 1920<sup>146</sup>. Nesse processo, Américo tornava-se conhecido não somente como gestor, mas, também, como um promotor, e mesmo inventor, de novas tecnologias.

---

<sup>145</sup> MORAIS, F. Op.cit., 1963. p.1.

<sup>146</sup> MENDES, B. Op.cit., 2007.

Um exemplo disso é a citação que Rodolpho Jacob faz no livro *Minas no XXº século*, uma espécie de guia/registo do que existia de mais moderno e progressista em Minas Gerais no início do século XX. Sem citar o nome de Américo, Jacob faz referência a uma *máquina de rasourar*, invenção tecnológica mineira criada a partir da iniciativa do gerente da Companhia de Cachoeira de Macacos<sup>147</sup>. Mais de cinquenta anos depois, em 1963, Moraes, também, se refere a essa invenção, denominando-a de *cerdoeiro*. Ele, então, indica que Américo fora o idealizador dessa máquina, que teria sido, durante muito tempo, imitada por outras fábricas da região<sup>148</sup>.

Na realidade, existem outros relatos que forjam o “espírito inventivo” do Coronel Américo, apontando que antes dele se tornar industrial fora curtidor, carpinteiro, caldeireiro e até dentista. Talvez, ele fosse “(...)uma espécie de Santos Dumont(...)”. Uma comparação feita por Moraes a partir do relato do “preto forte e simpático (...) Júlio Quintino dos Santos, que durante 52 anos trabalhou na fábrica de Cachoeira de Macacos e era amigo do velho coronel”<sup>149</sup>. Dessa forma, reconstrói-se a imagem de um homem polivalente, que tinha grande vocação tanto para artes mecânicas como para a gestão industrial.

Mas, se, por um lado, Américo é representado como um homem de grande inventividade e inteligência, por outro, também aparece como uma pessoa “sem cultura” que “(...) não chegou sequer a concluir o curso primário”. “Em tudo, por tudo, um homem de vida agrária, simples, até nas manias. Por exemplo, só bebia água de Cachoeira de Macacos. Quando vinha em Belo Horizonte, trazia o cantil, o que era um ardil, pois terminada a água voltava imediatamente”<sup>150</sup>. Longe de denegrir sua imagem, a ênfase dada à vida e aos costumes rústicos de Américo acentua sua “vocação natural” para o progresso, como disse Geraldo Pereira ao repórter em 1963: “(...) o que mais me admirava no Cel. Américo, é que sendo um homem rude e sem cultura, foi bom e progressista.”<sup>151</sup>

Quarenta anos depois de dizer tais palavras e em situação de entrevista, Geraldo Pereira reforça a mesma imagem nos contando que o coronel era

um homem que não tinha uma certa instrução, mas se entendia bem com a Inglaterra, pelo inglês dele, maturado, ele pegava a gramática e estudava (...) na correspondência

---

<sup>147</sup> JACOB. R. Op.cit.,p. 269.

<sup>148</sup> MORAIS. F. Op.cit., 1963. p.1.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.

matuta dele, toda vida ele conseguiu tudo aquilo que quis (...). Escrevia pra Inglaterra, e lá eles entendiam e respondiam de acordo com a necessidade dele, fornecendo todo o maquinismo aí pra fábrica. Foi um herói, foi um herói (...)<sup>152</sup>

Originário de um ambiente humilde, sem instrução formal, Américo teria superado todos os seus obstáculos por uma “inteligência natural”, despontando como um pioneiro, ou melhor, um herói da indústria local e regional que “(...) deu vida para um lugar e para muita gente (...)”<sup>153</sup>. Sua vocação para a industrialização não viera do berço ou da influência de seus familiares, mas da sua capacidade de construir o próprio futuro e o de sua localidade. Enfim, Américo era, em um meio supostamente adverso, “dono” do próprio destino: astuto, curioso, inventivo, destemido, persistente, sonhador e, mais do que qualquer coisa, bem-sucedido.

### **2.2.2 – Coronel Américo Teixeira: um progressista sentimental**

O sucesso de Américo como industrial pode ser evidenciado pela duradoura ampliação de seus negócios. Contudo, como já se viu, uma das marcas mais recorrentes das representações que giram em torno de sua personalidade não era a ambição pela riqueza, mas a obsessão pelo progresso. Na realidade, com a grande circulação de recursos financeiros que a fábrica trouxe, no final do século XIX e início do século XX, a vila fabril de Cachoeira de Macacos, a “primeira criação” de Américo, tornou-se uma espécie de cartão de visitas, no qual o coronel poderia usufruir e expor os novos adventos de progresso que a inserção no mundo industrial trazia. Já citamos, no primeiro capítulo, alguns desses adventos e analisaremos, nesta parte, apenas três elementos que demonstram de maneira explícita a intenção de Américo em associar sua imagem a uma noção específica de progresso.

O primeiro deles é a casa construída pela fábrica para sua moradia na vila fabril. É importante dizer que essa edificação se tornou, ao lado da sede da Fazenda Salvador, distante aproximadamente seis quilômetros da vila, sua principal residência na primeira década do século XX. A partir de uma rápida comparação com a história das vilas de Paulista<sup>154</sup> e Itabira<sup>155</sup> podemos dizer que era comum, em antigos núcleos fabris, que os

---

<sup>152</sup> ROCHA, G.P. Op.cit., 2006, p.11.

<sup>153</sup> PADRÃO, M.B. Op.cit., 2007.

<sup>154</sup> LOPES, J.S. Op.cit., 1988.

<sup>155</sup> MAGALHÃES, C. G. Op.cit., 2006.

principais dirigentes possuíssem uma residência que se destacava por suas dimensões e imponência: uma espécie de “Casa Grande” da vila. Já Américo, em Cachoeira de Macacos, não segue essa tendência e no lugar da “Casa Grande” teremos a “Casa Moderna”. Dizemos isso, porque a residência construída para esse gerente se destacava, não por suas dimensões e imponência, mas por sua nova técnica construtiva que utilizava cimento e tijolos queimados. Além disso, sua residência era também uma das primeiras a ter a inscrição oficial da Companhia, CCM, na fachada frontal, a possuir água encanada em suas instalações internas e a adotar um estilo eclético que era recorrente na modernização da arquitetura de alguns centros urbanos de maior porte, o que evidenciaria boa informação e bom gosto.



Foto 15: Fachada frontal da residência construída para o Cel. Américo  
Data: 25/04/2007. Autor: Bruno de Araújo Mendes

Foto 16



Foto 17



Foto 16: Detalhe da platibanda da fachada frontal da antiga casa do Cel. Américo com a inscrição CMC (Companhia Cachoeira de Macacos)

Data: 25/04/2007. Autor: Bruno de Araújo Mendes

Foto 17: Detalhe decorativo do alpendre da antiga casa do Cel. Américo, iconografia remete à turbina de usina hidrelétrica. Data: 25/04/2007. Autor: Bruno de Araújo Mendes

Um detalhe decorativo no alpendre dessa casa que tem o aspecto de uma turbina de hidrelétrica permite-nos apontar como a imagem do cel. Américo estava sendo associada a esse advento energético ainda pouco utilizado em Minas Gerais, no início do século XX. Tal associação mobilizava e ainda mobiliza a memória da população para o fato do coronel Américo ser o principal responsável pela implantação de uma das primeiras hidrelétricas da região central do estado, localizada, justamente, em Cachoeira de Macacos. Mas ele fora também o idealizador do cruzeiro que, iluminado e colocado no topo do morro mais alto da vila, representava para os moradores antigos um sinal da fé do coronel e da cidade. Assim, progresso e tradição passavam a marcar a identidade da localidade, em uma relação mimética com o coronel. Nessa perspectiva, percebemos que os “sinais” de progresso eram muitos. Além de sua nova residência e do sistema de abastecimento de água potável que, também, alimentava o chafariz público, diversas outras edificações, que foram construídas pela fábrica sob sua gestão, evidenciam que a construção simbólica de sua imagem faz parte da paisagem arquitetônica e da infraestrutura urbana da pequena vila fabril. Ou seja, podemos dizer que essa interferência na constituição do espaço urbano pode ser entendida como uma estratégia utilizada pelo personagem para consolidar sua imagem como progressista.

Outra estratégia que irá reforçar e tornar explícito os seus esforços de se tornar um ícone do desenvolvimento local é a utilização do clássico recurso da toponímia em

equipamentos urbanos e instituições. A primeira evidência que encontramos dessa forma de construção de imagem está no locomóvel, caminhão movido a vapor e importado pela fábrica, provavelmente, na década de 1910. A expectativa era que, com esse equipamento, o percurso de ida e volta a Sete Lagoas passasse a ser realizado em menos de um dia. Recebido com grande ansiedade em Cachoeira de Macacos, o locomóvel era uma inovação que prometia encurtar a distância entre a fábrica e a ferrovia, sendo uma das formas de abrir rápido caminho para o progresso. Certamente, por tudo isso, teve o nome de Américo estampado em sua dianteira.

Foto 18

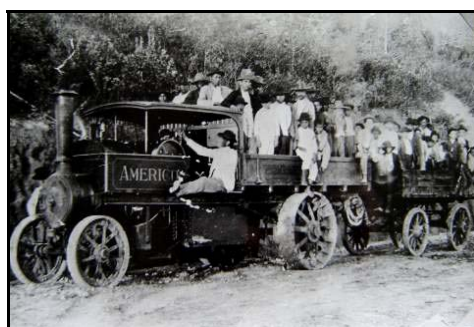


Foto 19



Figura 18: Locomóvel. Sem data. Acervo Particular de Eugênio de Freitas

Figura 19: Detalhe de inscrição “Américo” no motor do locomóvel  
Sem data. Acervo Particular de Eugênio de Freitas

Com o mesmo espírito seu nome é dado, também, à escola local. Ainda não encontramos informações precisas sobre a data de criação das primeiras turmas escolares de Cachoeira de Macacos. Contudo, sabemos que Américo se envolveu diretamente em ações educativas para a população local e que, em 1911, já havia quatro turmas escolares para atender às crianças da vila fabril e redondezas<sup>156</sup>.

No dia 1º de maio de 1928, essas turmas foram unificadas e instaladas as “(...) Escolas Reunidas ‘Cel. Américo Teixeira’, cuja inscrição se fez colocar na fachada do prédio e cuja homenagem não podia ser mais justa àquele ilustre Sr., digno diretor da ‘Cia Cachoeira de Macacos’, venerável benemérito dessa localidade.<sup>157</sup>”. Apesar dessa inscrição ter sido feita no ano de 1928, outro documento encontrado nos arquivos da atual Escola Municipal Cel. Américo Teixeira aponta que essa denominação foi dada em 1926, em um evento que contou com a presença do presidente de Minas Gerais,

<sup>156</sup> COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos 1886 – 1967*. Autor desconhecido, sem data. Arquivo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A.

<sup>157</sup> Arquivo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira. *Livro de atas das “Escolas Reunidas Cel Américo Teixeira” (1928-30)*, p.1.

Fernando de Melo Viana, e no qual foram afixadas duas grandes fotos na escola, uma de Cel. Américo e outra de Melo Viana<sup>158</sup>.



Figura 20: Fotografia original do Cel. Américo Teixeira, afixada na escola em 1926.

Sem data. Acervo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira

Figura 21: Cópia de fotografia de Cel. Américo Teixeira afixada recentemente na Escola Estadual Cel Américo Teixeira Guimarães, município de Fortuna de Minas

Sem data. Acervo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira Guimarães

A imagem do Coronel Américo Teixeira, estava, assim, inserida nos corredores da escola, e na fachada do prédio, sendo, também, mantida e reforçada por meio de outra estratégia de teatralização: as visitas que fazia a essa instituição como inspetor municipal de educação de Sete Lagoas<sup>159</sup>. Assim, seus incentivos à educação formal ganhavam repercussão também entre autoridades regionais, como é destacado pelo presidente da 75ª Federação Escolar, Arthur Mendonça Mafra, em uma de suas inspeções feitas à escola da vila:

Fato talvez único no Brasil vim observar em Cachoeira de Macacos: os alunos de suas escolas tem freqüência remunerada (...) tamanha benevolência que, por si só, orienta a formação moral e intelectual de um povo, exige que se fuja das normas oficiais em documentos como este e se mencione o nome do inspirador desse movimento de alto civismo(...) refiro-me ao exmo. sr. Cel. Américo Teixeira Guimarães.<sup>160</sup>

<sup>158</sup> Arquivo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira. *Livro inventário das escolas de Cachoeira de Macacos. 1926-1928.* p.1.

<sup>159</sup> São recorrentes as menções que se fazem à presença do Cel. Américo em eventos comemorativos. Além disso, o Cel. Américo, segundo um termo de visita dos inspetor estadual, era o inspetor municipal de educação de Sete Lagoas.

<sup>160</sup> Arquivo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira. *Livro de Termo de Visitas de Inspeção 1927 - 1928.* p.30.

Apesar de não mencionar que somente os alunos que trabalhavam na fábrica recebiam a referida remuneração, Arthur Mafra deixa bastante claro que o Cel. Américo Teixeira, por sua própria iniciativa e inspiração, era um incentivador da “educação popular” que merecia ser reconhecido publicamente.

Esse reconhecimento público estava em pleno curso nas primeiras décadas do século XX e se expressava, como já vimos, através da toponímia da escola e do “elogio público” feito por personalidades locais e regionais ao coronel. Não sabemos ainda se essas homenagens foram iniciativas do próprio Américo ou de outras pessoas. Temos certeza, no entanto, que foram realizadas enquanto estava vivo e que, dificilmente, ele autorizaria o uso de seu nome em algo que não correspondesse ao seu projeto memorial.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a inscrição “Coronel Américo Teixeira” na escola e as regras estabelecidas para estimular a presença dos alunos, em particular das crianças que trabalhavam na companhia, possibilitava sua associação a uma noção específica de progresso que estava diretamente ligada à formulação de um projeto inserido numa espécie de linhagem de lideranças que teve exemplos importantes em inícios do século XX.

No primeiro capítulo, apresentamos, brevemente, a figura de João Pinheiro como o representante maior do ideal de desenvolvimento mineiro na Primeira República. Um ideal que buscava, através da associação do progresso tecnológico ao incentivo à educação, levar Minas à modernidade. Considerando essa perspectiva, o que estamos tentando explicitar agora é que Américo, articulando-se a um contexto que balizava as possíveis noções de desenvolvimento de sua época, criou para si e para a vila fabril uma experiência original de progresso, um progresso que estava assentado na sua própria capacidade de gerar mudanças. Assim, a manutenção da escola, a construção de uma “Casa Moderna”, a aquisição de veículos motorizados, a distribuição de balas, entre outros suprimentos para as pessoas mais pobres, além da implantação de um cruzeiro iluminado na vila, tudo isso exigia recursos que, por vezes, traziam prejuízos materiais e imediatos para ele e para fábrica. Mas os prejuízos não deveriam importar e sim o progresso, isto é, os ganhos simbólicos de mais longo prazo. Um cálculo, perfeitamente, racional, mas que não se esgotaria em uma dimensão estritamente econômica. Dessa forma, Américo cria para si a imagem de um progressista que ama sua localidade, uma representação que comportava contradições internas que permitiam ao personagem ser o que “bem quisesse como bem entendesse”, um homem que “(...) era francamente a



favor do progresso(...)”, mas que “(...) relutava em modernizar sua fábrica, talvez para não desligar-se daquelas máquinas que ele mesmo montou com sacrifício”<sup>161</sup>.

### **2.2.3. Coronel Américo Teixeira: a última e autorizada palavra.**

Desde o início desse capítulo, estamos tentando apresentar e interpretar evidências que acompanhem as intenções do Coronel Américo Teixeira em se projetar como grande líder do desenvolvimento histórico da vila fabril de Cachoeira de Macacos. Em nossa entender, esse processo se iniciou no chão da fábrica de tecidos e transbordou para a esfera pública a partir do momento que ele passou a se apresentar como um chefe político local, ou melhor, como a representação do povo de Cachoeira de Macacos.

No entanto, dificilmente saberemos em que momento exato que Américo deixou de atuar somente como “industrial” para se tornar “industrial e político” e isso se deve a dois fatores principais. O primeiro refere-se ao desempenho que teve como gerente, por quase três décadas, o que propiciou o estabelecimento do regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos. Já descrevemos alguns aspectos desse regime, expondo que Américo foi o principal responsável por uma tradição de gestão, na qual o gerente é reconhecido como o mandatário geral da vila fabril, sendo que suas ações se confundiam com responsabilidades que, teoricamente, seriam de uma autoridade pública, como por exemplo, criar e manter a infra-estrutura do espaço urbano<sup>162</sup>. O segundo importante fator é sua elevação ao *status* de coronel, o que indica que Américo estava totalmente imerso no fenômeno histórico que ficou conhecido na historiografia como coronelismo. Para entender um pouco melhor a transformação de Américo em “coronel”, seria necessário saber quais são as características fundamentais que marcam o próprio conceito de coronelismo. Victor Nunes Leal, referência consagrada na historiografia sobre o tema, aponta que um dos primeiros passos para entender o conceito é diferenciar a noção de “patriarcalismo colonial” de coronelismo. Isso porque o coronelismo não pode ser reduzido à “simples afirmação anormal do poder privado”, sendo um sistema político “dominado por uma relação de compromisso entre o poder

---

<sup>161</sup> MORAIS, F. Op.cit., 1963. p.1.

<sup>162</sup> Em diversos depoimentos percebemos como o cargo de gerente tornou uma referência central na gestão da fábrica e da vila. Destaca-se o relato de Doutor Geraldo Pereira que foi gerente em meados do século XX. ROCHA, G.P. Op.cit., 2006.

privado decadente e o poder público fortalecido”<sup>163</sup>. Para ele, o coronelismo teve seu auge na Primeira República e se manifestou de maneira mais aguda no governo local e na relação deste com os governos estaduais e nacional. Dentro de um regime federalista, em que o eleitorado rural passou a ter um peso maior na condução dos chefes políticos aos cargos eletivos do governo, o coronelismo foi sentido especialmente nos “municípios rurais, ou predominantemente rurais; (pois) sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento de atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria.”<sup>164</sup>.

Tomando essas referências como características fundamentais da noção de coronelismo, poderíamos nos questionar se esse conceito, de fato, contribui para a compreensão da história de Cachoeira de Macacos e do próprio Coronel Américo, uma vez que a criação da vila está assentada, exatamente, na urbanização e industrialização de uma área eminentemente rural. Além disso, a trajetória de Américo não expressa a decadência do poder privado do grande proprietário de terras, mas a ascensão de uma nova elite industrial. Enfim, a trajetória da localidade e de seu maior chefe político não se enquadrariam muito bem nas premissas conceituais que Nunes Leal aponta como o fundamento do coronelismo.

Por outro lado, se analisarmos como Américo investiu boa parte do capital que acumulou a partir dos empreendimentos industriais, veremos que ele se tornou um grande proprietário de terras na região, o que aponta que sua liderança industrial era, muito provavelmente, articulada política e economicamente com o segmento de produção agrícola<sup>165</sup>.

A partir dessas características do “coronel Américo”, é possível argumentar que a compreensão histórica das dinâmicas de funcionamento do poder local e suas relações com o poder estadual e nacional, não pode ser completamente resolvida por discussões conceituais “puras”. Isso porque, essas discussões não dariam conta da enorme diversidade de situações que envolveriam a história política brasileira. Essa visão nos

---

<sup>163</sup> LEAL, V. N. Op.cit.,1997,p. 252.

<sup>164</sup> LEAL, V. N. Op.cit.,1997,p. 251.

<sup>165</sup> No *Anuário de Minas Gerais* de 1918, consta a transcrição da ata de instalação da Companhia Usina Paraíso, criada em 1917 a poucos quilômetros de distância de Cachoeira de Macacos. Com o objetivo de produzir açúcar em grande escala, alguns de seus acionistas entraram para empresa arrendando extensas áreas de terra para o plantio de cana. O maior desses acionistas era o Cel. Américo que disponibilizou de 40.656 acres de mata virgem, 2.646 acres de capoeiras e 69.212 acres de campos, uma área de, aproximadamente, 4.400 hectares, o que prova que Américo se tornou um grande proprietário de terras. SENNA, Nelson Coelho de. *Anuario de Minas Geraes: anno VI, 1918*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1918. Tomo II. p. 1460.

possibilita utilizar a noção de coronelismo na medida que oferece ótimo rendimento na análise do *caso*, enfatizando que, o que nos parece realmente importar em relação ao conceito de “coronel”, é que ele qualifica um tipo de liderança política local e isso Américo era, tanto que assim foi reconhecido.

José Murilo de Carvalho, no artigo “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”, assume uma posição contrária à perspectiva historiográfica de trabalhar esse conceito de forma mais “aberta”, apontando que “há momentos (...) em que o acúmulo de pesquisas passa a ter um rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais. Nestes momentos convém parar para revisão e tentar esclarecer conceitos e teorias.”<sup>166</sup> Para esse autor, é preciso definir e datar historicamente o coronelismo para não confundirmos esse conceito com as noções de mandonismo, clientelismo e feudalismo e, em última instância, perdermos as dimensões reais da natureza da dominação política que o Estado e as elites econômicas exerceram e exercem em diferentes momentos da história do Brasil<sup>167</sup>.

Ciente das dificuldades de solucionar esse impasse, optamos em não investir em uma discussão conceitual mais profunda, uma vez que esse não é o tema central de nossa pesquisa. Neste sentido, talvez seja mais proveitoso, pensar como o próprio Américo, seus contemporâneos e aqueles que vieram depois deles, percebiam o peso simbólico da nomenclatura “coronel”. No primeiro capítulo, identificamos o “toque de recolher” como uma representação que materializava, nas narrativas, diversos aspectos do regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos. Acreditamos que a representação “coronel” pode ser interpretada de maneira similar, expressando o elemento eminentemente político do sistema de dominação implantado pela fábrica em Cachoeira de Macacos. Ou seja, privilegiaremos o debate em torno da compreensão política que o próprio do grupo analisado tinha dessa representação.

A partir dessa análise buscaremos apontar, mesmo que brevemente, como o conceito de “coronel” pode nos auxiliar a entender um pouco da elaboração de noções de temporalidade próprias da população de Cachoeira da Prata. Neste ponto, mais uma vez, o trabalho de Leite Lopes surge como uma referência historiográfica para nossa

---

<sup>166</sup> CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. DADOS, RIO DE JANEIRO, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext). Acesso em 20 de agosto de 2007.

<sup>167</sup> Idem.

pesquisa, pois ao analisar a legitimidade da dominação imposta pela fábrica na vila operária de Paulista, a partir dos depoimentos dos operários que viveram esse regime, esse autor identificou a formulação de uma temporalidade específica da história local; “o tempo do coronel Frederico”<sup>168</sup>.

Neste sentido, poderíamos nos perguntar se é possível identificar na história de Cachoeira da Prata algo similar, isto é, um “tempo do Coronel Américo”. Apoiados nas fontes escritas, iconográficas e orais analisadas até o momento, acreditamos ser possível reconhecer na história local esse tipo de periodização. Uma vez reconhecida a existência desse tempo, cabe definir, mesmo que de maneira flexível, suas relações com o tempo cronológico e seu peso simbólico para a história local. Neste capítulo, nos limitaremos a perceber essa questão por uma perspectiva interna do personagem, ou seja, a partir de marcos importantes da sua própria trajetória de vida, propondo uma análise que trata de maneira conjugada e não-hierarquizada sua trajetória de vida e as representações do “tempo do coronel Américo” que permaneceram na memória coletiva da população.

Para tanto, analisaremos como os documentos consultados podem oferecer indícios sobre o “tempo de coronel” na vida de Américo Teixeira Guimarães. Despreocupados em tratar a questão de maneira linear, percebemos que Américo estava inserido, por sua ascendência e descendência, em uma linhagem que seguiu a seguinte trajetória: *capitão*, para seu pai João da Mata Guimarães, *coronel*, como Américo se reconhecia, e *doutor*, como se transformou seu filho Cristiano França Teixeira Guimarães. Isto é, estamos falando de uma família com poder econômico e político, que vai construindo uma tradição para si e para a localidade que domina.

Entre as qualificações de capitão, coronel e doutor, somente a última parece ser delineada por “parâmetros científicos”. Ou seja, Cristiano Guimarães se tornou doutor precisamente no final da primeira década do século XX, após se formar em engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto. Já em relação aos *status* de capitão e de coronel, é possível dizer apenas que, tomando as patentes militares como referência, o coronel seria hierarquicamente superior ao capitão, o que aponta que Américo arroga ser uma figura mais influente do que o seu pai. No entanto, como os títulos desses personagens não são originários de patentes militares do Exército, cujas origens estão ligadas à Guarda Nacional – comandada e formada por civis – pode-se entendê-los, como tem

---

<sup>168</sup> O “tempo do coronel Frederico” seria uma referência memorial da população da cidade de Paulista à primeira metade do século XX, período no qual a legitimidade do “sistema paulista de dominação” teria se expressando na sua versão mais vigorosa e hegemônica. LOPES. J.S. Op.cit.,1988.p 59-92,

ocorrido, muito mais como “títulos políticos” que tornaram-se recorrentes junto à população para a identificação de chefes locais da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX no Brasil.

Acreditamos que não é fundamental, precisar o momento em que o fazendeiro e industrial torna-se capitão, no caso de João da Mata. Do mesmo modo, quando o industrial passou a ser chamado de coronel, no caso de Américo Teixeira Guimarães. Na realidade, na documentação analisada, a primeira fonte na qual esses personagens são descritos como capitão e como coronel é o *Anuário de Minas Gerais* de Nelson de Senna, publicado no ano de 1918, que faz referências à criação da fábrica de tecidos Companhia Renascença, fundada em 1908, no bairro de Melancias, na cidade de Sete Lagoas. Na lista de acionistas fundadores, que cremos ser uma transcrição do documento original, João da Mata e Herculano França, são subscritos como capitães, ao passo que, Américo Teixeira, que era mais novo e possuía menos ações que eles, é apresentado como coronel<sup>169</sup>. Esta evidência aponta que, provavelmente, na primeira década do século XX, as imagens desses personagens, como capitão e coronel, já estavam curso, ou seja, Américo já havia se transformado em uma figura influente do cenário econômico e político regional.

Voltando à análise das fontes, na transcrição feita pelo memorialista Eloy de Freitas da Ata de Fundação da fábrica de Cachoeira de Macacos, datada de 1886, entre os vinte sócios assinantes, somente um se apresenta como tenente-coronel e dois outros como doutores, sendo que Américo e seu pai, respectivamente, o principal organizador e o maior investidor do empreendimento, não ostentam título algum<sup>170</sup>. Da mesma forma, no relatório anual da fábrica, publicado na *Revista Industrial de Minas Gerais* de junho de 1894, os diretores João da Mata e Jerônimo França e o gerente Américo Teixeira se apresentam apenas pelos seus nomes<sup>171</sup>.

Essas fontes nos transmitem poucas, mas relevantes informações, pois sugerem que, apesar da linhagem, na qual o reconhecimento de João da Mata como capitão seria anterior ao de seu filho como coronel, a construção de títulos dentro da família, provavelmente, está mais embasada na perspectiva que os personagens construíram do presente da Primeira República para o passado do Império do que o inverso. Em outras palavras, é bem provável que João da Mata e Américo Teixeira tenham se elevado ao

---

<sup>169</sup> SENNA, N. Op.cit.,1918,p.1449.

<sup>170</sup> FREITAS, E. Op.cit., 1995. p.21.

<sup>171</sup> Companhia Têxtil de Cachoeira de Macacos. “Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária” In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 7. abril de 1894. p. 170-171.

*status* de capitão e coronel simultaneamente, construindo assim, em um curto espaço de tempo, uma família política.

Deslocando um pouco a análise dos documentos institucionais das empresas para a participação política de Américo no espaço público, percebemos que, na primeira década do século XX, esse personagem, que já havia se consolidado como um poderoso industrial de Minas Gerais, investiu diretamente na política eleitoral, sendo eleito vereador em Sete Lagoas no ano de 1905. Neste momento, Américo estava com quarenta e quatro anos e sua principal base eleitoral, Cachoeira de Macacos, já era reconhecida como uma fábrica bastante promissora financeiramente. Segundo o memorialista Joaquim Dias Drummond, o cel. Américo Teixeira como vereador “(...) requereu ao poder executivo as seguintes licenças: 1º - para construir uma estrada de automóveis ligando a fábrica de Cachoeira de Macacos a esta cidade. 2º - para construir uma linha telegráfica ligando o distrito de Inhaúma à cidade de Pará de Minas . Ambas sem ônus para os cofres municipais , o que foi aprovado.”<sup>172</sup>

Ao longo da análise que Drummond faz do trabalho de cada legislatura municipal de Sete Lagoas, percebemos que ele registra apenas os projetos que, em sua interpretação, tiveram um impacto significativo sobre o município. Na legislatura de Américo, o autor faz referências apenas aos projetos propostos por esse personagem, destacando que em nenhum deles haveria ônus para os cofres públicos. Sabemos que a referida estrada era uma forma de melhorar o acesso da fábrica de Cachoeira de Macacos à estação ferroviária de Sete Lagoas e que a ligação telegráfica entre Inhaúma e Pará de Minas serviria, principalmente, para que os sócios da fábrica de Cachoeira de Macacos pudessem melhor administrar outra fábrica de tecidos criada por eles em Pará de Minas. Dessa forma, tudo aponta que o principal objetivo dos projetos políticos de Américo, pelo ao menos inicialmente, era a defesa dos interesses de suas empresas.

Mas essa é só a parte material, pois a simbólica vinha em forma de prestígio e poder, uma vez que, mesmo levando para o espaço público projetos industriais da iniciativa privada, Américo, segundo Drummond, não requereu financiamento dos cofres municipais para executá-los. Ou seja, o que ele queria era ser conhecido como um benfeitor que não carecia dos recursos públicos para transformar a realidade social e econômica de sua região.

---

<sup>172</sup> DRUMMOND, J. D. Op.cit.,1977. p.36

Após exercer o cargo de vereador, Américo não aparece mais nas listas de vereadores de Sete Lagoas elaboradas por Joaquim Drummond, o que não significa dizer que ele deixou de atuar na política local. Segundo Geraldo Pereira da Rocha, o Coronel Américo “gostava de política”, atuando na vinculação da política local, da qual era um chefe, com a política estadual e nacional através do apoio a “Melo Viana, Alfredo Sá e(...) Daniel de Carvalho”, candidatos a cargos legislativos e executivos de de maior abrangência. Já, na “sua” região, segundo nosso depoente, dois personagens, Bernadino Vaz de Melo e José Pereira da Rocha “(...)trabalhavam política para ele(...)”<sup>173</sup>.

Acreditamos que a análise da história do Coronel Américo como político poderia ser enriquecida a partir do estudo da trajetória dos personagens citados por Doutor Geraldo, mas como precisamos delimitar nossa abordagem em torno do tema da memória local, analisaremos apenas alguns aspectos da relação de Américo com o mais influente dos políticos citados acima, Fernando de Melo Viana<sup>174</sup>. Essa escolha pode ser justificada pela recorrência de referências feitas a Melo Viana nos depoimentos orais de antigos habitantes de Cachoeira da Prata. Cabe ressaltar, que essa recorrência se dá não somente por questões políticas, mas porque Melo Viana seria “amicíssimo” do Coronel Américo. Ana Costa lembra que o “(...) governador Melo Viana, que veio aqui muitas vezes, ficava na casa do Coronel e, era muito amigo dele. Ficava lá três, quatro dias, para caçar. Eles iam para as caçadas todo dia”<sup>175</sup>. Confirmando essa memória, Geraldo Pereira relata que o Coronel Américo “(...) foi testemunha do Doutor Melo Viana, batizou o filho de Doutor Melo Viana do segundo casamento. (...) e Melo Viana vinha sempre caçar aqui, duas vezes por ano, na fazenda do Pompéu.”<sup>176</sup>

As relações pessoais e políticas entre o Coronel Américo e Melo Viana parecem ter alcançado o seu auge na década de 1920, quando Melo Viana se tornou Presidente do Estado (1924), e Vice-presidente da República (1926). O memorialista Joaquim Drummond percebe que em 1922 “(...) era acentuadamente marcante a ascendência

---

<sup>173</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2006. p.15.

<sup>174</sup> Fernando de Melo Viana foi um político de grande influência na região central de Minas na década de 1920. Nascido em 1878, no município de Sabará, ele alcançou a Presidência do Estado de Minas Gerais em 1924, sucedendo o então falecido Raul Soares. Dois anos depois, Melo Viana foi eleito como vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada por Washington Luís. Durante seu mandato como vice-presidente, ele exerceu também o papel de Presidente do Senado Brasileiro. Contrário à revolução de 1930, Fernando de Melo Viana passou oito anos exilado na Europa, retornando à política em 1945, quando foi eleito senador pelo PSD.

<sup>175</sup> COSTA, Ana. Op.cit.,2006.p.6.

<sup>176</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2006. p.11.

política do Dr. Fernando de Melo Viana nos destinos do município. Daí, a eleição do Cel. Altino Paula França para a chefia do poder executivo municipal.”<sup>177</sup> Na realidade, na legislatura eleita em 1922, tanto a presidência quanto a vice-presidência da câmara municipal estavam diretamente ligadas ao grupo político do Cel. Américo Teixeira e, logo, à Melo Viana. O presidente da câmara, Cel. Altino França, era um dos chefes políticos de Inhaúma e sócio de Américo em diversas empresas; e o vice-presidente, Bernardino Vaz de Melo, era seu genro, e dirigente da fábrica de Cachoeira de Macacos, sendo reconhecido como o “braço direito” do Coronel na política.

A partir dessas referências da política local e regional, é possível dizer que a década de 1920 representa o “período áureo” do “tempo do coronel Américo Teixeira”. Idéia reforçada pelo memorialista setelagoano Jovelino Lanza, que termina uma crônica lida na rádio local, em 1957, da seguinte maneira:

“Há um certo detalhe para ser contado: Nas vésperas de eleições, aqui vinha o Dr. Melo Viana, político dessa região. Em Sete Lagoas se encontrava com os responsáveis pelos destinos políticos (do município) e, reunidos, iam até Cachoeira de Macacos, onde recebiam a última e autorizada palavra do Cel. Américo Teixeira Guimarães. Como se vê, as coisas de maior importância para Sete Lagoas eram resolvidas em Cachoeira de Macacos. Muitos dirão que não era bem assim, mas esta é a realidade e aqui fica mais um episódio do que passou.(...)”<sup>178</sup>.

Como já mencionamos, no outro livro de Jovelino Lanza, *História de Sete Lagoas*, o autor dá grande destaque à figura do Cel. Américo Teixeira, apontando que ele era “(...) político da maior influência. O seu <<sim>> ou seu <<não>> eram decisivos”<sup>179</sup>.” Relacionando as duas citações, reforçamos nossa idéia de que foi exatamente na década de 1920, período de ascensão política de Melo Viana, que o Cel. Américo Teixeira, já na casa dos sessenta anos de idade, se tornou o “coronel da última e autorizada palavra”.

Essa condição, no entanto, sofreria um grande impacto com a Revolução de 1930, uma vez que Melo Viana, então Vice-Presidente da República se posicionou contra os revolucionários. Joaquim Dias Drummond, na época secretário da Câmara Municipal de Sete Lagoas, faz uma narrativa bastante curiosa dos acontecimentos que se sucederam em 1930, apontando que “a política municipal achava-se submissa ao Sr.

---

<sup>177</sup> DRUMMOND, J. D. Op.cit.,1977.p.41.

<sup>178</sup> LANZA, J. Op.cit.,1958. p.134.

<sup>179</sup>LANZA, J. Op.cit.,1967. p. 159.



Melo Viana por um ‘voto de irrestrita solidariedade’. Estava, portanto, sem liberdade de opinar. Qualquer fosse a atitude do chefe, o acompanharia de cabeça baixa”<sup>180</sup>.

Na visão de Drummond, o rompimento de Melo Viana com o grupo político de Antônio Carlos e com a decisão oficial do PRM de apoiar Olegário Maciel como candidato à presidência do estado, “arrastaria seus amigos por uma encruzilhada de difícil caminhada”<sup>181</sup>. Para esse memorialista, a atitude de Melo Viana se revelou, posteriormente, irresponsável e egoísta e teria levado políticos influentes de Sete Lagoas à difícil situação, pois boa parte da população, empolgada com a campanha da Aliança Libertadora, partiu para agressão violenta contra os amigos de Melo Viana “que eram vigiados atentamente e os mais influentes caçados como elementos perigosos”<sup>182</sup>.

Segundo a descrição de Drummond, no dia 03 de outubro de 1930, a cidade foi tomada pelas tropas militares, suas entradas e saídas foram vedadas, as oficinas da Central do Brasil, as coletorias estadual, federal e a repartição dos Correios e Telégrafos foram fechadas e “seus chefes substituídos por prepostos ligados ao Dr. Teófilo Otoni, eventualmente, respondendo pela política revolucionária de Sete Lagoas”<sup>183</sup>. Especialmente em relação à Cachoeira de Macacos, o autor faz um relato que projeta a localidade como um grupo político unido e poderoso, pois, no auge dos conflitos,

“(…) a linha telefônica que ligava esta cidade a Cachoeira de Macacos foi cortada. Naquela localidade residia o *estado maior da política* que sustentava o dr. Melo Viana. *Temiam que de lá partisse um movimento de revide de sérias proporções. Tornava-se necessário isolá-la*”<sup>184</sup>.

Fica evidente, dessa forma, a força e a posição política do Coronel Américo na região; ele representava, na visão desse memorialista, o *estado maior da política* que sustentava o dr. Melo Viana, o que deixa subentendido, também, que seu poder era guarnecido por um forte aparato militar particular que exigiu ser isolado durante o momento mais grave da crise política.

Não há dúvida que, após a Revolução de 1930, o poder do Cel. Américo saiu abalado. Não somente porque esse evento histórico mudou os rumos da política brasileira, impondo novas regras que fortaleceram o executivo federal, mas, também,

---

<sup>180</sup> DRUMMOND, J. D. Op.cit.,1977.p.43.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Ibidem, p.45

<sup>184</sup> Idem (*grifos nossos*)

porque o grupo ao qual Américo estava ligado saiu derrotado, especialmente seu maior representante na política estadual e nacional: Fernando Melo Viana, que permaneceu exilado na Europa durante oito anos.

Por outro lado, é possível dizer que, apesar de abalada, a importância política do coronel Américo permaneceu bastante vigorosa, pois, segundo Drummond,

(...) no dia imediato às perturbações que marcaram o início do movimento, todas as comunicações oficiais eram dirigidas ao cel. Bernadino Vaz de Melo, vice-presidente da Câmara, em exercício. O pecado de omissão que haviam cometido não os desvinculava das boas graças do Governo do Estado. Sempre foram bons amigos e não se separariam por uma falta puramente venial<sup>185</sup>

Para Drummond, Bernadino Vaz de Melo, que era o braço direito de Américo na política, foi responsável por todo o processo de transição da administração municipal pré-revolução para as mãos do prefeito nomeado pelo interventor do estado, João Batista Proença Sigaud. Fato que reforça a idéia que o Cel. Américo continuou a ter presença marcante na política regional. Além disso, o governador-interventor Benedito Valadares ao nomear o primeiro Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais, órgão criado após a revolução de 1930 para apoiar e sugerir diretrizes de ação do novo governo, colocou entre seus membros o filho do cel. Américo Teixeira, Cristiano Guimarães, que despontava como um importante empresário na época<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> Ibidem, p.47.

<sup>186</sup> No Arquivo Público Mineiro, boa parte dos documentos produzidos pelo Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais está disponível para a consulta pública. Não nos aprofundamos nessa documentação, constatando apenas que Cristiano Guimarães foi nomeado um dos membros desse conselho em 1931. Segundo a ficha de descrição desse fundo documental, foi “pelo decreto n° 20348, foram instituídos os Conselhos Consultivos nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Durante todo o período de sua existência o órgão possuía como funções: emitir opinião sobre os recursos referentes aos atos do interventor nos seus aspectos legais, jurídicos e na sua conveniência para o Estado; emitir parecer sobre as consultas do interventor ou do Governo Provisório; e sugerir medidas relativas à administração pública para as autoridades municipais, estaduais e federais. O Conselho Consultivo Estadual era composto por cinco ou mais membros, nomeados sob proposta do interventor do Estado, por decreto do Chefe do Governo Provisório e referendado pelo Ministro de Estado da Justiça, Negócios e Interiores. Os seus membros deveriam ser cidadãos brasileiros, com boa reputação e domiciliados na Capital ou em localidade de fácil comunicação. O Conselho reunia-se sempre que o interventor, o prefeito ou seus membros julgassem necessário. Suas sessões eram públicas, salvo deliberação em contrário, e as resoluções eram tomadas por maioria absoluta de votos. Os Conselhos Consultivos Estaduais vigoraram até 1936.”

No ano de 1933, com o apoio do governo estadual, foi construída uma nova ponte sobre o ribeirão Macacos, sendo ela denominada, oficialmente, de “Ponte Cel. Américo Teixeira”<sup>187</sup>. Como na época de Melo Viana, as estratégias de promoção da imagem do Cel. Américo continuavam em curso, sendo respaldadas pelo novo governador-interventor. Parafraseando Lanza, parece que o governo estadual de pós-revolução de 1930, apesar de desmontar boa parte da estrutura política que o coronel havia montado, foi astuto o bastante para perceber que sua consolidação e legitimação, ainda dependia “da última e autorizada palavra do Coronel Américo Teixeira Guimarães”.



Foto 22:  
Placa de inauguração da ponte  
Cel. Américo Teixeira.  
Data: 26/04/07  
Autor: Bruno Mendes.

### 2.3. Coronel Américo, Doutor Cristiano e a imortalidade

As disputas de poder, as estratégias de promoção pessoal, a obsessão pelo progresso, a busca por uma imagem de si e de seu povo, são alguns dos aspectos da construção simbólica que envolvem a história da memória do Cel. Américo Teixeira. Neste capítulo, procuramos analisar como esse personagem, em vida, foi o principal ator desse processo. Isso não significa dizer que deixamos de utilizar as memórias, escritas e orais, que se fizeram de Américo após a sua morte, mas que selecionamos apenas aquelas que percebem o personagem como um sujeito atuante na construção simbólica de si.

A partir dessa perspectiva, podemos dizer que, assim como as fábricas e empreendimentos criados pelo coronel foram apropriados como um patrimônio material e financeiro por seus sócios e parentes, o seu poder como chefe local também pode ser considerado como um “patrimônio imaterial” que pode ser apropriado no sentido

<sup>187</sup> Ver placa original de inauguração da ponte na foto 22.

político da manutenção do regime de funcionamento da vila fabril de Cachoeira de Macacos.

No primeiro capítulo, percebemos como o Cel. Américo participou efetivamente da transição de poderes dentro da gestão da fábrica, inserindo e formando o doutor Geraldo no quadro de dirigentes da companhia. É preciso dizer que, ao enfatizar a capacidade do Coronel Américo de impor mudanças e inserir novos dirigentes na gestão da companhia, nosso objetivo não é desmerecer a importância dos outros personagens da história local, mas colocar em proeminência como sua interferência na gestão da companhia propiciou a manutenção de sua memória como grande industrial.

Essa permanência de seu poder não se limitou, no entanto, à gestão da fábrica de Cachoeira de Macacos, manifestando-se, também, no sucesso empresarial de seu único filho homem, o Doutor Cristiano Guimarães. Com uma filosofia de vida onde a tolerância, a bondade e a manutenção da autoridade parecem ser os seus princípios fundamentais<sup>188</sup>, a forma de agir de Américo se tornou, não por acaso, uma espécie de “lema” para os novos administradores, que se apropriaram da história do coronel não só para materializar, na fábrica, a autoridade que antes era personalizada por Américo, mas também para debater a legitimidade de sua dominação em meados do século XX.

Retomamos assim uma discussão que se refere tanto à herança deixada pelo coronel Américo na forma de gerir a vila fabril, como à transição de lideranças em Cachoeira de Macacos, em meados do século XX. Cabe aqui apontar que Barbosa de Lima Sobrinho, no prefácio da segunda edição do livro *Coronelimo, enxada e voto*, questiona as reais diferenças da substituição dos coronéis, supostamente líderes tradicionais e menos esclarecidos, por doutores, novos chefes políticos mais bem instruídos e com uma visão mais racional da política municipal em meados do século XX<sup>189</sup>.

No caso de Cachoeira de Macacos, a transição da liderança local do coronel para o doutor está bem nítida e evidencia que a continuidade das relações de poder é um dado importante da história local. Dizemos isso porque, foi pela influência direta do Coronel Américo que foram inseridos os dois primeiros doutores no comando da vila fabril. Um deles era seu próprio filho. Cristiano França Teixeira Guimarães foi o primeiro engenheiro civil nascido em Sete Lagoas e chegou a ser reconhecido como um dos

---

<sup>188</sup> Na reportagem feita por Moraes em 1963, o repórter transcreve a seguinte fala de Cristiano sobre a personalidade do cel. Américo: “Sua filosofia de vida era a tolerância e a bondade, mas sem perder a autoridade”. Moraes, F. Op.cit.,1963.p1.

<sup>189</sup> NUNES. V. L. Op.cit.,1997.p.23.

maiores empresários de Minas Gerais, na primeira metade do século XX. O outro era o Doutor Geraldo Pereira da Rocha, bacharel em Direito que voltou a morar em Cachoeira de Macacos a convite do Cel. Américo para trabalhar na fábrica, como gerente.

Já analisamos como a inserção de Doutor Geraldo no quadro de dirigentes da companhia possibilitou que a modernização do sistema produtivo da fábrica pudesse ser feita sem alterar o antigo regime de funcionamento da vila fabril. No final deste capítulo, analisaremos, brevemente, alguns aspectos da formação que Américo Teixeira deu a seu filho e como o sucesso profissional desse último pode expressar a manutenção do seu prestígio e da família.

Na realidade, podemos dizer que Doutor Cristiano teve uma atuação prioritariamente fora de Cachoeira de Macacos, iniciando sua carreira na indústria na década de 1910, como gerente da Companhia Industrial Belo Horizonte, o primeiro empreendimento industrial de grande porte da capital mineira e uma das empresas das quais seu pai foi fundador e gerente. Ampliando progressivamente sua participação em empreendimentos industriais e financeiros, Doutor Cristiano, como empresário de porte regional, herdou e aumentou significativamente o legado deixando pelo Cel. Américo.

Não nos interessa listar aqui os empreendimentos dos quais ele participou, mas destacar que o sucesso de Cristiano Guimarães, provavelmente, foi um dos principais fatores da manutenção da memória do Cel. Américo como uma figura de expressão econômica e política na região central de Minas Gerais. Neste sentido, a reportagem feita por Moraes, em 1963, mostra-se uma fonte privilegiada para nossa análise, uma vez que, em um pequeno texto destinado ao “elogio público” do Dr. Cristiano Guimarães, esse personagem é apresentado como “um digno continuador da obra de seu pai”, pois a “(...) estatura moral, o pioneirismo, a autoridade, a vocação pra o trabalho e para o progresso, a capacidade de liderança, todas estas características que formaram o caráter do Cel. Américo, permanecem intactas, com a mesma elevação espiritual na figura de seu filho, Cristiano Teixeira Guimarães(...)”<sup>190</sup> Assim, a memória de Américo se perpetua e ganha maior projeção através do sucesso de seu filho, que o reconhecia como sua grande referência de vida, dizendo que “(...) se tenho alguma coisa de bom, é nele que eu fui buscar.”<sup>191</sup>

Uma diferença entre eles não pode deixar de ser ressaltada: Américo não foi o “continuador” de uma tradição familiar e/ou político-administrativa, mas um dos

---

<sup>190</sup> Moraes, F. Op.cit.,1963. p.1.

<sup>191</sup> Idem.

principais responsáveis por seu surgimento. Sem precedentes no seu passado familiar, Américo construiu um patrimônio industrial e político ainda inédito no seu núcleo de convivência, o que nos permite pensar que a forma como Américo criou e formou o “Doutor Cristiano Guimarães” foi mais uma de suas tentativas para fortalecer o domínio que ele havia criado, se reinventando, no tempo e no espaço, com uma face ainda mais sofisticada e moderna do que a de coronel; como doutor.

No entanto, a formação que Cristiano recebeu de Américo não pode ser resumida à sua elevação ao *status* de doutor, pois esse processo parece ser muito mais complexo. Infelizmente, não podemos nos prolongar nesse tema e nos restringiremos, ao final desse capítulo, a trazer uma última informação que, além de ser importante para o desenvolvimento dos próximos capítulos, nos mostra que Américo buscou imprimir à educação de seu filho, não somente o “progresso de ser doutor”, mas a marca da sua personalidade e da sua história de vida. Isso porque, segundo Maria de Jesus, era sabido localmente que foi o ex-escravo da família do cel. Américo, Nicolau Teixeira, quem “criou” Cristiano Guimarães, enquanto o coronel dedicava-se à administração da fábrica de tecidos<sup>192</sup>. Dificilmente encontraremos mais dados sobre essa “educação informal” que Cristiano recebeu do ex-escravo Nicolau. Mas, através do relato de Célis de Paula, que é bisneta do ex-escravo, podemos afirmar que Nicolau se tornou, de fato, uma importante referência para Cristiano:

“Sei que ele (Nicolau Teixeira) serviu eles (a família do Cel. Américo Teixeira) muito tempo. Eles foram gratos a ele por muita coisa. (...) Tanto que quando meu avô morreu o filho do coronel mandou enterrar ele (Nicolau) assim pertinho, embaixo da catacumba dele (Américo), e fez uma pra ele (Nicolau) muito bacana. Ele (Américo) aqui em cima, e ele (Nicolau) em baixo, nos pés dele (Américo). Muito bonita a tumba que ele (Cristiano) fez (...) escrita por cima dela, homenagem a Nicolau Teixeira.”<sup>193</sup>

Nicolau Teixeira faleceu em 1951, quatro anos após a morte do cel. Américo. No próximo capítulo da dissertação, trataremos especificamente da história de Nicolau e da relação dele com o Cel. Américo, mas, por ora, é necessário dizer apenas que Nicolau foi uma figura que acompanhou e serviu Américo por quase toda sua vida e que

---

<sup>192</sup> PAULA, Maria de Jesus de. *Maria de Jesus de Paula – Nonoca (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.16.

<sup>193</sup> PAULA, Célis. *Célis de Paula (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.13.

sua escolha para ser o “primeiro educador” de Cristiano, pode nos dizer que o coronel Américo queria que seu filho, antes de qualquer coisa, conhecesse as histórias, as tradições, o ambiente e os personagens que foram importantes para a sua própria formação.

Foto 23



Foto 24



Foto 23: Vista frontal de túmulos de Nicolau (primeiro plano) e Américo (segundo plano)  
Data: 04/03/08. Autor: Bruno Mendes.

Foto 24: Vista posterior de túmulos de Américo (primeiro plano) e Nicolau (segundo plano)  
Data: 04/03/08. Autor: Bruno Mendes.

Foto 25



Foto 26



Foto 25: Detalhe de túmulo de Nicolau Teixeira.

Data: 04/03/08. Autor: Bruno Mendes.

Foto 26: Bem integrado ao túmulo de Américo, imagem de Nossa Senhora das Mercês.

Data: 04/03/08. Autor: Bruno Mendes.

### Capítulo 3 – Memórias da escravidão em Cachoeira da Prata

Escolhemos terminar o segundo capítulo dessa dissertação apontando que o ex-escravo Nicolau foi sepultado por Doutor Cristiano aos pés do túmulo do cel. Américo, porque acreditamos que esse fato simbólico é bastante apropriado para introduzir um novo e importante personagem dessa história: Nicolau Teixeira. Tal escolha explicita que, ao estudar o personagem, daremos ênfase à trajetória de sua relação com Américo, questão que aparece com frequência nas fontes, sendo fundamental para entendermos por que Nicolau veio para a vila fabril de Cachoeira de Macacos e como foi sua vida nela.

Analisar a história de Nicolau, vinculando-a à história de Américo nos permite, também, compreender melhor a diversidade de elementos que marcaram um período que a memória local identifica e que nós chamamos de “tempo do coronel Américo Teixeira”. Isso porque, Nicolau Teixeira viveu esse tempo, envolvendo-se diretamente na construção e consolidação do domínio político e econômico desse chefe local<sup>194</sup> e, logo, da memória de seu nome. Contudo, ao constatarmos a influência do “memorado” coronel sobre a vida de Nicolau, não estamos dizendo que um personagem é mais significativo do que o outro para nossa pesquisa. É importante relatar que, ao contrário do que pode parecer, nos aproximamos da história de Américo somente após termos conhecido e pesquisado a história de Nicolau.

Inicialmente, o tema dessa pesquisa era delimitado à história da comunidade formada pelos descendentes do ex-escravo Nicolau. Nosso objetivo era elaborar uma dissertação voltada para essa comunidade que acreditávamos ser dotada de uma identidade cultural própria, historicamente diferenciada do resto da cidade. Essa idéia havia se formado a partir da constatação de que esse grupo é, atualmente, reconhecido pelo apelido de Ariranha, sendo delineado por laços étnicos, familiares e territoriais como um “pequeno bairro” dentro do bairro do Centro da cidade. Nesse sentido, víamos a comunidade a partir de duas lentes: a questão quilombola<sup>195</sup> e do tipo de relação “*outsiders* x estabelecidos”<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> Vimos que o “tempo do Coronel Américo” está circunscrito à primeira metade do século XX, sendo referenciado pela projeção de Américo Teixeira Guimarães como industrial e líder político de porte regional e pelo processo de consolidação do regime de funcionamento da vila fabril.

<sup>195</sup> Nos referimos, aqui, ao movimento social que busca discutir o conceito de “quilombo contemporâneo”, o aproximando da realidade atual das comunidades que apresentam uma unidade étnica afro-descendente e uma unidade territorial. No próximo capítulo discutiremos de maneira mais aprofundada quais as referências conceituais que utilizamos na abordagem inicial da comunidade. Para



Todavia, ao fazermos as primeiras entrevistas, percebemos que os descendentes de Nicolau não faziam essa diferenciação da comunidade. Na realidade, na maioria das vezes que utilizávamos o termo “comunidade” nas entrevistas, percebíamos que os depoentes entendiam como uma referência à antiga vila de Cachoeira de Macacos. Além disso, diversos descendentes de Nicolau enfatizavam que, como indivíduos e família, estavam totalmente integrados à história e cultura da cidade.

Sabemos que as narrativas de si, mais do que nos contar o passado, evidenciam contextos e anseios que os depoentes estão vivendo no presente<sup>197</sup>. Nesse sentido, interpretamos a ênfase que os descendentes de Nicolau davam a sua integração com a cidade, como uma vontade de serem reconhecidos, no momento da entrevista, como cidadãos de Cachoeira da Prata. Além disso, percebemos que investir na história do grupo de descendentes de Nicolau exigia colocar a questão da participação de seus membros na formação histórica do município e vice-versa.

Após fazer as entrevistas, ficou claro que uma diferenciação cultural mais nítida entre a comunidade e a cidade não encontrava fundamento nas narrativas que os antigos moradores faziam de seu “passado”, só ganhando existência em uma história mais recente, especialmente, da década de 1960 até o momento da investigação. Daí, a ênfase que os descendentes de Nicolau buscavam dar à sua integração à cidade, uma vez que identificados como os “Ariranha”, sentiam-se relativamente expropriados de sua identidade como “cachoeirenses”.

Deve-se ressaltar também que ao escolher a relação de Nicolau e Américo como estratégia de abordagem, pretendemos analisar a pluralidade dos recursos utilizados pelos homens para reinterpretar e redefinir os mundos simbólicos e materiais que os cercam. Veremos que, entre as décadas de 1860 a 1940, os dois personagens, mesmo em posições hierarquicamente opostas, viveram e atuaram juntos na formação da localidade. O que nos permite discutir por meio de um caso específico, como ações individuais articulam-se com fenômenos como a industrialização têxtil, a urbanização, o coronelismo e o fim da escravidão de forma interligada e original. Essa análise está, na

---

mais informações sobre o conceito de “ressemantização” do termo quilombo ver ARRUTI, José M.P.A. *O conceito de quilombo – para um sociologia do artigo 68*. Texto para discussão. Projeto Egbé – Território Negros. Koininã. 2003. Disponível em <http://www.ufes.br/~dephis/quilombo.pdf>. Acessado em agosto de 2006.

<sup>196</sup> Analisaremos esse tipo de relação no próximo capítulo, tomando com principal referência ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>197</sup> MATTOS, Hebe. “Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José”. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, 2006.p. 168.

realidade, dispersa nesse estudo de caso, mas quando focalizamos a relação dos dois personagens, ela ganha especial relevo.

Um dos símbolos que melhor qualifica essa relação é a proximidade de seus túmulos no cemitério, algo que acabou por monumentalizar na memória local alguns aspectos representativos da história dos personagens e da localidade como um todo.

Adelma de Paula, neta de Nicolau, ao narrar a morte de seu avô, assinala que a proximidade das duas sepulturas expressa que, além do apreço que o Doutor Cristiano tinha por Nicolau, havia um vínculo entre o coronel e o ex-escravo duradouro e íntimo.

“Quando fez um ano, acho que foi um ano e pouco que vovô tinha morrido, ele (o doutor Cristiano, (filho de Américo) veio, arrumou tudo e (...) fez o túmulo do meu avô no pé do Coronel Américo. (...) Até pra morrer eles ficaram juntos, eles ficaram juntos.”<sup>198</sup>

Com uma perspectiva bastante diferente, Geraldo Pereira, o antigo gerente que foi trazido para trabalhar na fábrica, embora percebendo a proximidade dos túmulos como uma mera coincidência, também atribui um peso simbólico ao fato, lembrando que a hierarquia é uma característica fundamental dessa relação:

“(...) Eu vou te contar um detalhe: fizeram o cemitério novo e enterra, enterra, enterra, enterra. Até a coincidência: o Nicolau foi enterrado aos pés do coronel Américo. É o tipo da coincidência. Tantos anos depois, o escravo do coronel, foi enterrado aos pés do coronel.(...)”<sup>199</sup>

Na realidade, as diversas narrativas que atribuem significados ao posicionamento dos túmulos nos autorizam a dizer que as sepulturas de Américo e Nicolau materializaram na memória local, uma relação duradoura, íntima e hierárquica. Se analisarmos essas fontes orais em conjunto com outras fontes, veremos que essa representação revela traços importantes da trajetória da relação desses homens, que tem sua origem no estatuto da escravidão<sup>200</sup>, sendo a “intimidade” fruto de uma convivência

---

<sup>198</sup> TEIXEIRA, Adelma de Paula. *Adelma Teixeira (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006. p.24

<sup>199</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2006. p.16

<sup>200</sup> Segundo Geraldo Pereira, Nicolau “saiu para Américo em um inventário”, e foi levado, na condição de escravo, ainda quando era criança para viver na fazenda do pai de Américo, capitão João da Mata. Ver ROCHA, G. P. Op.cit., 2006.p.16. e TEIXEIRA, A. P. Op.cit., 2006.p.23. Apesar da relação senhor-escravo ser fundamental para compreender a hierarquia que existia entre eles, devemos ressaltar que ela não resume o tipo relacionamento que foi estabelecido entre Américo e Nicolau, uma vez que esse último

de aproximadamente oito décadas. Iniciada na década de 1860, na fazenda Pacu, onde cresceram juntos e estabeleceram laços afetivos, essa proximidade permaneceu existindo até por volta de 1950, quando eles faleceram.

Acreditamos que é exatamente a longevidade dessa relação que propicia ao trabalho historiográfico desenvolver uma discussão sobre a capacidade desses personagens reinventarem os mundos simbólico e material que os cercavam. Essa duração nos possibilita discutir também, como as noções de fidelidade e lealdade se materializaram em suas vidas, demonstrando que a reciprocidade de “ações virtuosas” foi uma outra marca fundamental do vínculo que mantinham. É nesse sentido que duas depoentes, ambas descendentes de Nicolau, sugeriram que a relação entre Américo e Nicolau era, na realidade, pautada por uma “amizade muito sincera”<sup>201</sup>. Mas seria o termo amizade apropriado para definir essa relação? Existe alguma possibilidade de um relacionamento de amizade ser estabelecido entre dois personagens com posições sociais tão diferenciadas?

Para responder essa pergunta precisamos delimitar melhor o que entendemos pela noção de amizade. O trabalho desenvolvido por Cláudia Rezende, que comparou os significados da amizade no Rio de Janeiro e em Londres na contemporaneidade, pode nos auxiliar a pensar essa questão. Delineando o termo “amizade” como um objeto de pesquisa, relativamente consolidado nas ciências humanas, ela percebe que existem duas diferentes abordagens do tema. A primeira partiria de uma definição mais rígida ou “preestabelecida de amizade para a mostrar como a relação é afetada por variáveis sociológicas como gênero, fase de vida, classe, etc.”<sup>202</sup> Nessa perspectiva, a amizade é “uma relação pessoal e privada, caracterizada pela autonomia dos indivíduos, que podem procurá-la ou deixá-la conforme sua vontade(...)”, estando fundamentada tanto na afetividade individual como na igualdade de condições sociais dos envolvidos<sup>203</sup>.

A outra vertente percebe a “amizade” como um “objeto de representações histórica e culturalmente elaboradas” e, logo, como uma noção condicionada ao tempo e espaço no qual se manifesta. Segundo a autora, para tais teóricos, a definição rígida de amizade não passa de uma idealização que se faz a partir de uma noção específica de

---

viveu a maior parte de sua vida como um homem livre e que a permanência negociada da autoridade moral de seu ex-senhor sobre ele no pós-1888, é bastante próxima da relação potentado-agregado.

<sup>201</sup> TEIXEIRA, A.P. Op.cit., 2006. p.24. e CRISPIM, Lenir de Paula. *Lenir Crispim (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.23

<sup>202</sup> REZENDE, Claudia Barcellos. *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 21.

<sup>203</sup> Ibidem, p.21-22.

indivíduo e de um tipo de relação de amizade que se consolidou no ocidente, nos últimos três séculos. Desconstruir essa idealização e relativizar a noção de amizade são investimentos necessários para todos os pesquisadores que acreditam que para definir “amizade” em qualquer sociedade ou grupo, é preciso perceber como se entende a própria noção de pessoa e de relacionamento com o outro, “tanto na esfera privada como pública”<sup>204</sup>.

Especialmente interessante para responder a nossos questionamentos sobre a possibilidade de existir uma relação de “amizade” entre pessoas desiguais, é a análise de Allan Silver, que segundo Rezende, questiona o ideal moderno de amizade demonstrando que, no passado, “(...) certas formas de amizade eram pautadas justamente pela desigualdade de *status*, de forma que os amigos podiam prover um ao outro recursos substancialmente distintos, porém equivalente em valor prático e moral”<sup>205</sup>. Para esse autor, a “amizade” entre desiguais estava baseada na valorização de “ações virtuosas que demonstram lealdade e fidelidade”.

A partir desta perspectiva, gostaríamos de voltar à relação de Américo e Nicolau e analisar como demonstrações recíprocas de lealdade e fidelidade foram importantes para a trajetória de vida de ambos os personagens, o que permitiria pensá-los como um exemplo desse tipo de “amizade” entre desiguais, apreendido nas falas das depoentes mencionadas.

### **3.1. Nicolau Teixeira, um ex-escravo leal.**

Para fazer essa discussão, buscaremos nos concentrar nas informações que os depoimentos orais, em conjunto com outras fontes escritas, nos fornecem sobre a história dessa relação, analisando, especialmente, como ela é importante para entender os motivos que levaram Nicolau Teixeira à vila fabril.

Nicolau Teixeira nasceu no ano de 1863 e faleceu em 1951, com o 88 anos. Através de seu registro de óbito, identificamos que era proveniente da região de Fortuna de Minas, atual município limítrofe de Cachoeira da Prata<sup>206</sup>. Seus pais, Benedito e Carolina Teixeira, foram, provavelmente, escravos de Antônio Teixeira Guimarães, avô

---

<sup>204</sup> Ibidem, p.25

<sup>205</sup> Ibidem, p.23

<sup>206</sup> Arquivo do Cartório de Registro Civil e Notas de Fortuna de Minas. *Livro de registro de óbitos N° 02*. p. 30. termo.468.

do cel. Américo. Como já mencionamos, segundo alguns depoentes, Nicolau teria sido criado desde pequeno na fazenda do pai de Américo, mas pertencia ao próprio Américo, tendo saído para ele em um inventário<sup>207</sup>.

Acreditamos que, no início da década de 1880, após se casar com Laurinda França, Américo se mudou para a Fazenda do Salvador, distante, aproximadamente, quatro quilômetros do local onde foi, posteriormente, implantada a fábrica de tecidos. O escravo Nicolau teria se mudado junto com Américo para essa fazenda e, mesmo com o fim da escravidão, ali teria permanecido até receber de seu ex-senhor uma pequena gleba de terra, onde se estabeleceu com sua família<sup>208</sup>. O terreno doado à Nicolau, que pertenceria à companhia têxtil fundada por Américo, estava a seiscentos metros das instalações da fábrica, na margem esquerda do ribeirão Macacos, onde não havia construção alguma da empresa. Não sabemos a data e a área exata das terras doadas, pois, ao que tudo indica, a doação não foi registrada oficialmente<sup>209</sup>. No entanto, através do cruzamento de diferentes fontes, concluímos que o terreno teria pouco mais de dois hectares de área e que sua doação foi feita na década de 1900<sup>210</sup>.

Os significados dessa doação são muitos, especialmente para os descendentes de Nicolau que vivem nessas terras até a atualidade. Talvez, o mais importante seja a ascensão social de Nicolau, que deixou de ser agregado de fazenda para se tornar um lavrador pobre, mas “proprietário” de um pequeno terreno, localizado nas imediações da vila de Cachoeira de Macacos.

Acostumado com o trabalho na fazenda, após receber as terras, pode-se imaginar que o cotidiano de vida de Nicolau mudou sensivelmente, mas não de maneira abrupta. Em relação ao seu cotidiano de trabalho, Doutor Geraldo, que nasceu em 1912, se lembra que Nicolau era “o fiel escudeiro” de Américo e trabalhava na fazenda do Salvador, que pertencia ao coronel, mas era habitada por sua filha e genro desde,

---

<sup>207</sup> A referência de que Nicolau saiu em um inventário para Américo foi feita na entrevista de Geraldo Pereira da Rocha. Esse inventário, provavelmente do avô de Américo, encontra-se no Fórum de Sete Lagoas, mas, segundo o funcionário responsável pelo arquivo histórico do Fórum, a instituição está passando por um processo de organização documental e os documentos anteriores a 1950, ainda não catalogados, só serão abertos para consulta pública ao final desse processo, com data ainda imprevista.

<sup>208</sup> As trajetórias de Américo e Nicolau foram elaboradas a partir do cruzamento das informações presentes nos depoimentos coletados, nas memórias de Eloy de Freitas, documentos cartoriais e matérias publicadas em periódicos sobre a vida de Américo Teixeira.

<sup>209</sup> Alguns depoentes mencionam que esse registro existe na fábrica, mas, como a companhia ainda não nos autorizou a pesquisar seu arquivo, não podemos confirmar essa informação.

<sup>210</sup> Essa dimensão e data aproximada é uma inferência feita a partir dos relatos e estão sujeitos a reavaliações futuras.

provavelmente, a década de 1910<sup>211</sup>. Ou seja, através deste relato, percebemos que, mesmo depois de se mudar para as proximidades da vila, o seu cotidiano de trabalho se manteve, em alguns aspectos, similar ao que ele tinha na fazenda. Essa continuidade, no entanto, não apaga uma mudança significativa que se processava em sua vida e que estava ligada tanto à sua condição de “novo proprietário”, como ao fenômeno da industrialização têxtil que tomou conta da localidade e lhe ofereceu novas possibilidades de inserção no mundo trabalho.

Sobre sua relação com a produção fabril, vale lembrar que, como assinalamos, embora a presença de libertos na vila seja remota, não podemos afirmar que a fábrica de Cachoeira de Macacos tenha utilizado mão-de-obra escrava na sua construção e nos primeiros meses de funcionamento. Na realidade, se tomarmos como referência a carta enviada pela diretoria da companhia ao governador da província de Minas Gerais, em 1887<sup>212</sup>, quando as máquinas ainda estavam sendo instaladas, poderíamos dizer que, no projeto inicial de seus acionistas, a intenção era utilizar, somente, pessoas livres no trabalho operário. No entanto, a partir da experiência de outras fábricas têxteis mineiras da época, veremos que a possibilidade de escravos terem trabalhado na construção da fábrica de Cachoeira de Macacos são reais. Isso porque a historiografia aponta que a utilização de escravos nos primeiros empreendimentos fabris foi recorrente em Minas Gerais, mesmo quando seus proprietários se “vangloriavam” utilizar apenas mão-de-obra livre<sup>213</sup>. Domingos Giroletti, em sua pesquisa de doutorado sobre a Companhia Cedro Cachoeira, criada no início da década de 1870 na região central do estado, sugere algumas tendências sobre a utilização de mão-de-obra escrava nessas primeiras fábricas têxteis mineiras. Para ele, apesar de serem numericamente inferiores ao número de trabalhadores livres, os escravos foram utilizados tanto na construção como na produção das fábricas têxteis, sendo, na maior parte das vezes, alugados de seus próprios sócios, operários ou terceiros. A partir de seu levantamento no arquivo do Museu da Cedro Cachoeira, esse autor pode constatar que os escravos desempenharam as mais diversas tarefas nas fábricas, entre elas: serviços domésticos, obras, serviços externos (trato de animais, transporte de cargas, etc), ofícios como carpintaria, serraria e ferraria e na própria produção fabril.

---

<sup>211</sup> ROCHA.G. P. Op.cit., p.16.

<sup>212</sup> Arquivo Público Mineiro. Fundo Seção de Governo. Notação: SG- 31. 25/08/1887

<sup>213</sup> GIROLLETTI. D. Op.cit.,1991. p.60-63.

Apesar da constatação da presença de escravos nessas indústrias, Giroletti enfatiza, por mais de uma vez, que a tendência nas primeiras fábricas era o predomínio, quantitativo e qualitativo, de trabalhadores livres e assalariados e que os próprios sócios da Companhia Cedro Cachoeira, mesmo sendo proprietários de escravos e os utilizando em suas empresas, se vangloriavam de incentivar um modo de produção essencialmente capitalista e “livre”<sup>214</sup>.

Considerando que o período entre a criação da fábrica de Cachoeira de Macacos e a abolição legal da escravidão é bastante curto, menos de dois anos, podemos dizer que mais significativo do que saber se escravos trabalharam nesta fábrica é saber como o processo de pós-abolição se manifestou na sua vila fabril. A questão do pós-emancipação escrava é, por sinal, um tema pouco debatido pela historiografia mineira que trata da industrialização têxtil. Giroletti, apesar de tratá-lo de modo passageiro, nos traz dois elementos bastante significativos.

O primeiro refere-se à existência de documentos no arquivo do Museu da Cedro Cachoeira que abre a possibilidade de discutir esse tema em futuras pesquisas. Entre esses documentos, o autor destacou aqueles que versam sobre o fim da escravidão na fábrica de São Sebastião, a única dos sócios da Cia. Cedro Cachoeira que utilizava, basicamente, mão de obra escrava. Essa companhia foi formada a partir da criação de uma fábrica em uma antiga fazenda agrícola, na qual boa parte dos escravos, especialmente do sexo feminino, foram transferidos para a produção fabril. Como relatou o seu gerente em 29 de outubro de 1888, com a abolição do trabalho escravo, aparentemente, houve uma desarticulação completa do sistema de produção:

“(…) Ninguém calcula a dificuldade com que tenho lutado depois da Abolição. A lavoura em completo atraso pelo quase completo abandono dos libertos. A fábrica em completa transformação pela mesma causa. Entretanto, só na aldeia de Soledade estão 10 escravas daqui, boas operárias, batucando e bebendo cachaça, e negros da roça, 17.”<sup>215</sup>

A partir desse relato, poderíamos nos questionar se o abandono de antigos postos de trabalho e seu ajuntamento em áreas urbanas e/ou rurais foi um padrão de comportamento dos libertos da região central de Minas Gerais após maio de 1888. É

---

<sup>214</sup> A fábrica de São Sebastião, pertencente a um dos sócios fundadores da CEDRO CACHOEIRA, seria a única exceção da tendência, sendo operada basicamente por escravos. Giroletti, p. 60 -63.

<sup>215</sup> GIROLETTI. D. Op.cit., 1991. p. 120.( Nota final 09. cap.2)

claro que a fala de um gerente que relutava até mesmo em reconhecer a liberdade jurídica desses trabalhadores, nos serve apenas como uma das óticas de compreensão do comportamento dos libertos e das motivações que levaram as “operárias” e os “negros da roça” a se ajuntarem naquele momento. Mas, independente da versão do gerente, podemos concluir que o abandono abrupto dos empreendimentos de seus antigos senhores era uma das opções possíveis para os ex-escravos pós-1888. Com essa postura, eles causavam não necessariamente uma desordem pública, mas a ruptura de ciclos produtivos estabelecidos nas fazendas e unidades fabris e o desfalecimento de uma rede de sociabilidade que estava pautada por códigos culturais naturalizados por séculos de manutenção da sociedade escravista.

É preciso lembrar que a região que estamos estudando, ao longo do séc. XIX, cedeu boa parte do seu plantel de escravos para as grandes fazendas de café da zona da mata mineira, fato que fica evidenciado pela comparação da população escrava do município de Sete Lagoas, formada por 2.527 indivíduos no ano de 1883, com a quantidade de escravos existentes em municípios cafeeiros, como, por exemplo, Juiz de Fora com mais de 21.000 escravos ou Leopoldina com mais de 16.000<sup>216</sup>. Essa presença relativamente baixa de escravos evidencia a importância que o trabalho livre e assalariado foi adquirindo no sistema produtivo regional na segunda metade do século XIX, e também que possíveis “rupturas” da cadeia produtiva com o fim da escravidão foram mais localizadas em determinados empreendimentos ou segmentos produtivos do que no sistema de produção como um todo. A própria emergência da indústria têxtil, onde os trabalhadores livres eram predominantes, é mais uma indicação que o fim progressivo da ordem de produção escravista foi acompanhado por uma gradativa formação de novos modelos produtivos que se fundamentavam, basicamente, no trabalho livre e assalariado.

Esse é, exatamente, o segundo ponto que Giroletti traz para o debate que associa o fim da escravidão à industrialização têxtil mineira. Segundo o autor, a indústria têxtil teve um papel crucial nesse processo, sendo possível constatar uma estratégia sistemática, utilizada pelos dirigentes da Cedro Cachoeira, para formar e disciplinar os “novos trabalhadores”. Por meio dela, buscava-se “(...) aprofundar a diferença entre o operário industrial e o escravo, o trabalhador rural e o artesão(...)”, através do estímulo à

---

<sup>216</sup> ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS. *Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883*. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.p.67. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000068.html> acessado em agosto de 2007.



criação de novas formas de vida na vila operária, do melhoramento das condições materiais dos operários, da garantia do acesso de seus filhos à educação formal e da difusão de uma nova ética burguesa “(...) que visava superar os traços negativos deixados pela escravidão”. Para implantar esse projeto, a fábrica se tornou, além de um centro de produção, uma agência de poder e sociabilidade capaz de criar e atender as demandas de sua “nova comunidade fabril”<sup>217</sup>.

Acreditamos que essa hipótese é bastante útil para nosso estudo caso, pois a Cedro Cachoeira foi uma referência importante para idealização e administração de diversas outras fábricas de Minas, incluindo a de Cachoeira de Macacos. No entanto, ao aceitarmos que essa estratégia foi adotada localmente, devemos nos questionar como o ex-escravo Nicolau foi capaz de conciliar hábitos de trabalho e uma forma de vida similar à que ele tinha na fazenda, com o novo projeto de criação da fábrica e da vila?

Para responder tal questão é preciso voltar aos primeiros capítulos da dissertação e lembrar que no “tempo do cel. Américo” as relações de lealdade estabelecidas entre alguns ex-senhores e determinados ex-escravos perpassavam a lógica do recrutamento de operários da companhia. Nesse sentido, o primeiro ponto que deve ser ressaltado é que, na vila fabril de Cachoeira de Macacos, havia espaço somente para aqueles ex-escravos que se mantivessem leais ou fiéis aos seus ex-senhores, ou seja, Nicolau se inseriu na vila porque se manteve leal ao Cel. Américo, após o fim da abolição.

Na verdade, as fontes textuais e o relatos memoriais que existem em torno de Nicolau Teixeira apontam que sua vinda para a vila fabril não foi condicionada especificamente à sua participação no trabalho fabril, mas sim à sua relação direta com o coronel. Essa hipótese pode ser evidenciada através da comparação entre as histórias de vida de dois ex-escravos que se integraram de maneiras diferentes ao ambiente fabril e ao projeto político de Américo. Eles são Nicolau e Bebiano, e a comparação entre suas histórias de vida, além de esclarecer aspectos do processo de recrutamento da fábrica, permite-nos discutir como o fenômeno de pós-emancipação da escravidão se manifestou em um ambiente onde se queria “esquecer” o passado de escravidão.

Semelhantes em aspectos étnicos e sócio-econômicos, negros e ex-escravos, ambos conseguiram um acesso relativamente privilegiado para seus familiares dentro da fábrica. Bebiano seria protegido por João da Mata, pai de Américo e maior acionista da empresa, o que facilitou, segundo a interpretação do memorialista Eloy de Freitas, que

---

<sup>217</sup> GIROLETTI, D. Op.cit., 1991.p.249-250.

ascendesse ao posto de chefe dos ferreiros. Um cargo que foi, posteriormente, mantido por seu filho Júlio de Bebiano<sup>218</sup>. Nicolau, por sua vez, era amparado por Américo Teixeira e os benefícios concedidos a ele se manifestaram pela doação de um terreno da própria companhia e por postos de trabalho oferecidos a seus familiares, destacando-se sua segunda mulher, Thomázia Ferreira, como uma das únicas mães de família autorizadas a trabalhar na fábrica<sup>219</sup>.

Tais concessões eram, sem dúvida, uma forma de aliciar esses “homens de confiança” a ingressar, com seus familiares, em uma comunidade fabril, onde um ex-senhor de escravos tornou-se um “chefe paternalista”. Ou seja, no “tempo do cel. Américo”, o processo de recrutamento utilizado pela fábrica era duplo, uma vez que a formação populacional da vila não podia ser pautada somente pela atração e capacitação de novos operários, mas também pela tentativa de manter um grupo de antigos trabalhadores (livres e libertos) que se engajasse no projeto político do coronel, apoiando e defendendo sua autoridade e liderança. Tanto Bebiano como Nicolau, faziam parte desse segundo grupo, mas guardavam uma diferença marcante: Bebiano era operário da companhia e Nicolau era “serviçal” de Américo. O primeiro era dotado de um saber bastante específico, o “ofício de ferreiro”, que o tornava extremamente útil em uma área fundamental para o funcionamento da fábrica, a oficina de ferraria. Assim como todos os outros operários, Bebiano vivia em uma casa construída pela companhia, estando sujeito ao rígido regime de controle implantado na vila fabril.

Já Nicolau, aparentemente, nunca foi operário da fábrica, jamais morou em casa construída pela companhia, tendo “ganhado” um terreno nas imediações da vila, onde pode construir sua própria casa, casas para seus filhos e ainda plantar uma roça para o seu próprio proveito. Lavrador de profissão, seus conhecimentos estavam ligados à vida rural, mais especificamente, à sua lida na fazenda do Salvador, na qual trabalhou tanto em serviços de campo quanto em afazeres domésticos. Além disso, Nicolau desempenhava também o papel de “jagunço” do coronel, sendo um dos seus “homens de confiança”. Com esse perfil, a importância de Nicolau em Cachoeira de Macacos parece não estar diretamente ligada ao trabalho fabril, mas à proteção e consolidação do domínio do grande chefe local, isto é, a um projeto maior.

---

<sup>218</sup> FREITAS, E. Op.cit., 1995.p.37-38.

<sup>219</sup> MENDES, Bruno de Araújo. “Memórias da escravidão em Cachoeira da Prata”. In: *Anais do VII Encontro Regional de História Oral*, 2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16>.

Assim, nosso estudo de caso corrobora a análise de que a organização do trabalho nas primeiras indústrias têxteis de Minas Gerais ocorreu através da constituição de comunidades fabris onde o paternalismo dava a tônica das relações de poder<sup>220</sup>. Buscando aprofundar e analisar essa hipótese geral através desse estudo de caso, percebemos, através da comparação de Bebiano e Nicolau, que as relações de lealdade entre ex-senhores e ex-escravos atuam tanto na forma de organizar um corpo de operários capacitados para o trabalho fabril, como na maneira de garantir a manutenção do próprio paternalismo praticado no curso do processo de constituição da vila fabril de Cachoeira de Macacos.

É interessante perceber que a trajetória de cada um desses personagens também repercutiu de maneira diferente nas parcas iniciativas de escrita de suas histórias, sendo que, até o momento, encontramos apenas uma referência escrita feita à Bebiano e outra à Nicolau. A primeira está no livro de Eloy de Freitas *Cachoeira de Macacos – o sonho de um pioneiro*, no qual Bebiano é representado como um

(...) preto, ex-escravo, ferreiro com anos de profissão, quando veio a abolição da escravatura não quis deixar seus antigos senhores e empregou-se na fábrica.

Seu tempo de serviço com o Capitão João da Mata lhe deu uma certa hierarquia dentro da fábrica e ele se empenhava em produzir tudo do melhor modo possível. Ao ser apresentado, um dia, a um representante europeu como o chefe dos ferreiros da empresa, ele acrescentou: “Seu moço, do ferro nós faz até chita”.

Em seus últimos anos, em uma cadeira de rodas, foi bem assistido pela Companhia e toda a sua família passou pela fábrica, e seu filho mais velho, Júlio de Bebiano, foi chefe da ferraria da fábrica por anos.”<sup>221</sup>

É preciso lembrar que Eloy de Freitas foi o contador da fábrica durante muitos anos e que seu livro está bem próximo do que poderíamos chamar de “memória oficial” de Cachoeira de Prata, na qual o coronel Américo e a fábrica aparecem como os principais personagens. Essa perspectiva fica explícita tanto na escolha de uma fala na qual Bebiano demonstra seu orgulho em fazer parte da companhia como no registro do tratamento que a empresa teria dispensado ao ferreiro no final de sua vida. Vemos, dessa forma, que a trajetória de Bebiano serve para que o memorialista reforce a

---

<sup>220</sup> LIBBY, D.C. Op.cit.,p.236-238.

<sup>221</sup> FREITAS, E. Op.cit., 1995.p.37.

projeção da fábrica como grande instituição paternalista da localidade, conferindo legitimação à autoridade exercida por ela.

Sobre Nicolau, encontramos alguns versos em um poema sem data, escrito por um autor desconhecido. Posterior ao ano de 1975, quando a cidade mudou de nome para Cachoeira da Prata, esse poema nos foi entregue pela filha de um de nossos depoentes, que o encontrou em um armário pouco tempo depois de termos entrevistado seu pai. Apesar de iniciado de uma maneira um tanto tradicional, projetando o cel. Américo como grande fundador da cidade, percebemos que seus versos buscam contar um pouco do cotidiano de vida na antiga vila fabril, através da fixação de alguns de seus personagens mais populares. Entre eles, estão alguns artistas, o padre, o farmacêutico, o dentista, o coronel Américo e o velho Nicolau. Para esses dois últimos foram dedicados os seguintes versos:

“Vou contar para vocês  
parte da história de Cachoeira  
foi fundada em 1886  
pelo Cel. Américo Teixeira(...)

O Cel. Américo  
era moço destemido  
sem nada para fazer  
montou logo a fábrica de tecido.

O Coronel era gente boa.  
nunca foi homem mau.  
Não deixava de ter segurança  
um deles era o preto Nicolau.

Nicolau era um preto  
velho cheio de artimanha.  
Fez logo sua casa  
lugar chamado Ariranha(...)<sup>222</sup>

Demonstrando que o autor passeia entre a memória e a história da localidade sem preocupações de estabelecer relações cronológicas entre elas, o poema fornece

---

<sup>222</sup> AUTOR DESCONHECIDO. *Poema(sem título)*. Sem data. Acervo particular de José Teixeira de Paula.

informações importantes sobre o modo como Nicolau era visto na cidade: preto, segurança de Américo, velho cheio de artimanha e fundador do “lugar chamado Ariranha”. Comparando essa visão com a que Eloy de Freitas transmite de Bebiano, como chefe da ferraria da fábrica, aplicado e orgulhoso em seu trabalho, podemos dizer que está evidente que esses ex-escravos, ao se inserirem no ambiente de Cachoeira de Macacos, adotaram e mantiveram duas diferentes formas de vida e trabalho. Essa postura legou a cada um deles um lugar específico na memória local, sendo que a presença de Nicolau se tornou, fundamentalmente, ligada à proteção do cel. Américo.

### **3.2. Nicolau Teixeira: terra e liberdade.**

Na realidade, ao discutir como Nicolau e outros ex-escravos se inseriram na vila fabril, nos aproximamos dos debates em torno do processo de “proletarização do trabalho” no Brasil. Douglas Libby, que analisou especificamente o caso de Minas Gerais e define tal processo como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado, chama a atenção para o fato de que as fábricas de tecidos foram as primeiras a se aproveitar, de maneira efetiva, da oferta de mão de obra livre que, na segunda metade do séc. XIX, cresceu sensivelmente<sup>223</sup>. Segundo ele, esse crescimento se deve ao desamparo e marginalização que a população pobre e livre foi submetida dentro do regime escravista, o que fez com que se visse obrigada a abandonar o campo para procurar emprego ou “jornais” nos incipientes centros fabris.

Ao definir esse desamparo como um elemento fundamental para a ampliação de empreendimentos produtivos baseado no trabalho livre e assalariado, esse autor enfatiza que as relações verticais com pessoas de poder, detentoras dos meios de produção e de prestígio político, foram determinantes para a inserção de pessoas livres e pobres no novo mundo do trabalho que se formava na segunda metade do século XIX. Apesar de concordamos com essa interpretação, acreditamos que a forma como o autor a expõe tende a minimizar, tanto a participação ativa dos “novos trabalhadores” diante desse processo, como o fato de que esse período é marcado por transformações culturais e sócio-econômicas, nas quais a própria noção de “trabalho livre” estava sendo redefinida.

---

<sup>223</sup> LIBBY, D.C. Op.cit.,p.355-356.

Sobre esse tema, a análise contida no livro *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*<sup>224</sup>, de Hebe Maria Mattos, constata que a tendência à proletarização, apesar de estar associada ao estabelecimento de relações verticais entre camadas livres e potentados locais, não deve ser simplificada pela idéia de “única alternativa” para uma população desampara. Nesse sentido, a autora busca explicitar que a formação de um “mercado de trabalho livre e assalariado” foi acompanhada por um “processo sócio-econômico de mudança de significação da auto-representação do homem livre”<sup>225</sup>. Ou seja, o trabalho assalariado se torna uma representação da experiência de liberdade, contrapondo-se à escravidão e oferecendo maior autonomia e possibilidade de mobilidade aos trabalhadores. Assim, quando realizado com sucesso, poderia levar à melhoria da qualidade de vida e até a uma aquisição de escravos (antes de 1888) ou de uma propriedade de terra.

A partir dessa perspectiva, que valoriza a subjetividade dos trabalhadores livres e sua inserção no mundo do trabalho da segunda metade do século XIX, voltemos à trajetória de vida de Nicolau para entender como, através de seu trabalho e da sua relação com o seu ex-senhor, ele se inseriu no mundo do trabalho livre, conseguindo deixar de ser um agregado de fazenda para se tornar um pequeno proprietário de terras.

Como já dissemos, pela falta de registros oficiais sobre a doação das terras, dificilmente saberemos quando Nicolau as recebeu. Isso não nos impede de sugerir, a partir da análise das fontes, que a doação é a culminância de eventos que percorreram um período que vai desde a criação da fábrica de tecidos em 1886; passa pela abolição da escravidão em 1888; e se concretiza com a consolidação do cel. Américo como o maior chefe local de Cachoeira de Macacos, no início do século XX. Essa trajetória nos revela que a forma como Nicolau experienciou a liberdade no mundo do trabalho apenas se iniciou com o fim do substrato legal da escravidão, uma vez que a transição da sua condição de escravo a de liberto aconteceu, provavelmente, em um momento diferente de sua transição sócio-econômica de *agregado* a pequeno proprietário de terra.

Baseamos essa interpretação em três pontos. Em primeiro lugar, ao que parece, Américo doou a Nicolau um terreno que pertencia à fábrica, algo que dificilmente poderia acontecer antes de 1888, quando ela ainda estava em fase de implantação e Américo era um jovem gerente. O segundo refere-se a algumas evidências que nos

---

<sup>224</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio : os significados da liberdade no Sudeste escravista : Brasil Seculo XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>225</sup> Ibidem, p.106-107.

mostram que Nicolau era uma espécie de “fiel escudeiro”<sup>226</sup> ou “jagunço”<sup>227</sup> do Cel. Américo, o que nos leva a deduzir que o estabelecimento de uma residência permanente para o ex-escravo nas proximidades da fábrica estava ligado à maior presença do próprio coronel na vila fabril. Nesse sentido, a construção de uma residência para Américo em Cachoeira de Macacos, na primeira década do século XX, pode ser entendida como outra referência do deslocamento de Nicolau. Finalmente, acreditamos que a doação das terras está intimamente ligada à formação de uma família por parte do ex-escravo, algo que se iniciou mesmo antes do fim da escravidão, mas que ganhou novos contornos na década de 1900, quando ele se casou pela segunda vez. Isto é, a doação das terras poderia ser entendida por referências históricas relacionadas à idéia de retribuir os serviços e a fidelidade de Nicolau ao coronel.

Além dessas referências, identificamos, basicamente através dos depoimentos, que a doação das terras é explicada como uma recompensa dada a Nicolau por ele ter salvado a vida de Américo. Na realidade, essa representação que poderia ser identificada como uma espécie de mito fundador da comunidade formada por seus descendentes nos foi contada por dois depoentes. Um deles é José Teixeira de Paula, neto do ex-escravo, que nasceu em 1925 e viveu toda sua vida nas terras doadas a seu avô. Entre todos os entrevistados, ele se destacou como aquele que mais nos forneceu informações sobre a história da comunidade e a experiência da escravidão na região.<sup>228</sup> Suas memórias, constituídas através de casos que seu pai e tios lhe contaram, são preciosas para entendermos, segundo a visão dos que vivem na terra hoje, os motivos que levaram Américo a doar as terras para Nicolau:

Ah, isso eu vou dizer a você: o seu Américo gostava muito de furar abelha no mato, ir no mato e furar abelha. Ele gostava muito de mel com queijo, com tudo. Meu avô sempre o acompanhava; eles falavam que meu avô era negro cativo. Cativo era escravo, né? (...) Mas aí o que aconteceu? Ele (o cel. Américo) foi chupar mel (no meio do mato) e engasgou (com um favo). (Então) meu avô bateu a boca no nariz e puxou (o favo),

---

<sup>226</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2006.p.16.

<sup>227</sup> TEIXEIRA, Josefina de Jesus. Josefina de Jesus Teixeira (depoimento, 2006). Cachoeira da Prata, Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.26.

<sup>228</sup> Dois exemplos de seu discernimento sobre o tema da escravidão foram apresentados, deliberadamente, por ele ao nos explicar que os escravos, antigamente, eram conhecidos como “negros cativos” e que era comum colocar nos escravos o sobrenome da família de seus senhores. É interessante perceber, também, que ele fez, na sua narrativa, o uso do termo “escravidão” para caracterizar o controle que a fábrica exercia na vila fabril, inferindo que esse controle foi rompido em dois momentos diferentes: após a promulgação das leis trabalhistas, que garantia o salário mínimo e segurança para o trabalhador em seu emprego, e com emancipação municipal, que pôs fim ao controle da mobilidade física que a fábrica exercia sobre os moradores dentro da vila fabril. PAULA, J.T. Op.cit., 2006.

desengasgando ele. Se meu avô não faz isso, ele (cel. Américo) morria; ele morria mesmo. Aí, por causa disso, ele (Cel. Américo) deu ao meu avô isso aqui<sup>229</sup>.

Em outras palavras, Nicolau salvou a vida de Américo e, por gratidão, o coronel lhe doou um pedaço de terra para viver. Para compreender melhor essa representação, é preciso explicar que esse salvamento aconteceu durante uma caçada que era uma atividade de lazer tradicionalmente difundida nas mais diversas camadas sócio-econômicas da população mineira. O memorialista Jovelino Lanza, que dedicou três crônicas do seu livro *Minha Sete Lagoas*, aos *causos* de caçadas, nos ajuda a ter uma visão geral dessa tradição que manteve-se vigorosa até em meados do século XX: “As caçadas são reguladas por lei e, nas épocas permitidas, um grupo de 8, 9, 10 companheiros sai de Sete Lagoas rumo a Paracatu, levando de tudo para uma estada, no mato, de 15 a 20 dias (...)”<sup>230</sup>. Para ele, tais caçadas, assim como as pescarias, são tipos de aventuras fantásticas nas quais “se dão fatos em que, efetivamente, não se pode acreditar, apesar de verdadeiros”<sup>231</sup>.

Especialmente na família de Américo, essa tradição já estava consolidada no final do século XIX, pois, segundo o memorialista Eloy de Freitas, o Capitão João da Mata, pai do cel. Américo, tinha o costume de organizar caçadas de apenas um dia realizadas sempre aos domingos. Além disso, diversas evidências apontam que esse era o maior lazer do industrial Cel. Américo, idealizado pelo jornalista Frederico Moraes em 1963 como “um exímio atirador, mas que matava pouco”<sup>232</sup>. Fica, assim, evidente que Américo manteve sua tradição familiar das caçadas, chegando a contar com a participação de “visitantes ilustres”, como o presidente do estado Fernando de Melo Viana que, como vimos, vinha duas vezes por ano à Cachoeira de Macacos para esse fim<sup>233</sup>. Esse *hobby* ficou bastante marcado na memória dos moradores mais antigos da vila, que se lembram de Américo em sua “baratinha”, apelido dado ao carro que ele utilizava, com um acompanhante e um cachorro de caça nos bancos para passageiros. Segundo esses depoentes, a maior parte das caçadas organizadas por Américo eram feitas na região de Pompéu, tendo como principal alvo as perdizes. Nicolau era um de seus principais acompanhantes nessas “aventuras”, sendo uma espécie de cozinheiro oficial da turma de caçadores. Seu Tizé, como é apelidado José Teixeira, ainda lembra

---

<sup>229</sup> PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.12-13.

<sup>230</sup> LANZA, J. Op.cit., 1958. p.136.

<sup>231</sup> Ibidem, p.160.

<sup>232</sup> MORAIS, F. Op.cit.,1963. p.1.

<sup>233</sup> ROCHA, G. P. Op.cit., 2006.p.11. e COSTA, A. Op.cit.,2006.p.29.



de conhecimentos específicos da “culinária do mato” que seu avô Nicolau tinha e transmitiu para que seu filho pudesse substituí-lo nessa função:

(...) o Américo ia caçar perdiz com esses fazendeiros e ele (Nicolau) ia também. Ficavam dias nessas fazendas caçando perdiz. Era o dono dessa fábrica aqui. Ele deixava os outros gerentes aqui e ia caçar. (...) Quando ele (Nicolau) não agüentou mais mexer na cozinha, ensinou para meu tio Bernardo (filho de Nicolau) a fazer perdiz. Ele falou: “Você agora vai ser cozinheiro deles. Tem a época que a perdiz come formiga, então você tem de limpar ela bem limpa, fritar bem fritada e depois afogar, porque se você não fritar a carne fica com gosto de formiga.” Ele ensinou e meu tio ficou sendo cozinheiro desse povo aí.<sup>234</sup>

Provavelmente, a “culinária do mato” era apenas um dos “conhecimentos práticos” que Nicolau tinha da vida no campo. No que tange especificamente a questão das caçadas, acreditamos que Nicolau, além de cozinheiro, seria aquela pessoa responsável pela organização geral do acampamento: um serviçal que liberava os caçadores-fazendeiros para praticar seu lazer com comodidade e segurança. Reconhecido em diversas fontes como um homem astuto, ao que tudo indica, ele sabia lhe dar muito bem com imprevistos acontecidos, como salvar uma pessoa engasgada com um favo de mel...<sup>235</sup>

Para Josefina Teixeira, outra neta de Nicolau que nos contou o “salvamento” do cel. Américo, essa história é uma prova da astúcia de Nicolau, que através desse ato, não só ganhou suas terras, mas se tornou um protetor permanente do coronel.

Pai (Bernardo Nicolau) falava que ele (Nicolau) salvou este homem ( cel. Américo) que deu estas terras a ele. Porque ele (cel. Américo) estava engasgado com mel, então meu avô o salvou lá no mato. Ele (cel. Américo) engasgou com o mel e já estava quase morrendo, quando meu avô pegou e chupou o nariz dele. (Quando) ele (cel. Américo) voltou, falou que devia ao meu avô essa obrigação. Então, desse dia em diante, todo lugar que ele (cel. Américo) ia, vovô estava. (...) Em todo lugar que ele estava, vovô estava atrás, guardando ele... Era jagunço dele. Era jagunço dele. Protegia ele de tudo. Ninguém (lhe) fazia mal porque vovô tava (perto)(...)<sup>236</sup>.

---

<sup>234</sup> PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.34.

<sup>235</sup> Lenir Crispim de Paula, neta de Nicolau, ainda se lembra que seu avô lhe ensinou “palavras que livram a gente dos bichos que mordem”. Eram elas; “São Bento, frei clemente, me livre de cobra e de todos os bichos peçonhentos”. Essa memória, em nossa interpretação, é mais uma evidência que demonstra que Nicolau era um “homem do mato”. CRISPIM, L.P. Op.cit., 2006.p.17.

<sup>236</sup> TEIXEIRA, J. Op.cit., 2006.p.25.

Dona Fina, como é conhecida na comunidade, ao recontar essa história não deixa de emitir suas “opiniões sinceras” sobre o que ela achava da forma como seu avô adquiriu as terras: “Você vê que ele herdou esse negócio aqui, foi puxando o saco, né? Eu não puxo o saco de ninguém, morro seca e pobre que já sou. Mas eu acho que vô puxava saco.(...) Meu avô era adulator.” Dessa forma, o salvamento do Cel. Américo, que identificamos como uma espécie de “mito fundador” da comunidade, ganha um novo significado na fala de Dona Fina e acentua uma face das relações entre Nicolau e Américo. É interessante perceber que, na percepção dela, a “adulação” praticada por Nicolau não se limitaria ao trato com o Cel. Américo. Estava genericamente presente em uma diferenciação que Nicolau fazia no tratamento de pessoas brancas e negras, “adulando” os brancos e “maltratando” os negros, especialmente as crianças, uma vez que Josefina utiliza exemplos de castigos aplicados em seus irmãos e primos para fundamentar sua opinião<sup>237</sup>.

Apesar das críticas ácidas e diretas que Dona Fina faz em torno da postura social de seu avô, ao reconstruir a imagem de Nicolau como um velho bravo e adulator de brancos, ela demonstra certa admiração por ele, ao reconhecer que era dotado de um tipo de astúcia que, para ela, estaria diretamente ligada ao fato de ter sido escravo. Na realidade, as memórias de Dona Fina se destacam dentro do nosso acervo de depoimentos, por serem aquelas que nos fornecem mais interpretações sobre a condição de ex-escravo de seu avô sobre a escravidão, atribuindo diversos significados e valores à experiência do cativo. Por exemplo, ao descrever fisicamente o avô, Dona Fina associa a aparência de seus dedos deformados pelo reumatismo à sua vivência como escravo:

O olho do meu avô não era preto não, o olho do vovô era azul.(...) O cabelo era ruim.(...) Não era muito alto não, mais ou menos(...) Tinha barba. O rostinho dele era assim, compridinho, sabe? Agora, as mãos dele, não sei se é porque ele era mais velho, as mãos deles, os dedos eram, assim, mais ou menos. O dedo de vovô era diferente, para mim ele viveu na escravidão, pelo menos um bocadinho(...) Eu acho que ele alcançou a escravidão um pouquinho...<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> Ibidem, p.26.

<sup>238</sup> Ibidem, 2006.p.28.

E explicitando que suas memórias da escravidão são “confusas”, ela identifica em seu avô a capacidade de falar “outras línguas” e ter conhecimentos típicos dos “tempos antigos”.

Tinha vez que ele conversava mais diferente. (...) Assim, falava umas línguas sem ser igual a que a gente falava (...). Lembro pouquinho, faz tempo que ele morreu. Às vezes, eu fico pensando muitas coisas e vai voltando e, outras vezes foge, minha cabeça não lembra. Às vezes, eu fico pensando que ele poderia ter falado com a gente alguma coisa do tempo dele, sabe? Ele devia saber alguma coisa. Sabia! Esse povo mais velho sabia muita coisa. Hum! Coisa, assim, de negócio de macumba, acho que ele sabia<sup>239</sup>.

Essa atribuição de saberes aos mais “antigos”, também, aparece no depoimento de Seu Tizé. No entanto, esse depoente se diferencia radicalmente de sua prima Josefina ao definir tais conhecimentos como “papiatas desse povo antigo” ou meras superstições que não tinham efeito algum sobre problemas reais da vida<sup>240</sup>. Coincidência ou não, os depoimentos deles têm os mesmos conteúdos, rememorando o salvamento do cel. Américo e indicando que os antigos eram portadores de conhecimentos metafísicos. A partir dessa associação, se nos for permitido “ficcionalar” um pouco essa história, para deixá-la com o aspecto de um *causo* fantástico, daqueles que “realmente” aconteciam nas caçadas, é bem provável que Nicolau tenha utilizado, além de sua astúcia, algum tipo de poder mágico para salvar o coronel da morte.

Foto 27



Foto 28



Foto 27: Entrevista com seu Tizé. Data: agosto de 2006. Acervo particular: Ong. Grão.

<sup>239</sup> TEIXEIRA, J. Op.cit., 2006.p.29.

<sup>240</sup> O trecho do depoimento de Seu Tizé que se refere a esse assunto é o seguinte: “Esse povo antigo tudo tinha essas coisas, essas papiatas. Eu conheci gente aqui que usava colar de sabuco, punha aqui e disse que era para curar papo, papo ficava assim, né? A tal da tireóide, né? Essa mulher aqui, essa mulher aqui de baixo aqui falava: “Ocês faz um colar de sabuco e põe aqui, que o papo desaparecia.” Oh, ficava mais de vinte anos e o papo lá ia só crescendo. Agora que bobagem, sabuco no pescoço.(risos)”. PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.21-22..

Independente dos tipos de poderes utilizados por Nicolau para salvar Américo, podemos concluir que esse ato de lealdade é uma das mais importantes referências que explica a doação de terra. Neste sentido, está bem claro que as ações de mútua lealdade e gratidão que marcam a relação entre os dois homens revelam tanto o reconhecimento negociado da permanência da autoridade moral do ex-senhor, como a ascensão social de um lavrador, negro e escravo que, após se libertar do cativo, adquiriu um pequeno pedaço de terra, onde estabeleceu sua família e se tornou patriarca de uma pequena comunidade.

### **3.3. Nicolau: família e liberdade**

Ao constatar que a lealdade ao seu ex-senhor foi uma das formas encontradas por Nicolau para “prosperar na vida”, estamos evidenciando que a negociação de recursos simbólicos e materiais era um importante aspecto da relação que mantinha com o coronel. O reconhecimento da instrumentalização de suas “ações virtuosas”, no entanto, não deve colocar as noções de “virtude” e “lealdade” em eclipse. Entender os significados das noções de “virtude” ou “lealdade” neste contexto histórico específico é, na verdade, compreender quais eram os recursos simbólicos e materiais disponíveis para negociação. Em outras palavras, as “ações virtuosas recíprocas” que envolveram a relação desses dois personagens, afora representar a negociação de interesses pessoais e coletivos, nos permite compreender como eles se portavam dentro do universo cultural em que estavam imersos.

Um exemplo disso pode ser analisado a partir da imagem que Gentil Teixeira preservou em sua memória do coronel Américo, que “(...) era de família de gente branca (...), mas combinava com os pretos e tudo(...)”<sup>241</sup>. Sua narrativa evidencia a eficiência da construção simbólica que Américo fez em torno de si como um líder fraternal e com elevado espírito de entendimento. Da mesma forma, ao permanecer “submisso” a seu ex-senhor após o fim da escravidão, Nicolau faz algo mais do que negociar novas experiências de liberdade, pois passa a fazer parte de um novo projeto político, no qual

---

<sup>241</sup> TEIXEIRA, G. Op.cit., 2007.

o reconhecimento da autoridade do coronel sobre ele e sobre a comunidade fabril, passa a contar com o seu apoio direto.

Devemos enfatizar que a noção de instrumentalização de “ações virtuosas”, possui significados diferentes para nossos depoentes que se inserem, de maneira direta ou indireta, nas narrativas que contam a relação de Américo e Nicolau. Esse uso, todavia, não invalida os depoimentos que revelam não só aspectos do passado, mas o lugar de onde o depoente narra no presente<sup>242</sup>. Em nosso acervo, um dos exemplos mais significativos desse uso que a memória faz do passado, é a forma como Gentil e José Teixeira, dois netos de Nicolau que continuam a morar na comunidade, constroem-se como os verdadeiros beneficiários da doação de terras feita a seu avô. Recriando diálogos entre Nicolau e Américo, eles explicam que o segundo deu as terras para Nicolau colocar seus filhos e netos.<sup>243</sup>

Essa representação suscita uma discussão sobre a formação da memória no tempo presente da comunidade. Neste sentido, ao citar os filhos e netos de Nicolau, os relatos que dão significado à doação das terras, trazem uma questão fundamental sobre a trajetória de vida de Nicolau após o fim da escravidão: a formação de uma família.

Essa questão é um dos temas-chaves da pesquisa de Hebe Mattos sobre os significados da liberdade no século XIX. Para essa autora, as relações familiares, assim como as relações comunitárias, representavam, tanto para os pobres livres como para os escravos, a maior possibilidade de autonomia na sociedade escravista<sup>244</sup>. Algo que também fica evidente nos despachos feitos pela Junta de Emancipação de Sete Lagoas

---

<sup>242</sup> Como nosso tema central é a história da memória local, os usos que essas narrativas fazem do passado, sejam eles anacrônicos ou não, se transformam em algo tão importante quanto as informações que podem ser conferidas através da comparação com outras fontes.

<sup>243</sup> A fala de Gentil Teixeira que evidencia essa posição é a seguinte: “(...) O coronel Américo foi o gerente mais antigo da fábrica (...) ele era de família de gente branca (...), mas combinava com os pretos e tudo. (...) Passou uns tempos (...), vovô sempre mexendo na casa dele para lá e para cá, e ele (Américo) falou: “Você não tem um terreno para por seus filhos?” Que eram papai e os irmãos. “Eu vou dar pra você um pedaço de terreno”. E na fábrica ele pôs lá e tem até hoje! (...) Já passaram diversos gerentes e todo mundo que entra lá na fábrica (sabe. Pois,) está lá no livro que o terreno de Nicolau ninguém pôe a mão. O terreno que foi dado pelo coronel Américo Teixeira, ninguém pôe a mão(...)” Percebemos aqui que além de citar seu próprio pai como beneficiário direto da doação, esse depoente evoca a “palavra” ou o “combinado” que o coronel fez com o seu avô como uma espécie de princípio moral que valia para toda a localidade. TEIXEIRA, Gentil. *Gentil Teixeira (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.21.

Seu irmão, José Teixeira, o mesmo que nos revelou o “mito do salvamento”, se insere, de maneira ainda mais explícita, na relação de seu avô e Américo, ao recriar uma versão, na qual Américo, ao entregar as terras a Nicolau, diz: “Isso aqui é para você colocar seu netos”, ou seja, para ele mesmo. PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.11.

<sup>244</sup> MATTOS, H. M. Op.cit.,1995.p.71.

que estava incumbida de escolher os escravos que teriam preferência nas manumissões feitas por indenização do Estado<sup>245</sup>.

Além disso, segundo Mattos, geralmente o estabelecimento de relações de fidelidade com os mais poderosos se tornava uma “questão de princípio e de sobrevivência coletiva” de famílias inteiras que, através dessas relações verticais, alcançavam certa estabilidade na vida cotidiana<sup>246</sup>. Essa dinâmica social pode ser constatada, no exemplo de Cachoeira de Macacos, especialmente na forma como a fábrica de tecidos recrutava seus operários até meados do século XX. Isso porque, a inserção de um novo empregado se dava basicamente através do contato familiar com outro operário já estabelecido, ou seja, os laços horizontais ou as relações entre iguais eram fundamentais para o estabelecimento de qualquer relação vertical na vila fabril.

No caso específico do ex-escravo Nicolau, não podemos afirmar, apesar da compreensível ênfase dos depoimentos, que Américo deu as terras para Nicolau criar sua família. Todavia, podemos dizer, com segurança, que as terras foram fundamentais ao tipo de “empreendimento familiar” que Nicolau desenvolveu. Para entender um pouco melhor esse “empreendimento familiar”, é necessário detalhar como foi o processo de formação de sua grande família.

Não sabemos a data exata de seu primeiro casamento, uma vez que não encontramos esse registro no cartório responsável pela jurisdição de Cachoeira de Macacos no início do século XX<sup>247</sup>. Acreditamos, contudo, que ele pode ter acontecido antes da abolição da escravidão, uma vez que encontramos na carteira de trabalho de seu filho mais velho, José Nicolau Teixeira, uma referência que aponta que seu nascimento ocorreu em 19 de março de 1887<sup>248</sup>. Utilizamos também a antiga carteira de

---

<sup>245</sup> Arquivo Público Mineiro. Fundo Seção de Governo. Notação: SG- 154. Ver documentos 247, 309 e 310, todos referentes à despachos e correspondências da “Junta Classificadora de Escravos” no ano 1882. Essa Junta era responsável pela seleção dos cativos a serem libertados pelo fundo de emancipação. Obedecendo as indicações do governo imperial, todos os escravos libertados em Sete Lagoas no ano de 1882, eram casados e possuíam filho.

<sup>246</sup> MATTOS, H. M. *Op.cit.*, 1995, p.74.

<sup>247</sup> No arquivo do Cartório de Registros Cíveis e Notas de Inhaúma não encontramos os registros referentes à data de casamento de Nicolau e Luiza, ao de óbito de Luiza última e aos nascimentos dos filhos desse casal. Foram analisados todos os livros de nascimento, casamento e óbito entre as datas de 1889 e 1916. A inexistência dessas fontes nos indica duas possíveis hipóteses: a primeira, que consideramos improvável, é que esses registros foram feitos em Sete Lagoas ou por particulares, e a segunda é que nenhum desses registros foi formalmente realizado nos cartórios. Procuramos outros registros no arquivo da Paróquia de Inhaúma, no entanto, o registro mais antigo de batismo é datado de 1900 e refere-se ao Livro nº 3 e o de casamento refere-se à década de 1920. Segundo a responsável local pelo arquivo, os documentos mais antigos da paróquia, que foi criada em 1880, se perderam com o tempo.

<sup>248</sup> Na realidade, no campo destinado à data de nascimento de José Nicolau Teixeira vê-se a referência “janeiro de 1894”. No entanto, no campo de outras observações consta a seguinte referência: “Pela

trabalho de Bernardo Teixeira de Paula para identificar que ele, o filho mais novo de Nicolau e Luiza de Paula, nasceu em 03 de junho de 1903<sup>249</sup>. Apesar de desconhecermos o ano de falecimento de Luiza, temos certeza que o segundo casamento de Nicolau, com Thomázia Maria de Jesus Ferreira, aconteceu no dia cinco de setembro de 1908<sup>250</sup>. Segundo fontes orais, o tempo entre o falecimento de sua primeira esposa e o seu casamento com Thomázia foi curto, sendo possível verificar que entre o nascimento de seu último filho com Luiza e o seu segundo casamento passaram-se apenas cinco anos.

É importante ressaltar, também, que Nicolau é filho legítimo de Benedito e Carolina Teixeira<sup>251</sup>, o que demonstra que ele é descendente de escravos que possuíam laços familiares estáveis. Percebemos, através dos dados levantados, que Nicolau também buscou criar, através da formação de uma família, uma condição de estabilidade para si, pois, como vimos, as relações familiares eram uma das principais formas de um escravo ou de um pobre livre alcançar certa autonomia na sociedade escravista da segunda metade do século XIX.

Essa descrição da estrutura familiar de Nicolau se assemelha bastante ao padrão de família nuclear que Hebe Mattos identificou entre livres e libertos do sudeste no século XIX. Nele, a viuvez e a segunda núpcias são frequentes e não “chegavam sequer a interromper o intervalo regular de nascimentos dos filhos (...)”<sup>252</sup>. Ligado ao meio rural, esse padrão de “família nuclear é uma pré-condição para a atividade agrícola (...) e um elevado número de filhos era sempre desejável (...), pois possibilitava a prosperidade na produção”<sup>253</sup> e, por vezes, a aquisição de um escravo ou de um pedaço de terra.

Apesar de oferecer sentido a diversos aspectos da história da família de Nicolau, devemos tomar esse modelo de família com certo cuidado, pois as especificidades locais de Cachoeira de Macacos apontam que as referências culturais de Nicolau estavam ligadas tanto à sua experiência como “negro de roça”, como à aproximação do meio

---

certidão de casamento apresentada, nasceu em 19/03/1887”. *Carteira Profissional de José Nicolau Teixeira*. 01/01/1936. Acervo particular de José Teixeira de Paula.

<sup>249</sup> *Carteira Profissional de Bernardo Teixeira de Paula*. 30/07/1935. Acervo particular de Josefina de Paula.

<sup>250</sup> Arquivo do Cartório de Registro Civil e Notas de Inhaúma. *Livro de registro casamentos n°2*, p.74v-75. Termo n° 41.05/09/1908.

<sup>251</sup> Como se pode constatar tanto no seu registro de casamento com Thomázia, como no seu registro de óbito. Cartório de Registro Civil e Notas de Fortuna de Minas. *Livro de registro de óbitos. n° 02*. p. 30. termo.468.10/09/1951.

<sup>252</sup> MATTOS, H. M. Op.cit.,1995.p.69.

<sup>253</sup> *Ibidem*,p.67.

fábrica que se consolidou localmente na virada do século XIX para o XX. Este ambiente fabril, como vimos, era propício à formação de um novo padrão de “empreendimento familiar”, no qual o acesso à terra deixava de ter importância crucial. O número de crianças e mulheres solteiras era um fator de prosperidade maior do que o número de homens aptos para o trabalho braçal. As mulheres que se tornavam mães, de modo geral, deixavam de ser operárias, dedicando-se, basicamente, à criação dos filhos menores e aos cuidados com a casa que era cedida pela companhia. Os homens, quando não conseguiam emprego fixo na fábrica, dedicavam-se às jornadas de trabalhos relacionadas à agropecuária e/ou comércio local e regional.

Se observarmos o “empreendimento familiar” que Nicolau criou nas imediações da vila fabril, veremos que ela une elementos dos dois padrões. Isso porque, ele nunca morou em uma casa cedida pela companhia, se tornando, provavelmente, na década de 1900, proprietário de um pequeno terreno na margem esquerda do ribeirão Macacos. Nesse terreno, plano e propício para o plantio, construiu sua casa e fez uma lavoura. Sua segunda esposa, com quem viveu metade de sua vida, tornou-se uma das únicas mães de família da vila com autorização para trabalhar na companhia, o que fazia com que ela fosse responsável por boa parte da renda em dinheiro que circulava em sua casa, enquanto Nicolau se dedicava aos serviços domésticos que seriam, tradicionalmente, executados pela mulher.

É interessante notar que o fato de ter se casado por duas vezes teve um efeito marcante sobre a formação de sua família, pois, segundo a maior parte dos nossos informantes, a segunda esposa de Nicolau, Sá Thomázia, como era conhecida, teria rejeitado os filhos do seu primeiro casamento. Isso fez com que eles tivessem uma infância penosa e saíssem de casa cedo para se casar e formar seu próprio núcleo familiar, dentro das terras de Nicolau<sup>254</sup>.

Essa trajetória se evidencia através das descrições que seus descendentes fazem das terras de Nicolau no final da década de 1920. Segundo eles, essas terras eram divididas em duas partes. A primeira compreendia cerca de um terço de toda a área e continha quatro casas: uma para Nicolau e três para seus filhos do primeiro casamento. Nela havia diversos pés de frutas, criação de porcos e galinhas, além de pequenas hortas e quintais em torno de cada casa. No segundo e maior pedaço de terra, Nicolau

---

<sup>254</sup> Atualmente, todos os moradores da comunidade são descendentes diretos ou indiretos dos dois filhos do primeiro casamento de Nicolau, Bernardo Nicolau e José Nicolau. A rejeição de Sá Tomázia aos ascendentes diretos dos atuais moradores faz, sem dúvida, que a memória que se guarda dela seja negativa.



mantinha uma “lavoura de ano inteiro”, com uma produção agrícola bastante diversificada, à qual ele se dedicava diariamente. Boa parte da colheita era consumida em sua casa ou dividida com seus filhos, sendo que uma pequena parcela era comercializada localmente<sup>255</sup>.

Seu cotidiano de trabalho, no entanto, não se resumia à sua “rocinha”. Na realidade, a possibilidade de se dedicar apenas ao trabalho na sua lavoura se concretizou somente no último estágio de sua vida, quando já tinha mais de sessenta anos de idade. Antes disso, vimos que, mesmo morando em Cachoeira de Macacos, Nicolau continuou a trabalhar na fazenda do coronel, onde desempenhava tarefas no campo, como a produção de açúcar e cachaça, e serviços domésticos, especialmente na cozinha da sede da fazenda. Além disso, através do relato de Gentil e José Teixeira percebemos que a comercialização de algodão e lenha adquiridos nas fazendas da região e revendidos para a fábrica de tecidos, era uma alternativa de renda já consolidada na família que, provavelmente, foi iniciada por Nicolau<sup>256</sup>.

Enfim, o empreendimento familiar de Nicolau alcançava sua sobrevivência através da combinação de rendimentos fixos de familiares operários, atividades esporádicas remuneradas em dinheiro - como jornadas na fazenda do coronel e o comércio de algodão e a lenha - atividades de subsistência, desenvolvidas na sua própria “rocinha” e serviços domésticos e de “proteção pessoal” para o coronel. Estes eram, provavelmente, recompensados em dinheiro, víveres e/ou privilégios, como a garantia do acesso a terra.

Essa diversidade de atividades dava a esse ex-escravo um leque de possibilidades para se inserir no mundo do trabalho livre da primeira metade do século XX. Ao pesquisar esses aspectos de sua vida, através de fontes orais, conhecemos um pouco das memórias da escravidão que a população mais antiga de Cachoeira da Prata preserva. Dispersos pelas narrativas de seus descendentes e daqueles que conheceram o “velho Nicolau”, esses relatos sugerem que ao mudar para as imediações de Cachoeira de Macacos, Nicolau trouxe para a nova comunidade fabril costumes que estavam associados a sua experiência como escravo e trabalhador rural. Assim, mesmo acompanhando e apoiando o novo projeto político e econômico do coronel Américo, o ex-escravo manteve para si antigos padrões de cultura e de trabalho que conviveram

---

<sup>255</sup> Essa análise foi elaborada a partir do cruzamento de diversos depoimentos. Todos os depoimentos coletados estão citados nas referências bibliográficas.

<sup>256</sup> TEIXEIRA, G. Op.cit., 2006. p.5. PAULA, J.T. Op.cit., 2006. p.21.

com o progresso da fábrica de tecidos. Nesse sentido, sua forma de viver a liberdade no pós-emancipação materializa-se, exatamente na maneira como ocupou suas terras e no processo de constituição de uma comunidade formada por seus descendentes. Dessa maneira, inserindo de forma original no processo de industrialização têxtil que ocorreu na localidade, Nicolau preservou uma cultura de trabalho agrário, realizando uma ascensão social significativa, que lhe deu certo conforto para viver e trabalhar.

No entanto, esse conforto no trabalho não se perpetuou até os últimos dias de sua vida e nem foi mantido como uma herança por seus descendentes. Isso porque, após a morte do cel. Américo, Nicolau teve parte de suas terras expropriadas pela fábrica de tecidos. Na realidade, essa expropriação foi fruto de três acontecimentos ocorridos em um curto espaço de tempo. Em 1947, faleceu o cel. Américo. Um ou dois anos depois, Nicolau caiu e quebrou a bacia<sup>257</sup>. Impedido de trabalhar na sua lavoura e com a recusa de seus descendentes em “cuidar da roça”, parte das terras ficou abandonada, sendo, em pouco tempo, tomada pelos dirigentes da fábrica que construíram um curral e colocaram animais no local.

As conseqüências desses acontecimentos são diversificadas e exprimem, antes de qualquer coisa, a ruptura quase simultânea dos laços sociais, verticais e horizontais, que garantiam a estabilidade e “sucesso” de Nicolau. O primeiro dos laços a se romper foi com o cel. Américo, com quem ele tinha um pacto de lealdade e fidelidade, construído ao longo de toda sua vida. Nesse sentido, Américo se tornou uma espécie de fiador de Nicolau, garantindo a ele o acesso aos recursos materiais necessários para que tivesse sua própria roça.

Esse pacto, que se firmava na força da palavra de Américo, fez com que a doação das terras passasse apenas pelo crivo das relações costumeiras, deixando de lado, ao que tudo indica, os registros oficiais e comprobatórios da propriedade definitiva de Nicolau sobre o terreno.

Como a detentora do registro legal era a fábrica de tecidos, após a morte de Américo, em 1947, houve uma rearticulação dos recursos e atores envolvidos nesse pacto. Do lado de Nicolau, os atores eram: ele mesmo, com oitenta e quatro anos de idade, e seus descendentes, que nasceram e moraram nas suas terras por, aproximadamente, quatro décadas, sendo os “herdeiros naturais” das mesmas. Representando o falecido coronel Américo, estavam seus filhos, a quem Nicolau havia

---

<sup>257</sup> PAULA, C. Op.cit., 2006. p.12. e PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.08.

servido desde a infância e que mantinham uma forte relação de intimidade com ele, e os dirigentes da fábrica. Estes, no final da década de 1940, já haviam percebido que o patrimônio imóvel de Nicolau se tornaria valioso com o crescimento da vila fabril de Cachoeira de Macacos.

É importante pontuar dois elementos em relação àqueles que representavam o cel. Américo nesse pacto. O primeiro é que Cristiano Guimarães, filho de Américo, concentrava em si todos os recursos simbólicos e materiais necessários para garantir que o pacto estabelecido entre seu pai e Nicolau continuasse vigente. Isso porque, Cristiano, além de manter uma forte relação pessoal com Nicolau<sup>258</sup>, tornou-se diretor-presidente da fábrica de tecidos com a morte de seu pai. O segundo ponto é que, ao longo da primeira metade do século XX, podemos constatar, sobretudo a partir dos depoimentos, que uma prática discriminatória em relação aos negros, havia se consolidado como uma referência para o processo de recrutamento de operários e para o acesso a determinados espaços de sociabilidade criados para os operários e seus familiares<sup>259</sup>. Mas, mesmo com essas transformações que colocavam os negros em uma posição desprivilegiada dentro de Cachoeira de Macacos, não encontramos nenhum indício que aponta que Cristiano Guimarães dificultou ou proibiu o acesso de Nicolau às terras doadas após o falecimento de seu pai.

No entanto, alguns meses depois da morte de Américo, um acidente doméstico deixou o “velho Nico” incapacitado de continuar seu trabalho na roça. Impossibilitado de andar por aproximadamente três anos, nossos depoentes ainda se lembram que Nicolau falava diariamente, “amanhã vou levantar (da cama)”, o que jamais aconteceu. Sem poder trabalhar na roça, sua “lavourinha” ficou abandonada, pois nenhum de seus descendentes quis mantê-la. Na realidade, essa ruptura com a tradição de trabalho do patriarca da família é enfatizada em dois depoimentos do acervo, que apontam que a decisão dos descendentes de Nicolau em “não mexer com roça”, foi, de fato, debatida entre os membros da comunidade, que teriam se recusado ao trabalho na sua lavoura<sup>260</sup>.

É interessante perceber na fala dos dois depoentes, que é através da diferenciação das noções de “trabalhar” e de “plantar roça” que eles justificam essa decisão. A nitidez dessa diferença não aparece, contudo, de forma muito clara. Isso não nos impede, contudo, de tentar interpretar, em linhas gerais, quais são os significados e

---

<sup>258</sup> Referência citada em diversos depoimentos.

<sup>259</sup> Ver primeiro capítulo dessa dissertação.

<sup>260</sup> PAULA, C. Op.cit., 2006. p.13. e PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.13.

as principais diferenças entre essas possibilidades de trabalhos, o que pode ser feito a partir de outros elementos presentes nas narrativas e do próprio contexto histórico a que elas remetem.

Ao longo do capítulo, buscamos demonstrar que “plantar roça” era um “conhecimento tradicional”, que Nicolau trouxe de sua vida de ex-escravo para Cachoeira de Macacos. Apesar de pequena, sua lavoura era bastante diversificada e exigia uma dedicação contínua. Os resultados de seus esforços, no entanto, não vinham com a mesma regularidade e nem sempre eram recebidos em dinheiro, pois boa parte da produção era de subsistência. Ou seja, era dividida e consumida entre os próprios membros da família, não se voltando para o mercado.

A noção de “trabalhar”, por sua vez, estaria centrada na remuneração financeira, podendo ser entendida também como fruto da ampliação do “trabalho livre e assalariado” que, na segunda metade do século XIX, tornou-se uma das alternativas para pessoas pobres, livres e desprovidas de meios de produção<sup>261</sup>. Na comunidade de descendentes de Nicolau, a “tradição de trabalhar”, provavelmente, se originou das jornadas que o próprio Nicolau fazia para o coronel e na experiência que seus filhos e sua segunda esposa tiveram como operários da fábrica<sup>262</sup>.

Foto 29

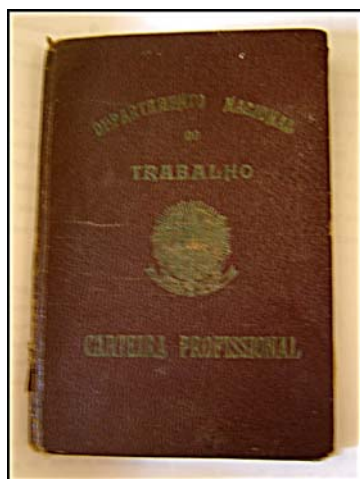


Foto 30



Foto 29 e 30: Carteira de trabalho de José Teixeira Nicolau  
Data: 04/03/08. Autor: Bruno Mendes.

<sup>261</sup> LIBBY, D. C. Op.cit., 1988. p.225-239.

<sup>262</sup> Nas carteiras de trabalho de José e Bernardo Nicolau, vemos que ambos foram operários da fábrica, desempenhando a função de tintureiros, a partir da década de 1920. Como esse registro foi feito retrospectivamente, não podemos afirmar, que esse foi realmente o período em que eles ingressaram na companhia.

Através do depoimento de José Teixeira, percebermos que com a “lei de Getúlio”<sup>263</sup> e, sobretudo, com a regulamentação do salário mínimo (1941), a noção de “trabalhar” passou a significar a possibilidade de acesso a uma quantidade mais significativa de dinheiro e, com ele, a novos bens materiais e hábitos que estavam se consolidando entre os operários que moravam na vila. Narrando, de maneira bastante peculiar, sua “entrada” para o “mundo urbano” de Cachoeira de Macacos, esse depoente define a época em que ganhou seus primeiros salários como um momento marcante de sua vida:

Dei para meu pai o *cobre* e ele falou: “Agora, meu filho, que você está ganhando mais, nós vamos à venda para comprar um sapato.” Mesmo assim não foi sapato, foi uma botina. Quando eu pus no pé, a botina parecia que tava cheia de brasa, chegava a assar a batata do pé (risos). Aí fui acostumando, a situação foi melhorando, comprei sapato e num instantinho arranjei namorada. Tinha que arrumar bem arrumadinho para ver a namorada. (...) Eu adorava aquilo, era um dilúvio (SIC) pra nós (...) Arrumar e ir para a rua namorar<sup>264</sup>.

Foi nesse contexto e com essa perspectiva que, no final da década de 1940, os descendentes de Nicolau Teixeira optaram por abandonar a “roça” do patriarca da família, rejeitando o mundo tradicional que ela representava. Atraídos pelas possibilidades que o trabalho assalariado oferecia, reinventaram sua própria imagem, buscando se inserir em um mundo urbano carregado de novos valores, que chegava como um “dilúvio” diante de seus olhos. Consideramos essa ruptura que ocorre entre Nicolau e seus descendentes como um momento crucial para a redefinição do pacto que o ex-escravo mantinha com os “fiadores” de suas terras.

Visto que a roça de Nicolau foi abandonada pelos seus próprios filhos e netos, que, nos registros legais, as terras continuavam sob o controle da fábrica, e, finalmente, que a postura dos dirigentes da companhia anunciava que a discriminação racial, em meados do século XX, estava consolidada como uma referência cultural local. Pouco tempo após o acidente com Nicolau, a parte das terras onde se situava sua lavoura foi expropriada pela fábrica de tecidos sem indenização alguma.

---

<sup>263</sup> Acreditamos que nosso depoente se refere às leis trabalhistas que culminaram com a Consolidação das Leis Trabalhista em 1943.

<sup>264</sup> PAULA, J.T. Op.cit., 2006.p.16.

Célis de Paula, bisneta de Nicolau, que cuidou dele e de sua esposa Sá Thomázia até os últimos dias de suas vidas, resume todo esse processo da seguinte maneira:

Quando ele andava bem, atravessava aqui e ia lá na frente (para trabalhar na roça). Tinha um pedaço nosso até lá na frente, divisando com as casas lá no Pombal. Aí ele (Nicolau) deitou (por causa do acidente). Os filhos, nenhum quis plantar roça: não quiseram cuidar, quiseram foi “trabalhar”. Aí eles (os dirigentes da fábrica) tomaram o pedaço que ia até lá na frente e dividiram: deram para a gente este e juntou o de lá com o terreno da companhia. (...) (Quem fez isso) foram os fundadores da fábrica, né? Já não tinha mais o coronel Américo, tinha era o símbolo dele (...)<sup>265</sup>.

Neste pequeno trecho, essa depoente se mostra capaz de analisar esse momento da história da comunidade de maneira bastante apurada, pesando as conseqüências dos diversos atores envolvidos no processo. Cabe ressaltar que, ao identificar que “já não tinha mais o coronel Américo, tinha era o símbolo dele”, dona Tita, como é localmente conhecida, evidencia também, que o “tempo do coronel Américo” havia finalizado e um novo período da história local, no qual a imagem do coronel foi apropriada como um símbolo, começava a se consolidar. Ainda segundo ela, o fato de ter sua roça abandonada e parte de suas terras expropriadas, agravou a saúde de Nicolau que, da cama, teria ficado desiludido ao saber que uma das maiores “conquistas” de sua vida lhe foi subtraída<sup>266</sup>.

Em 1951, Nicolau faleceu. Pouco tempo depois, Cristiano Guimarães mandou construir um túmulo para ele, por sinal, uma sepultura de relativo destaque dentro do antigo cemitério de Cachoeira da Prata. Muito bem acabada e com a seguinte inscrição “Saudade de sua esposa e filhos”. Seu gesto de garantir “terra boa” para que os restos mortais de Nicolau fossem enterrados aos pés de Américo, representaram, em nossa interpretação, uma tentativa simbólica de Cristiano de eternizar o cumprimento do pacto que ele, como representante da vida íntima e da autoridade moral do coronel, havia firmado com o ex-escravo Nicolau.

Gostaríamos de finalizar esse capítulo, enfatizando que, ao reconstituir aspectos da trajetória de vida de Nicolau, acabamos por selecionar e reinterpretar parte das memórias da escravidão que a população local preserva. Para compreender, com

---

<sup>265</sup> PAULA, C. Op.cit., 2006. p.13.

<sup>266</sup> Esse comentário foi feito por Dona Tita, após o término da gravação do depoimento e foi anotado somente em nosso caderno de campo.

profundidade, essas memórias, é preciso percebê-las em, pelo ao menos, dois momentos históricos distintos: no contexto de formação da vila fabril, onde elas aparecem intimamente relacionadas à industrialização têxtil e à urbanização que originou a cidade; e no presente histórico da produção dos depoimentos, do qual participamos diretamente como proponentes de um projeto que adotava a metodologia da história oral como forma de promover um debate que envolvia tanto a discussão da diversidade cultural no município, como a regulamentação da situação fundiária das terras dos descendentes de Nicolau.

Privilegiamos até aqui o primeiro momento, elegendo o processo de aquisição, organização e transmissão das terras de Nicolau como objeto central do debate. Ao final dessa análise, concluímos que a ruptura, que se processou no interior da comunidade familiar de Nicolau, com uma cultura de trabalho rural, fez com que seus descendentes se tornassem um dos agentes da expropriação de parte de suas próprias terras. Mediadas pelo trabalho do historiador, suas narrativas sugerem que o problema da terra, na comunidade, está profundamente associado aos usos e significados que se fez dela ao longo da história. Acreditamos que a compreensão desses usos e significados só pode ser feita se percebermos a comunidade como parte integrante da história de Cachoeira da Prata, como veremos a seguir.

#### **Capítulo 4 – As histórias e memórias da comunidade de Nicolau Teixeira: entre um projeto sócio-cultural e a pesquisa acadêmica**

Nos primeiros três capítulos da dissertação, concentramos nossa análise em torno da possibilidade de perceber, nos atos de criar memórias em Cachoeira da Prata – através de narrativas orais, inscrições no espaço urbano, celebrações, escrita do passado ou outras tentativas de imortalizar imagens individuais e coletivas do local – informações sobre a história deste centro urbano e de seus personagens. Essa abordagem, além de nos auxiliar a perceber alguns aspectos da trajetória de instituições, grupos sociais e indivíduos, permitiu-nos acessar a própria noção de história que se naturalizou no senso comum dos habitantes da cidade. Especificamente no segundo capítulo, buscamos deixar explícito que essa noção de história privilegia o papel das intenções individuais de um personagem específico, o coronel Américo Teixeira, como chave explicativa da formação do local. Dessa maneira, sua trajetória de vida revelaria, não só como a origem da localidade é imaginada, mas o processo de consolidação de um sistema de produção fundamental para entender como a cidade nasceu e cresceu. Isto é, como Cachoeira da Prata se transformou em um município de pequeno porte de Minas Gerais.

A maior evidência de como essa noção de história se naturalizou e demarcou a memória da população é a formulação de uma periodização que denominamos como o “tempo do cel. Américo”. Um “tempo” que remete, simbólica e cronologicamente, à primeira metade do século XX e à atuação desse personagem como chefe administrativo e político em Cachoeira de Macacos. Revestida de significados, essa representação do passado expressa, também, o “período áureo” da vila fabril, quando a autoridade da fábrica chegou a seu nível mais alto de legitimidade.

Personificando o poder da fábrica em si próprio, o coronel Américo buscou transformar sua vontade na principal lei da vila, impondo uma lógica na qual o gerente da companhia se projetava como o “mandatário” da localidade, responsável por questões relacionadas tanto à produção fabril, como ao cotidiano de vida na vila fabril. A partir desse contexto, constatamos que o coronel, sua fábrica e seu “tempo”, tornaram-se representações consolidadas, persistindo na memória dos moradores mais antigos da cidade. Mas, mesmo constatando que essas representações se naturalizaram e consolidaram na memória local, é preciso notar que sua transmissão guarda um número significativo de variações reveladoras da capacidade da população de criar e reinventar



um relato sobre seu passado; sobre sua “história” local. Dessa forma, as iniciativas de determinados dirigentes, operários e simpatizantes da fábrica para “enquadrar” uma identidade e memória “oficiais” relacionadas à atuação e autoridade da companhia, não resumem o complexo processo de construção de representações dos diversos grupos sociais que compõem a localidade.

Um exemplo bastante peculiar que expressa como essa dinâmica vigorou e vigora na cidade, é a forma como duas de nossas depoentes, ambas antigas operárias da fábrica, narram a morte do coronel Américo Teixeira. A primeira delas é Ana Costa, que nasceu em 1922 e trabalhou na fábrica desde os onze anos de idade. Tia Nica, como é conhecida, nos disse, em entrevista realizada em abril de 2007, que se lembra de quando Américo adoeceu, por volta de 1944, e do dia que ele faleceu, em 1947. Segundo ela, um dia “(...) a fábrica foi parando e eles falaram que ele tinha morrido. (...) A turbina da fábrica andava era com água e quando fechava a água ia parando tudo, aí a fábrica foi parando (...) e ficou todo mundo triste, chorando (risos)”<sup>267</sup>. Já Maria Beatriz Padrão, que entrou para fábrica pouco tempo antes da morte do coronel Américo e tomou conhecimento de seu falecimento, como Tia Nica, dentro da tecelagem, acrescenta alguns dados relevantes:

“(...) quando eu fiz quatorze anos, fui chamada para trabalhar na fábrica, na seção de tecelagem. Eu entrei e fiquei poucos dias. Aí, ele morreu, foi a morte do seu Américo. Então, a gente mais nova, nem liga muito as coisas. Só sei que parou a fábrica por sete dias em homenagem e eu achei foi bom. Eu precisava ganhar dinheiro para ajudar (a família), mas eu tava muito apavorada, com muito medo. Eu tinha medo das máquinas, do barulho, dos chefes, da moça que me ensinava, tava naquele verdadeiro pavor. Aí essa parada foi muito boa (risos).”<sup>268</sup>

Percebemos pelo que ficou retido na memória dessas antigas operárias, que a morte do Cel. Américo, para ser bem lembrada, naturalmente como um fato triste e importante, significou a interrupção do funcionamento da fábrica por alguns dias. Um período de luto, que, contudo, foi vivido por vários operários como um “tempo de livre”, ou seja, os dias de folga que essas operárias tiveram deixaram a memória da morte de Américo como algo bom. Portanto, o recurso que a fábrica tinha para fazer a população homenagear o coronel, foi interiorizado de uma maneira diversa por seus

---

<sup>267</sup> COSTA, A. Op.cit., 2007.

<sup>268</sup> PADRÃO, M. B. Op.cit., 2007

operários, que rememoram essa “homenagem oficial” como um momento de alívio no trabalho.

Essa diversidade de interpretações dos “ritos oficiais” de memória, algo facilmente evidenciado através dos relatos individuais, pode expressar também a existência de conflitos entre grupos familiares, proprietários de terras, administradores da fábrica, trabalhadores, entre outros atores da história local. Mesmo se manifestando das mais variadas formas, podemos dizer que o vigor com que elas marcam a memória local está condicionado à capacidade da população de criar e/ou se apropriar dos recursos materiais e simbólicos disponíveis para a consolidação de imagens sobre a história da cidade.

Neste sentido, essas variações nos servem não somente para perceber o embate subjacente ao estabelecimento de relações verticais entre os dirigentes da fábrica, seus operários e demais moradores da vila, mas, também, para compreender o processo de diferenciação horizontal da população local.

Antes de avançarmos nessa análise, que circunscreveremos à relação entre a cidade e a comunidade de descendentes de Nicolau Teixeira, é preciso lembrar que a antiga vila fabril de Cachoeira de Macacos cresceu ao longo do século XX, transformou-se em município, em 1962, passando a ser denominada Cachoeira da Prata em 1975. Com uma população de, aproximadamente, 3.800 habitantes, em 2007, o município possui como maior instituição empregadora a Prefeitura Municipal<sup>269</sup>. A fábrica de tecidos, ainda em funcionamento, apesar de possuir diversos imóveis e empregar em torno de 120 operários, não tem a mesma influência sobre a localidade<sup>270</sup>.

A partir dessa realidade contemporânea, podemos dizer que a liberdade que os nossos depoentes possuem para criticar a atuação da companhia e a de seus antigos dirigentes é muito maior do que há algumas décadas atrás. Tal liberdade está relacionada tanto à diminuição da influência da fábrica, como à idade de alguns de nossos depoentes, que não se vêem mais suscetíveis e/ou dependentes do trabalho na companhia. Essa experiência, sempre incompleta, de autonomia em relação ao poder da fábrica, evidencia-se não somente nos depoimentos, mas também nas próprias condições de pesquisa que encontramos. José Sérgio Leite Lopes, ao analisar sua

---

<sup>269</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA. *Plano de Inventário de Bens Culturais do município de Cachoeira da Prata*, Cachoeira da Prata, 2004. Ver mapa de localização do município no anexo I.

<sup>270</sup> Essa influência diminuiu, progressivamente, após a emancipação municipal, em 1962. Na década de 1990, a fábrica, já com o nome de Cachoeira Velonorte S/A, passou a ser controlada por um grupo de empresários que não tem vínculo histórico com a localidade.

experiência de pesquisa na cidade de Paulista, de certa forma sintetiza aquilo que sentimos ao trabalhar em Cachoeira da Prata:

“(...) deve-se assinalar que o rígido controle político exercido pela companhia sobre o município (...) até 50 e 60, não mais se exerce, com o transbordamento e a transformação desta antiga vila operária da fábrica em um “bairro” de uma área metropolitana maior (...) arrefece-se o poder e as pretensões da companhia como “governo local de fato”, a controlar inclusive a entrada de estranhos. Assim, a nossa pesquisa de campo (...) não correu os perigos decorrentes do poder imenso do capitalismo industrial e do proprietário territorial”.<sup>271</sup>

Isso não significa dizer que as condições de pesquisa foram, de fato, tão favoráveis. Ou seja, além de ser possível identificar que a memória do poder da fábrica ainda age como uma espécie de censura interna em alguns depoentes, a fábrica não franqueou-nos acesso a seus arquivos históricos, algo que também aconteceu com Lopes e que, com certeza, dificulta a elaboração e aprofundamento de estudos sobre os processos de fundação e funcionamento dessas vilas operárias.

Não devemos esquecer também, que as condições de execução da nossa pesquisa não estão exclusivamente ligadas à manutenção ou diminuição do poder da fábrica na localidade, mas igualmente à forma como nosso trabalho era visto pela população local, uma vez que ele se iniciou como um projeto sócio-cultural que tinha a comunidade formada pelos descendentes de Nicolau Teixeira como principal foco de análise. Com o objetivo de discutir a questão do preconceito racial na localidade e promover a diversidade cultural da população cachoeirense, elaboramos o projeto *Ariranha, qual é o seu nome?* no ano de 2005, através da parceria da Ong Grão<sup>272</sup> com a Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, o que nos obrigou a assumir uma posição política dentro da cidade<sup>273</sup>.

---

<sup>271</sup> LOPES, J.S.L. Op.cit., 1988. p. 26.

<sup>272</sup> O autor dessa dissertação é membro fundador e atual Presidente do Conselho Diretor da Associação Grão-Diversidade e Cidadania. A Ong Grão foi criada em janeiro de 2004 com a finalidade institucional de “empreender e/ou apoiar iniciativas que visem ao aprofundamento de práticas democráticas, por meio do incentivo e valorização do exercício da cidadania, da afirmação de uma perspectiva multicultural e emancipatória do homem, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.” Para mais informações ver <http://www.graogerais.org.br> (o site encontra-se no momento desatualizado e em processo de reformulação).

<sup>273</sup> Dessa forma, éramos vistos como parceiros políticos do grupo que ocupava o poder executivo municipal na época. Cabe ressaltar, que essa parceria passou por diversos conflitos ocasionados por divergências de pontos de vistas políticos e éticos, o que, aos poucos, possibilitou que nossa imagem fosse descolada da imagem do governante municipal. Sobre o projeto *Ariranha, qual é o seu nome?* deve-se notar que fomos responsáveis pela elaboração e coordenação do mesmo. Realizado, entre junho e

Na realidade, acreditamos que entender como nos posicionamos politicamente no início e ao longo do desenvolvimento da pesquisa é fundamental para compreender nossa análise sobre as relações de poder e de diferenciação social que marcam a história de Cachoeira da Prata. Neste sentido, gostaríamos de deixar explícito que nossa pesquisa possui laços sólidos com a realidade contemporânea da cidade, assumindo o desafio de desenvolver, de maneira crítica, um trabalho que seja solidário ao grupo de descendentes de Nicolau Teixeira que, durante décadas, esteve exposto ao estigma da discriminação racial, algo que se tornou uma referência cultural marcante de Cachoeira da Prata e região ao longo do século XX.

Com essa perspectiva, ao trabalhar com as memórias de Cachoeira da Prata, estamos cientes que podemos, em médio prazo, interferir na reformulação de representações que indivíduos e grupos da cidade fazem de seu passado e, logo, em suas perspectivas de futuro<sup>274</sup>. É exatamente por ter esse potencial transformador que decidimos destacar o conjunto de depoimentos que remetem ao preconceito racial e, mais especificamente, ao grupo familiar do ex-escravo Nicolau Teixeira.

Vivendo em condições semelhantes a centenas de outras comunidades de descendentes de ex-escravos do Brasil, esse grupo é desprovido dos títulos definitivos de suas terras, o que causou e causa grande desconforto entre os membros da comunidade. Ao iniciar o projeto sócio-cultural, colocamos ao lado do tema do preconceito racial, a questão da terra como um dos principais eixos de análise. A partir dessa escolha, a temática dos direitos constitucionais das comunidades quilombolas se

---

dezembro de 2006, com o apoio financeiro do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, além do acervo de depoimentos registrados em meio sonoro, audiovisual e transcritos, foram produzidos um vídeo documentário, uma exposição fotográfica, um evento de homenagem à memória de Nicolau Teixeira e oficinas de divulgação da metodologia e dos produtos do projeto. Todos os moradores da comunidade com mais de sessenta anos foram entrevistados por nós. Os moradores que não são descendentes de Nicolau Teixeira foram escolhidos através de levantamentos históricos prévios e de indicações feitas pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. As entrevistas seguiram um roteiro estruturado que tratou das histórias de vida dos entrevistados e de temas específicos relacionados à formação histórica da comunidade e do problema da discriminação racial em Cachoeira da Prata. Para mais informações ver PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA e ONG GRÃO. *Relatório do Projeto Ariranha, qual é o seu nome?*, Cachoeira da Prata, 2005.

<sup>274</sup> É importante dizer que, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006, participamos ativamente do processo de implantação de uma política cultural local que envolvia atividades de educação patrimonial, inventário e tombamento de bens culturais, publicação de peças gráficas sobre a história local, formação de acervo de depoimentos e fotografias, entre outras ações que têm um impacto direto sobre as discussões da memória e da identidade cultural do município. Quando pontuamos que nosso trabalho tem um potencial de transformação da memória da população de Cachoeira da Prata, nos referimos, especialmente, a essas ações. Isso não significa dizer que a pesquisa historiográfica que estamos desenvolvendo no ambiente acadêmico do CPDOC/FGV, não poderá ter um impacto similar, uma vez que, ao final da mesma, pretendemos divulgar os resultados através de oficinas ministradas para professores e alunos das redes estadual e municipal e demais interessados da cidade.

tornou uma importante referência, uma vez que percebíamos que os descendentes de Nicolau possuíam laços familiares, territoriais e históricos que lhes confere o direito de requerer o título de comunidade quilombola junto ao governo federal<sup>275</sup>.

Isso não significa dizer que impusemos esse debate aos nossos depoentes, mas que o projeto tinha como estratégia de intervenção social promover o processo de “auto-atribuição” de uma identidade culturalmente diferenciada, no caso, de comunidade quilombola<sup>276</sup>. No entanto, ao fazermos as primeiras entrevistas, percebemos que essa diferenciação era vista com certo receio pelos descendentes de Nicolau, que buscavam explicitar, em suas narrativas, que estavam totalmente integrados à história da cidade.

Cientes que essas narrativas são amplamente influenciadas pela realidade contemporânea de nossos depoentes, interpretamos a ênfase que os descendentes de Nicolau davam à sua integração com a cidade, como uma vontade de serem reconhecidos, antes de qualquer coisa, como cidadãos de Cachoeira da Prata. A partir dessa “descoberta”, que não foi imediata, percebemos que investimentos em torno da regulamentação fundiária de suas terras e da “auto-atribuição” de uma identidade quilombola teriam melhor proveito se fossem precedidos de uma ampla discussão sobre a participação da comunidade na formação histórica do município e vice-versa.

Para transmitirmos, de maneira mais clara, as principais mudanças de percepção pelas quais transitamos ao longo da pesquisa, dividimos o seu processo de execução em dois momentos.

O primeiro momento, de janeiro de 2005 a agosto de 2006, refere-se ao período de elaboração do projeto sócio cultural *Ariranha, qual é o seu nome?* e está intimamente ligado à nossa atuação, como membro da organização não-governamental Grão – Diversidade e Cidadania, em um projeto de preservação do patrimônio cultural do município de Cachoeira da Prata. Nesse momento, acreditávamos que a identidade

---

<sup>275</sup> Devemos ressaltar que essa comunidade se diferencia da maioria das outras comunidades de ex-escravos do Brasil por estar situada no centro de uma zona urbana. Ela, contudo, não é uma exceção, pois, somente em Minas Gerais, já foram identificadas seis outras comunidades urbanas fundadas por ex-escravos. CEDEFES. *Minas Gerais: Os avanços das comunidades quilombolas de Minas Gerais em 2005*. Projeto Quilombos Gerais, Belo Horizonte – nov-dez/05. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/oq/analise\\_conjuntura\\_detalhes.asp?cod\\_analise=4](http://www.koinonia.org.br/oq/analise_conjuntura_detalhes.asp?cod_analise=4) acessado em setembro de 2007.

<sup>276</sup> Nos referimos ao quadro legal que vem se desenhando desde a aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que reconhece aos “remanescentes das comunidades dos quilombos” a propriedade definitiva de suas terras, e também à legislação que protege a cultura e garante direitos difusos às comunidades tradicionais brasileiras. FILHO, Aderval C, ALMEIDA, Roberto A., MELO, Paula. B. *Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específica. 2007. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2008.

cultural da comunidade era nitidamente diferenciada do resto da cidade e nossos principais objetivos eram contribuir para o processo de auto-atribuição da identidade quilombola como uma forma de regulamentar a questão fundiária da comunidade e debater a questão do preconceito racial no processo de construção de imagens coletivas para os descendentes de Nicolau Teixeira.

O segundo momento é exatamente o que vivemos ao prepararmos essa dissertação e está diretamente associado à possibilidade de ter a comunidade acadêmica como interlocutora de uma ação cultural praticada em um pequeno município de Minas Gerais. Os principais resultados dessa “experiência sócio-acadêmica” foram artigos, apresentados em encontros específicos da área de história e a própria dissertação que desenvolvemos ao longo do mestrado. Nesses textos, pontuamos que para compreender com profundidade a relação comunidade-cidade no tempo presente era preciso apreender as histórias sobre o personagem Nicolau Teixeira e seu grupo familiar, relacionando-as a fatos e representações que fossem revestidas de significados para eles e para a maior parte da população local. Ou seja, partimos da experiência histórica da formação da vila fabril de Cachoeira de Macacos, da projeção política e econômica de Américo Teixeira e da trajetória do ex-escravo Nicolau Teixeira na criação de seu “empreendimento familiar”, para discutir a relação comunidade-cidade. A partir dessa perspectiva, colocamos como nosso principal objetivo o desenvolvimento de uma análise que percebe os membros da comunidade como atores significativos da história local, privilegiando as memórias da escravidão, dentro da formação histórica do município, quer pela comunidade, quer não.

É importante ressaltar que, apesar de apresentarmos esses momentos da pesquisa acadêmica e da ação cultural de forma diferenciada e subsequente, essas abordagens podem ser complementares, uma vez que os ambientes e as amplitudes de suas atuações não são necessariamente os mesmos. Em outras palavras, a crítica e o rigor conceituais exigidos no ambiente acadêmico podem contribuir para que voltemos a atuar na comunidade com novas informações e perspectivas, possibilitando que a metodologia da história oral possa ser aplicada de maneira crítica na discussão da memória de grupos e indivíduos focados pelo projeto de intervenção social. Da mesma forma, a experiência feita no projeto sócio-cultural pode trazer para a academia mais discussões sobre as maneiras de atuar de agentes culturais do terceiro setor em pequenos municípios e comunidades brasileiras.

Para nós, discutir essa trajetória de pesquisa é uma forma de debater o acesso a recursos materiais e simbólicos que definem o processo de constituição e consolidação de memórias individuais e coletivas na cidade. Dessa forma, nos colocamos, ao mesmo tempo, nos papéis de agente cultural e analista da realidade pesquisada, percebendo que, na construção da memória local, tais recursos não estiveram distribuídos de maneira igualitária e que essa disparidade foi essencial para a construção de uma imagem estigmatizada para a comunidade de descendentes de Nicolau Teixeira que, a partir de meados do século XX, passou a ser apelidada como “Ariranha”.

Conhecida inicialmente como a comunidade do “Nicolau”, o apelido de “Ariranha” gerou diversas contendas, por vezes violentas, entre os membros da comunidade e boa parte da população cachoeirense. Isso porque, essa designação foi, insistentemente, difundida na cidade, a contragosto dos moradores da comunidade, que a entendiam como uma ofensa racial e moral. Acreditamos que a compreensão dos significados dessa denominação e do seu processo de construção social e memorial poderá nos subsidiar na atuação direta sobre a história da memória local, permitindo compreender tanto a dinâmica, como as circunstâncias que estiveram e estão envolvidas no processo de diferenciação da comunidade do restante da cidade.

#### **4.1. Nicolau Teixeira e seus descendentes em Cachoeira de Macacos**

Gostaríamos de trazer para a discussão dessa questão, a pesquisa feita por Norbert Elias e John Scotson no final década de 1950, que resultou no livro *Os estabelecidos e os out-siders: a sociologia das relações de poder em uma pequena comunidade*<sup>277</sup>. Nesta pesquisa, os autores analisam como ocorreu a construção simbólica da diferenciação social entre moradores de três zonas da vila operária inglesa de Winston Parva, nome fictício de um aglomerado urbano próximo de Leicester, região central da Inglaterra.

Através desse estudo de caso, os autores buscaram encontrar regras sociológicas que explicassem os processos de diferenciação social em pequenas comunidades, apontando que uma pré-condição para a estigmatização de um grupo é a existência de um equilíbrio instável de poder, no qual os grupos mais poderosos detêm as principais fontes de poder existentes<sup>278</sup>. Dentro desse contexto, uma das principais características

---

<sup>277</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Op.cit.,2000.

<sup>278</sup> Ibidem, p. 24.

da dinâmica de diferenciação social se fundamentaria na complementaridade do “carisma positivo” do grupo dominante e a “condição de desonra” do grupo *out-sider*<sup>279</sup>. É interessante notar que apesar de polarizar as zonas habitadas pelos dominantes e dominadas, os autores deixam evidente que esses grupos devem ser compreendidos a partir do desenvolvimento histórico local, no qual eles se tornaram, ao mesmo tempo, interdependentes e antagônicos. Assim, é imprescindível analisar tanto as visões e histórias singulares dos moradores de cada bairro, como a formação de óticas coletivas que um grupo faz do outro<sup>280</sup>.

Elias e Scotson apontam, também, que existem diversos tipos de relação de “estabelecidos e *out-siders*” e que seu estudo de caso seria um exemplo de como essa diferenciação acontece mesmo quando não são constatados conflitos étnicos, nacionais e/ou religiosos. Colocando a história da ocupação do espaço urbano como fator fundador da separação desses grupos sociais<sup>281</sup>, os autores apontam que a noção de “estabelecidos e *out-siders*” pode ser aplicável a diversos contextos, assumindo diferentes aspectos, entre eles o que se refere às relações raciais<sup>282</sup>.

Em Cachoeira da Prata, percebemos que a relação da cidade com a comunidade de descendentes de Nicolau Teixeira, possui uma característica similar ao binômio “estabelecidos e *out-siders*”. Nesse sentido, o surgimento do apelido “Ariranha” e a forma como ele se tornou uma marca de desonra é a maior evidência desse tipo de relação, pela qual a comunidade é representada como um grupo violento e inclinado para práticas consideradas imorais, como os pequenos furtos, alcoolismo e permissividade sexual.

Apesar do livro de Elias e Scotson ser uma referência importante para nossa análise, sobretudo por se propor a formular conceitos para a compreensão do “preconceito intergrupar” em pequenas comunidades, é preciso notar que, ao perceber que uma das mais significativas motivações dos autores para desenvolver uma teoria sobre a diferenciação social era a tentativa de encontrar uma possível relação entre os altos índices de delinquência juvenil e a consolidação de uma imagem negativa de um

---

<sup>279</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>280</sup> “A estrutura da comunidade, tal como encontrada(...), resulta essencialmente do encontro desses dois grupos e da mescla de interdependência e antagonismo resultante dele”. Os dois grupos referidos são os “aldeões que tinham raízes profundas no local e os imigrantes ou pessoas desenraizadas”. Ibidem.,2000.p. 67.

<sup>281</sup> Ibidem,p.61-69.

<sup>282</sup> Ibidem,,p.31-32.



dos bairros de Winston Parva, nos distanciamos da visão adotada por eles<sup>283</sup>. Uma das razões é o fato de nosso estudo de caso buscar identificar mais as “circunstâncias do que regras sociais”, privilegiando a ótica dos antigos moradores sobre a construção simbólica da designação “Ariranha”, não vinculando a essa análise dados sociológicos sobre as novas gerações de Cachoeira da Prata.

Com essa perspectiva, encontramos um tipo de relação entre “estabelecido e *outsider*” sustentada por um complexo arranjo simbólico que envolve questões étnicas, de gênero, de ocupação urbana, religiosas e de condição sócio-econômica. A variedade de versões narrativas sobre o surgimento do apelido “Ariranha” é a maior evidência dessa multiplicidade de estigmas que essa designação pode comportar, sendo possível constatar que cada depoente, especialmente os descendentes de Nicolau, narra o aparecimento desse apelido de acordo com os valores culturais que considera mais relevante.

Além disso, para se entender a singularidade do processo de estigmatização dessa comunidade é preciso compreender o período de pós-emancipação da escravidão no Brasil, no final do século XIX, pois ele teve conseqüências marcantes para a história dos libertos, seus descendentes e para a população brasileira como um todo, no século XX.

Vimos, a partir da análise de Domingos Giroletti, que dentro do contexto de industrialização têxtil da virada do século XIX para o XX, é possível constatar nas antigas vilas fabris mineiras a estratégia de difundir uma nova ética e um novo estilo de vida, que buscava eliminar traços negativos supostamente relacionados à experiência da escravidão<sup>284</sup>. Nessa perspectiva, poderíamos nos questionar se um dos resultados práticos dessa eliminação dos traços da escravidão não seria o afastamento social daquelas pessoas cuja presença remetia à escravidão dentro do novo mundo fabril. Ou seja, eliminar a herança da escravidão em uma determinada localidade que se pretendia moderna e industrial poderia significar excluir deste meio social, não só hábitos e valores culturais vinculados à escravidão, mas os próprios libertos e seus descendentes.

Cabe ressaltar que estamos falando, especificamente, de Nicolau Teixeira, um liberto negro que, mesmo após maio de 1888, contribuiu para que a superioridade moral e material de seu ex-senhor fosse cada vez mais legitimada na localidade. Um

---

<sup>283</sup> Deve-se ressaltar que os autores expõem que, ao longo da pesquisa, seus interesses se deslocaram para o problema mais geral da relação entre os diferentes grupos que formam a comunidade.

<sup>284</sup> GIROLETTI, D. OP.CIT., 1991.p.249-250.

personagem que ascendeu socialmente e constitui um empreendimento familiar a partir de referências culturais típicas da sociedade escravista mineira do século XIX, mas que convivia e se integrava ao processo de proletarização fabril de forma particular. Como vimos, Nicolau não se tornou operário, mantendo hábitos de vida rural que, em meados do século XX, foram rejeitados por seus descendentes diretos. A partir desse contexto específico, nos perguntamos se a atual condição sócio-econômica da comunidade formada pelos descendentes de Nicolau Teixeira e a construção simbólica do apelido Aririnha não estariam vinculadas à ação de “eliminação dos traços culturais da escravidão” preservados por Nicolau, o que se materializava, inclusive, na posse de um pedaço de terra, crescentemente valorizado pela expansão urbana de Cachoeira da Prata.

Estamos tentados a responder que sim, o que, de certa forma, poderia nos aproximar de uma visão que, segundo Hebe Mattos e Ana Lugão, dominou a historiografia do pós-emancipação no Brasil durante a maior parte do século XX. Para essas autoras, os debates acadêmicos e políticos em torno da discussão deste tema estiveram, até a década de 1970, limitados às interpretações de Gilberto Freyre e Tannembaum, que explicavam a exclusão social das populações negras e as relações raciais no Brasil do século XX, através da idéia de “herança da escravidão”. Uma abordagem que levou a maior parte dos pesquisadores a entender a abolição e o pós-emancipação como fenômenos de importância diminuta<sup>285</sup>.

No entanto, revisões na historiografia brasileira realizadas na década de 1980 e o crescimento de pesquisas comparativas sobre a escravidão nas Américas, fariam com que o processo de emancipação passasse, aos poucos, a ser entendido como “um ciclo completo e de fenômeno não relevante para o estudo das relações raciais, passou a ser o mais relevante.”. Neste sentido,

“(…) a *historicidade das identidades e classificações raciais* tornou-se questão central para o entendimento dos processos de emancipação escrava e das formas como as populações afro-descendentes e as sociedades pós-emancipação lidaram culturalmente com os significados da memória do cativo”<sup>286</sup>.

Em nossa interpretação, essa historicidade pode ser constatada em Cachoeira da Prata, tanto pela história de vida de Nicolau Teixeira, como pela história do apelido

---

<sup>285</sup> MATTOS, Hebe e RIOS, Ana. L. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.29

<sup>286</sup> Idem. (grifo nosso)

“Ariranha”, temas que, analisados conjugadamente, levam-nos a uma trajetória na qual a comunidade foi levada, aceleradamente, para a condição de *out-sider*. Ou seja, apenas a “herança da escravidão” não é capaz de explicar, de maneira eficaz, o que levou esse grupo afro-descendente à situação de exclusão social em que se encontrou na segunda metade do século XX.

Tia Nica possui uma fala em relação aos negros que expressa o desenrolar desse processo de uma maneira muito clara:

Eu acho que ninguém incomodava deles serem pretos, né? Acho que não tinha racismo não. Às vezes, a gente vê alguém discriminar a pessoa. Discriminar as pessoas pretas...(...) Tinha gente que não gostava da gente preta não. *Não sei, às vezes a gente via falar: “Ah, aqueles nego preto...” Mas isso foi bem depois, porque no tempo de sô Nico a gente não via falar nada não. Todo mundo era amigo de sô Nico (Nicolau Teixeira). Agora, depois, muito depois, a gente ouvia falar: “Daqueles nego preto...não sei o que que tem”...* O povo fazendo graça. É... fala que: “Nego não dá carreira certa.” Tem gente que tem racismo, né?<sup>287</sup>

Dessa forma, ela sintetiza um processo no qual o racismo surge contra os membros da comunidade depois do “tempo de Nicolau Teixeira” que, diferentemente de seus descendentes, seria amigo de todos na cidade. Para entender como a relação dos moradores da cidade com Nicolau e seus descendentes mudou, é preciso voltar à longa e íntima relação de Nicolau e Américo, lembrando que o estabelecimento do primeiro, nas imediações da antiga vila fabril, esteve diretamente relacionado à força da autoridade do segundo.

Nesse contexto, a doação de uma pequena gleba de terra nas imediações da vila fabril de Cachoeira de Macacos fez com que o pobre lavrador Nicolau se diferenciasse da maioria dos outros moradores pobres da localidade, pois ele não vivia em uma casa construída pela companhia e tinha certa autonomia para criar seu cotidiano de trabalho. No terceiro capítulo, buscamos entender, através da relação de Américo e Nicolau, alguns dos significados e os motivos que levaram a essa doação. No entanto, se analisarmos esse evento de maneira comparativa com a história de outros libertos no Brasil, identificaremos novos elementos que podem ter pautado essa doação.

Na realidade, percebemos que o crescente interesse de pesquisadores, sejam eles da academia e/ou dos movimentos sociais, pelo tema das comunidades quilombolas nos

---

<sup>287</sup> COSTA. A. Op.cit.,2006.p.20.

tem levado a conhecer novos grupos e novas histórias de descendentes de ex-escravos que convivem em territórios comunais. Distribuídos do norte ao sul do país, nas zonas urbanas e rurais, esses estudos tem mostrado que algumas dessas comunidades surgiram ao longo e após o processo de emancipação da escravidão, sendo que o ato de um ex-senhor doar terras para um ex-escravo pode ser constatado em outros lugares, além da antiga Cachoeira de Macacos. Sobre esse ato a historiadora Márcia Motta aponta que

“(...)muitas das comunidades negras – reconhecidas hoje como comunidades de remanescentes de quilombos – são, na verdade, remanescentes de senzalas, posto que o seu acesso a terra (como posse coletiva) teve relação direta à doação feita pelo antigo escravocrata aos ascendentes daquela comunidade<sup>288</sup> .

De modo geral, o declínio de determinados setores da agricultura, a tentativa de fixar o trabalhador no campo e a intensificação da campanha abolicionista são vistos como os principais fatores que contribuíram para que alguns libertos fossem “premiados” com terras pelos seus antigos senhores, que buscavam, dessa forma, viabilizar a manutenção de sua autoridade e de seu domínio.

No entanto, essa interpretação, que remonta à idéia de reformulação do pacto vertical entre potentados e pobres livres, explica apenas parte da questão, uma vez que devemos considerar a participação ativa do liberto pobre que “ganha” a terra para si e para sua família. Em outras palavras, se por um lado a doação da terra indica a tentativa dos ex-senhores de manter a condição de chefe local, por outro, aponta a ascensão social de alguns libertos que conquistaram terras através de uma espécie de “reforma agrária”, feita diretamente através da relação ex-senhor e ex-escravo.

No nosso caso específico, percebemos que a doação da terra é uma pré-condição para que Nicolau e sua família se estabeleçam em Cachoeira de Macacos. Além da terra, vimos que o acesso, supostamente privilegiado, aos postos de trabalho dentro da companhia, é outro elemento que os colocava em uma condição de “protegidos” dos poderosos locais. Algo que suscitava até mesmo a inveja de outros moradores da vila, como aponta Josefina Teixeira ao explicar porque seu pai, filho de Nicolau, ficou doente em uma determinada época.

---

<sup>288</sup> MOTTA, Márcia. M. “Brecha Negra em Livro Branco: artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagens de no Brasil.” In: *Anais do XII Encontro Regional de História*. ANPUH, 2006, Niterói. Usos do Passado. XII Encontro Regional de História. ANPUH.2006. p. 5. Disponível :<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Marcia%20Maria%20Menendes%20Motta.pdf>

Quando pai tava doente, minha mãe disse que passou muita dificuldade. Ele ficou ruim, com coisa feita; puseram porcaria na manga da camisa do meu pai. Feitiço, hoje em dia o povo fala feitiço, né? Pôs na manga da camisa dele, pra ele ficar doido. *Inveja da fábrica, porque pai trabalhava na fábrica.* Pai ficou ruim(...) Aí um dia seu Antônio Martim viu e falou com ela: “Bernardo não tá com doença de Deus não, ele tá com o trem feito.” Ele veio cá meia noite, olhou a casa toda e falou com mãe quem era. (...) Ele sabia estas coisas. Mas não fazia mal a ninguém e curou pai com remédio de raiz.<sup>289</sup>

No entanto, esse processo de ascensão social do grupo familiar, que poderia até mesmo despertar a inveja de outros moradores, não se consolidou ao longo do século XX, e foi acompanhando por alguns elementos que concorreram para seu insucesso. Um dos elementos mais importantes é a adoção de práticas sistemáticas de discriminação racial na localidade. Já pudemos percebermos, através da fala de Tia Nica, que o preconceito racial pode ser entendido como uma referência cultural em meados do século XX. Não estamos dizendo com isso que ele não existia anteriormente, mas sim que é redimensionado a partir de novas regras e hábitos dentro do contexto de vida e trabalho da vila fabril. Uma das maiores evidências que encontramos foi a proibição da entrada de negros no clube social construído pela fábrica, na década de 1940. Essa regra, que valia para os operários, moradores e até mesmo visitantes da localidade, foi comentada principalmente pelos descendentes de Nicolau, que se sentiam realmente discriminados por serem privados de acesso ao único clube social da localidade<sup>290</sup>.

Nos relatos, surgiram diversos outros exemplos que evidenciam a consolidação do preconceito racial como uma referência cultural. Um deles era a crença de que negro que trabalhasse na fábrica ficava tuberculoso. Está é uma das referências mais lembradas pelos antigos moradores da comunidade, tendo impacto, especialmente forte, sobre os filhos mais novos de Nicolau e seus netos mais velhos, que tiveram o acesso ao trabalho na companhia sistematicamente dificultado, a partir de meados do século XX<sup>291</sup>. Outro exemplo é o caso de Célis de Paula, que foi abandonada pelo noivo na porta da igreja, porque a família dele o obrigou a ir embora da cidade, pois não queria que se casasse com uma mulher negra. Um caso que expressa que a pressão social existente recaía sobre todos aqueles que rompessem as normas de separação racial,

---

<sup>289</sup> TEIXEIRA, J. Op.cit.,2006.p.33-34.

<sup>290</sup> TEIXEIRA, G. Op.cit.,2006.p.12. e PAULA. C. Op.cit.,2006. p.8.

<sup>291</sup> TEIXEIRA, J.P. Op.cit.,2006.p.19. e TEIXEIRA. A.P. Op.cit.,2006. p.17.

independente da cor da pele<sup>292</sup>. Tais menções a práticas de discriminação racial evidenciam como essa questão abarcou toda a localidade, sendo, em parte, interiorizada pelos próprios descendentes de Nicolau.

Foto 31



Foto 32



Foto 31: Adema de Paula Teixeira, neta de Nicolau Teixeira, durante seu depoimento.

Data: agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

Foto 32: Célis de Paula, bisneta de Nicolau Teixeira. Data: agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

O outro elemento que gostaríamos de destacar no processo de exclusão social da comunidade, é a inserção desse grupo no mundo do trabalho de Cachoeira de Macacos, algo que une o contexto específico do pós-emancipação da escravidão ao problema da discriminação racial no mundo do “trabalho livre”. O maior exemplo disso, é a recorrência do trabalho de empregada doméstica nas trajetórias de vida das netas de Nicolau.

Percebemos, através das entrevistas, que das sete mulheres da família que nos forneceram depoimentos, seis começaram a trabalhar em serviços domésticos, ainda quando criança, como se lembra Gilda de Paula: “(...) de primeiro, tudo era casa de família. Com nove anos, eu já estava trabalhando (em casa de família)”<sup>293</sup>. Em grande medida relacionada aos critérios discriminatórios de recrutamento de operárias adotado pela fábrica, essa condição acabou por se tornar uma alternativa que afastou as mulheres negras nascidas entre 1920 e 1950 da trajetória mais recorrente das mulheres solteiras da localidade, que se iniciavam no mundo do trabalho como operárias da fábrica e que ali se aposentavam ou paravam de trabalhar quando se casavam e se tornavam mães de família.

<sup>292</sup> PAULA, C. Op.cit.,2006. p.16.

<sup>293</sup> PAULA, Gilda. *Gilda de Paula (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata, Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.14.

Foto 33



Foto 34



Foto 33: Bruno Mendes, Gabriel Sanna e Gilda de Paula, preparando-se para entrevista.

Data: Agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

Foto 34: Maria das Mercês de Paula, bisneta de Nicolau Teixeira.

Data: Agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

Para compreendermos o perfil sócio-econômico de nossas depoentes é importante dizer que elas estudaram por aproximadamente três anos na escola mantida pela própria fábrica, sendo todas alfabetizadas. Além do trabalho em casa de família, a maior parte delas sempre realizou serviços dentro da sua própria casa, ajudando na criação dos irmãos, no cuidado dos mais idosos, na coleta de lenha e na lavagem de roupas, que atendia tanto aos membros da família, como a terceiros que pagavam por esses serviços. Das seis depoentes que trabalharam em serviços domésticos, três saíram da localidade quando tinham, por volta, de vinte anos. Foram, então, para Belo Horizonte ou outras cidades de Minas Gerais para trabalhar como empregadas domésticas, sendo que após se aposentarem, voltaram a morar na comunidade. As outras permaneceram em Cachoeira da Prata, vivendo na comunidade. A exceção é Dona Maria das Mercês, que saiu da comunidade para morar em outro bairro da cidade, onde permanece<sup>294</sup>. Entender a realidade sócio-econômica das mulheres da comunidade é fundamental para passarmos para o próximo ponto de análise – a construção simbólica do apelido Ariranha – uma vez que a ofensa moral e racial que esse termo carregava se abateu com mais intensidade sobre as mulheres do que sobre os homens da comunidade.

---

<sup>294</sup>PAULA, Maria das Mercês. Maria das Mercês de Paula [depoimento, 2006]. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

## 4.2 – A comunidade do Ariranha: “o outro lado de cá”.

Antes de discutirmos o surgimento do apelido Ariranha, é preciso dizer que a comunidade era conhecida, até meados do século XX, de duas formas: “o outro lado” e “Nicolau”. A primeira referência é fundamentada na geografia urbana que possui no ribeirão Macacos um divisor da localidade. Como descreve Uirton dos Santos: “(...) o rio divide o lugar. O lugar é um só, mas o rio divide o lugar.(...)”<sup>295</sup>. A antiga vila fabril se concentrava na margem direita do ribeirão, ao passo que as terras “do outro lado” desse curso d’água foram povoadas lentamente até meados do século XX. Foi quando apareceu a “rua Nova” que, em pouco tempo, passou a ter mais casas e pessoas do que a antiga vila fabril.

Nicolau Teixeira foi um dos primeiros moradores a ocupar a margem esquerda do Macacos, mais precisamente, nas proximidades da primeira ponte que foi construída sobre o ribeirão. Segundo Uirton dos Santos, até a primeira metade do século XX,

“(...) na saída da ponte, tinha uma estrada velha, beirando o rio, que saía no bairro do Nicolau Teixeira. Na saída do bairro de Nicolau Teixeira tinha outra estrada de carro, que atravessava, no meio certinho, do bairro São Judas Tadeu, e terminava ao lado da estrada de rodagem, perto da fazenda de Cristiano Vermelho.(...) Ali, onde é o bairro Nicolau Teixeira, do lado esquerdo deste bairro, tinha, no máximo, cinco casas (...) e do lado direito, uma base de três casas, que eu me lembro.”<sup>296</sup>

As terras na margem esquerda do rio pertenciam a diferentes proprietários, entre eles a fábrica e seu antigo gerente, Júlio Luiz Moreira, donos das terras que circundavam o terreno de Nicolau, ou o “bairro de Nicolau”.

Apesar de estudarem na mesma escola, podemos dizer que, na década de 1930, as crianças do “outro lado” e as crianças da vila cresceram em ambientes diferenciados. A distância de aproximadamente dois quilômetros, entre a praça central de Cachoeira de Macacos e a comunidade seria um dos principais fatores para a criação de diferentes espaços de convivência para esse grupo. Seu Uirton, que nasceu e viveu toda sua infância na vila fabril, se lembra que

---

<sup>295</sup> SANTOS, U. Op.cit.,2006.p.7.

<sup>296</sup> Ibidem.p.9.



“(...) em frente à fábrica de tecido, tinha um enorme arvoredor: jatobá. Este arvoredor, ele tinha praticamente uns dois metros de tronco; era um cartão postal do centro da cidade. Em roda deste arvoredor tinha um campinho do Grupo Escolar e lá é que era a quadra de todo menino brincar; era lá neste campinho que jogava pelada.”<sup>297</sup>

Por sua vez, seu Gentil Teixeira nos conta que as crianças da comunidade e da sua vizinhança também “(...) brincavam em um campinho, ali, onde é hoje a cerâmica. No lado de cima, tem um pedaço que era nosso (...) que tinha um campo. Vinham os meninos todos da rua jogar futebol lá (...)”.<sup>298</sup>

Foto 35



Foto 36



Foto 35: Uirton do Santos, conhecido como seu SobimData: Agosto de 2006.

Acervo particular: ONG Grão.

Foto 36: Detalhe do rosto de Gentil Teixeira, neto de Nicolau.Data: Agosto de 2006.

Acervo particular: ONG Grão.

Além do campo de futebol, as crianças eram iniciadas na vida religiosa de maneiras diferentes. Na vila, os filhos dos operários faziam o catecismo na Igreja Matriz, onde eram preparados para a prática da religião católica. Tia Nica, que ganhou esse apelido por ter “dado” catecismo por aproximadamente quarenta anos na Paróquia de Sagrado Coração de Jesus, conta que no catecismo eram desenvolvidas diversas atividades. Elas iam desde a teatralização de cerimônias religiosas até visitas às cidades históricas de Minas Gerais, o que nos indica que esse era um espaço importante de convivência e formação educacional dos filhos dos moradores da vila<sup>299</sup>.

Já, na comunidade, as crianças, até a metade do século XX, aprendiam a rezar diretamente com o velho Nicolau. É importante ressaltar que, nas entrevistas dos seus netos e bisnetos, as rezas, feitas todas as noites na casa de seu filho Bernardo, foram

---

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> TEIXEIRA, G. Op.cit.,2006.p.13. Segundo essa descrição, o campinho seria ao lado da lavoura de Nicolau.

<sup>299</sup> COSTA, A. Op.cit.,2006.p.4. e COSTA, A. Op.cit.,2007.

mencionadas como um marco do tempo de infância. “Regidas na manguera”, eram basicamente formadas pela repetição de orações católicas que Nicolau ditava e as crianças respondiam da maneira que ele ensinava<sup>300</sup>.

Além das rezas, o velho Nicolau, “(...) gostava muito de contar estória para os meninos. Juntava aquela meninada lá de noite para ouvir ele contar estória(...)”, como lembra sua bisneta, Maria das Mercês de Paula. Analisando o relato de outro neto, José Teixeira, percebemos que Nicolau também utilizava esses momentos para educar e disciplinar seus descendentes, através de “métodos” elaborados a partir de sua própria experiência de vida. Um desses “métodos” descrito no seu relato pareceu bastante curioso:

(...) Nós todos morávamos ao redor (da casa de Nicolau): todos ao redor dele. À noite, depois que acabava de rezar, ele nos dava cachaça, mas ele não dava na mão não.(...) Punha a vasilha no chão e falava: “Boca.” Um bebia e ele punha para outro no chão e falava: “Boca.” (A gente perguntava:) “Vô, por que o senhor faz assim?”\_ “É para vocês não ficarem bebedor.” Dizia ele, que se desse (a cachaça) na mão, ficava bebedor. É estilo. Aí a gente pegava a tigela e virava a cachaça na boca (...) e era só isso; se falasse para colocar mais um bocadinho – ele tinha olhos azuis, arregalava assim, e *lap* com a correia (risos).<sup>301</sup>

Seus netos lembram, também, que era comum a presença de “crianças brancas” de outras famílias nas rezas de Nicolau, o que indica que ele era uma espécie de “catequista” das crianças que moravam “do outro lado do rio”.

Esse fato de “crianças brancas” freqüentarem a comunidade é, na realidade, um dado que demonstra que, apesar da divisão social e racial ter se materializado na construção de diferentes espaços de sociabilidade, o trânsito da vila ou da cidade para a comunidade era recorrente. Ou seja, as terras de Nicolau eram um local aberto para todos os moradores da pequena Cachoeira de Macacos. Isso ficava, também, evidenciado nas festas que eram ali realizadas, como se lembra Célis de Paula.

---

<sup>300</sup> Segundo Lenir Crispim de Paula, a maior parte das rezas ensinadas por Nicolau eram orações católicas bastante conhecidas como a Ave- Maria, o Pai Nosso, o Credo, entre outras. PAULA, L. C. Op.cit., 2006.p.17;

<sup>301</sup> TEIXEIRA, J.P. Op.cit.,2006.p.21.

“Tinha baile no clube aqui, que tinha a sede da fábrica, mas negro não entrava. Era só branco. Como não podia, a gente fazia nossa festa pra cá. E eles vinham na nossa e ninguém falava nada, porque a cidade era pequena, eram todos amigos. Mas, agora, nós respeitávamos a parte deles. Sabia que não podia entrar, ninguém ia entrar, né? Quando a gente fazia uma festa, eles vinham. Fazia um casamento, eles vinham. Antes tinha festa muito boa deste lado, depois foi acabando.”<sup>302</sup>

Por essa fala de dona Célis, podemos vislumbrar a dinâmica da separação dos espaços de sociabilidade em Cachoeira de Macacos. Se por um lado, o trânsito entre moradores da cidade para a comunidade era possível, por outro, o sentido inverso era algo inviabilizado por uma prática de discriminação racial instituída de maneira rígida e “respeitada” pelo grupo discriminado.

Poderíamos seguir apontando outras evidências da dinâmica de separação social/racial e das diferenças no estilo de vida levado pelos moradores da comunidade e da vila fabril, mas nos limitaremos a apontar que a maior diferença entre os dois espaços, em nossa interpretação, era o fato de a vila fabril estar sob o jugo do regime de conduta imposto pela fábrica. Em contrapartida, na margem esquerda do ribeirão Macacos e, mais especificamente, na comunidade de Nicolau, esse regime, apesar de influenciar a vida dos moradores, não tinha o mesmo impacto, sendo durante a primeira metade do século XX, substituído, em certa medida, pelo estilo de educar do patriarca Nicolau Teixeira, que buscou se impor como a maior autoridade de seu “empreendimento familiar”.

---

<sup>302</sup> PAULA. C. Op.cit.,2006. p.08.

Foto 37



Foto 38



Foto 37: José Nicolau e Bernardo Nicolau, filhos de Nicolau, em casamento de uma sobrinha.  
Sem data. Acervo particular: Noé Teixeira.

Foto 38: Noé Teixeira e neto. Seu Noé é o único filho vivo de Nicolau.  
Data: Agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

Chegamos, assim, ao segundo nome pelo qual a comunidade era conhecida até meados do século XX: “Nicolau”. Na realidade, por ter sido uma pessoa que se impôs como o proprietário legítimo de suas terras, Nicolau Teixeira conseguiu associar, na memória da população, seu nome à terra em que vivia com sua família. Além disso, ao colocar seu nome em dois de seus filhos, Bernardo Nicolau e José Nicolau, exatamente os dois que viveram até o fim de suas vidas na comunidade, ele construiu a imagem de um espaço diferenciado da vila fabril: era a “terra de Nicolau”, não um indivíduo, mas um coletivo de descendentes.

Dessa forma, apesar de eles estarem unidos ao resto da cidade por um passado comum, no qual a industrialização têxtil, a urbanização e o coronelismo foram identificados como elementos estruturantes da formação histórica local; a comunidade desde sua origem apresenta traços diferenciados do restante da vila. Essas diferenças, no entanto, passariam a ser interpretada como algo negativo, sobretudo, em meados do século XX, quando Cachoeira de Macacos passou por mudanças significativas, como o surgimento e crescimento da rua “Nova”, na década de 1950, e a emancipação municipal (1962).

Apesar da ênfase com que essa diferenciação social passa a se manifestar, devemos pontuar que esse processo não foi, instrumentalmente, controlado por indivíduos e/ou instituições. Como costuma ocorrer na história, ele se manifestou dentro de uma série de circunstâncias, que possibilitaram a construção das categorias de “cidade” e “Ariranha”, na medida em que o antigo núcleo fabril se transbordava em

cidade. Nesse sentido, pudemos identificar que, nesta época, os moradores da área que atualmente é conhecida como “rua Velha” buscavam se diferenciar, não só dos descendentes de Nicolau, como de outras partes do crescente aglomerado urbano, posicionando-se como os legítimos mantenedores da tradição de modernidade e virtudes criadas para legitimar o regime de funcionamento da fábrica. Isso pode ser evidenciado pelo apelido jocoso de “Fortuninha”, utilizado pelos moradores que estavam envolvidos no movimento de emancipação municipal, no final da década de 1950, para identificar o nascente bairro na margem esquerda do rio<sup>303</sup>. Esse apelido, que desapareceu da memória dos habitantes da cidade, sendo substituído por “rua Nova”, foi inspirado no nome do distrito de Fortuna, que ficava aproximadamente a quatro quilômetros de distância de Cachoeira de Macacos. Em nossa interpretação, tratava-se de uma maneira de relacionar o crescimento desordenado da “rua Nova” a uma invasão de moradores de distritos vizinhos, que não possuíam a mesma tradição de Cachoeira de Macacos.

Da mesma forma, o antigo “Nicolau”, que também estava do lado esquerdo do ribeirão, passou a ser identificado pela designação “Ariranha”, sendo diferenciado do resto da cidade, não só como um território singular, mas como o espaço de um grupo portador de uma cultura e uma origem diferenciada da cidade que crescia e o circundava: negra e escrava. Na realidade, conseguimos identificar, através da análise de três diferentes entrevistas<sup>304</sup>, que o apelido que, simbolicamente, expôs o processo de diferenciação social, apareceu provavelmente no início da década de 1960. Ele nasceu, segundo se conta, de uma brincadeira feita por um vizinho da comunidade, Geraldo Gregório, que, ao passar pela estrada que cruzava as terras do Nicolau, foi atacado por cachorros, dando o nome de “Ariranha” à localidade pela braveza desses cachorros.

Essa brincadeira, no entanto, teria sido entendida pelas mulheres da comunidade como uma agressão<sup>305</sup>. É interessante perceber que o fato das mulheres da comunidade ter uma reação intempestiva em relação ao apelido “Ariranha” nos foi revelado, de maneira explícita, apenas por nossos depoentes de sexo masculino, o que, em nossa interpretação, significa que elas ainda têm dificuldades de tratar desse tema. Para

---

<sup>303</sup> Na realidade, na ata da comissão, essa parte do centro urbano é identificada por dois apelidos “Vila Nova” e “Fortuninha”. Livro de Atas da Comissão Pró – Emancipação de Cachoeira de Macacos. Acervo Particular de Eugênio de Freitas. Ata de 19 de maio de 1957.p.11.

<sup>304</sup> Todas essas entrevistas foram dadas por homens de mais de oitenta anos, sendo um morador da comunidade e dois de fora dela. ROCHA, G.P.Op.cit.,2006 e SANTOS,U. Op.cit.,2006 e TEIXEIRA, J.P. Op.cit.,2006.

<sup>305</sup> Segundo seu Sobim, “(O nome Ariranha) partiu de uma brincadeira. Um vizinho deles lá fez essa brincadeira, e *elas revoltaram com a brincadeira* que ele fez. (...) Era a classe das mulheres (...) que achavam difícil (...) chamar de Ariranha.” SANTOS,U. Op.cit.,2006.p.15. (grifo nosso)

entender os motivos dessa reação, é preciso antes dizer que a maior parte delas não sabia nem mesmo o que significava a palavra “Ariranha” quando surgiu a “brincadeira”. A fala de Célis de Paula, que aponta outra versão para o surgimento do apelido, deixa muito claro essa falta de conhecimento.

(O apelido “Ariranha” surgiu depois de) (...) uma festa que teve aqui. Eu acho que foi um baile. É, foi um baile mesmo. Eu lembro que tinha um bêbado que queria entrar no baile a cavalo. Tinha que pagar para entrar no portão e o baile era lá no fundo. Nesta época, era baile no fundo da cozinha, pois tinha aquele terreirão. Aí não deixaram ele entrar a cavalo, o bêbado desceu e ficou procurando briga. Eles correram atrás dele e acho que deram um couro nele. Depois disso, o homem falou: “Isso aqui é bravo igual *Iriranha*.” E saiu, esparramando: “*Iriranha, Iriranha*.” Aí o povo passava e chamava, né? A gente achava um desaforo, brigava e xingava. E dizem que “*Iriranha*” é um bicho muito bravo, bravo demais. (...), eu fiquei conhecendo na televisão, no Globo Repórter. Aí foi, xingavam demais, Nossa Senhora! Xingavam sem base mesmo... O apelido pegou e “*Iriranha*” ficou. Depois que a gente ficou sabendo, qual era o significado de “*Iriranha*”: é porque os bichos brigavam demais, não aceitavam ninguém no território deles. Então pegou mesmo o apelido, ficou “*Iriranha*” mesmo.<sup>306</sup>

Esse silêncio em relação à reação das mulheres da comunidade estaria, em nossa interpretação, relacionado a diversas agressões à comunidade, sendo que uma suposta permissividade sexual das mulheres, seria um dos significados subentendidos do termo. Alguns de nossos depoentes fazem uma relação direta entre o surgimento do apelido e o aparecimento dos primeiros casos de mães solteiras na comunidade. Algo que corroboraria, no imaginário local, a imagem da permissividade sexual das mulheres, um escândalo ou uma anomalia moral considerada, na época, como algo exclusivo dos descendentes de Nicolau.

A fala de dois depoentes, uma neta e um neto de Nicolau, trata desse tema de maneira bastante direta, associando esse processo de diferenciação social à realidade contemporânea de Cachoeira da Prata. Por essa perspectiva, o comportamento dos moradores da cidade, nas últimas décadas, demonstra que o julgamento feito sobre os valores morais da comunidade foi injusto e que o apelido “Ariranha” expressa o preconceito racial e a intolerância para com os descendentes de Nicolau. A fala de Josefina Teixeira nos parece fundamental para entender isso, uma vez que ela, como uma das mães solteiras da comunidade, busca questionar o que é ser “Ariranha”:

---

<sup>306</sup> PAULA. C. Op.cit.,2006. p.22.

O povo daqui era muito esquisito, aqui de Cachoeira. Qualquer coisinha era: “Ariranha! Isso é do Ariranha” \_ “Mãe solteira era só do Ariranha”. E agora mãe solteira é na Cachoeira toda. Mas, em Cachoeira tinham muitos que arrumava menino e não reconhecia, né? E agora, também, está aí para todo mundo ver. *Tem gente aí agora que é “Ariranha”, e “Ariranha” está pra todo lado. Povo daqui, bobo, tem muito preconceito, inclusive parente meu(...).*<sup>307</sup>

Gentil Teixeira, atualmente o membro mais antigo da comunidade, demonstra uma visão similar, apontando que

É a mesma coisa que eu falei. *Qualquer coisa que acontecesse aqui desse lado, era “gente preto” e eles falavam que era “Ariranha”.* Aí puseram o apelido de Ariranha. Mas depois, começou a aparecer mais coisa do lado de lá, do que do lado de cá, né? (...) Você tá compreendendo o que eu tô falando? O que acontecia de mal aqui, qualquer coisa...(...) uma menina ter um filho, por exemplo, falava que era “Ariranha”. Às vezes, um rapaz não casava e ia embora, ou se não uma moça, ou primo, ou sobrinho, ou tudo, ia embora com um homem: eles chamavam esse trem aqui de “Ariranha”. Mas lá, do lado de lá, acontecia e não dizia nada. Sabe o que eles faziam quando acontecia lá? Eles mandavam embora da cidade. Eu conheço um tal Chicão, foi muito meu amigo, ele vinha muito aqui, vinha até escondido do povo dele, era muito meu amigo. Aconteceu um negócio com ele lá, eles tiraram ele daí de Cachoeira, mandaram ele para outra fábrica, Cachoeirinha. Lá em Belo Horizonte. Porque a fábrica de Cachoeirinha de Belo Horizonte era daqui... *Eles faziam arte do bando de lá, eles mandavam embora da cidade.*<sup>308</sup>

Através dessas falas, percebemos que o apelido Ariranha, de fato, era a materialização da desonra dos descendentes de Nicolau Teixeira, frente ao resto da cidade. A unidade étnica e a separação territorial, associada a um comportamento amoral dos membros da comunidade, surgem, assim, como elementos que eram utilizados para os diferenciar dos moradores da cidade: eles eram os “negros” que moravam do “outro lado do rio”.

Percebemos, também, por esses depoimentos, que os habitantes mais antigos da comunidade foram capazes de construir, ao longo do tempo, uma imagem alternativa àquela a eles imputada. Nesse sentido, eles percebem que algo que existia em toda

---

<sup>307</sup> TEIXEIRA, J. Op.cit.,2006.p.42. (grifo nosso)

<sup>308</sup> TEIXEIRA. G. Op.cit.,2006.p.23. (grifos nosso)

cidade, era visto como um desvio da conduta moral esperada, apenas na comunidade dos “Nicolaus”, que não “escondia” ou “expulsava” seus integrantes. Uma questão que, após 50 anos, não tem mais o mesmo peso acusatório que possuía.

Dentro dessa lógica, os descendentes de Nicolau seriam mais honestos e tolerantes do que aqueles que sustentavam um regime de moralidade, implantado pela companhia, mas, na verdade inexistente. A fala de seu Gentil aponta, sobre esse aspecto, que a companhia tinha uma interferência direta sobre a conduta moral dos moradores da cidade, chegando a manejar os operários para outras unidades fabris como forma de esconder ou punir aquelas pessoas que “fizessem arte do bando de lá”.

Além da acusação de permissividade sexual das mulheres, outra explicação foi levantada por duas de nossas depoentes para explicar o surgimento da designação “Ariranha”: a prática religiosa do espiritismo. A forma como essa questão foi contada, revela que trata-se de um passado que “não passou”, ou seja, os moradores têm dificuldade de lidar com ele no presente. Na verdade, nada foi mencionado sobre esse assunto por qualquer um de nossos depoentes que vive na comunidade, com exceção de Josefina Teixeira que demonstrou grande simpatia e interesse por vertentes do espiritismo<sup>309</sup>, que ela denomina como “macumbaria”, apesar de não relatar que em sua própria casa foram feitas sessões espíritas há algumas décadas atrás.

A primeira pessoa a mencionar essa questão foi Tia Nica, que deixou implícito que entre as histórias sobre o surgimento do nome Ariranha, a que conheceu primeiro e acredita ser verdadeira é que está associada ao aparecimento de um espírito demoníaco na comunidade:

Tizé (José Teixeira de Paula) falou que é porque um homem ficava tonto e passava lá e os cachorros ficavam latindo. Então, ele gritava: “Oh, Ariranha!”. *Outros já contam que aparecia um trem feito demônio, que de vez em quando aparecia um trem lá, dando uns gritos... Acho que é por isso que povo ficou chamando lá de Ariranha.* Mas a gente não sabia se era verdade, né? Eles falavam que de vez em quando aparecia uma coisa lá, que ninguém via, mas ficava fazendo as coisas, aí não sei.... E o povo falava que era o “povo do outro lado”, do outro lado do rio.<sup>310</sup>

---

<sup>309</sup> TEIXEIRA, J. Op.cit.,2006.p.29.

<sup>310</sup> COSTA, A. Op.cit.,2006.p.19-20. (grifo nosso)



Foto 39



Foto 40



Foto 39: Ana Costa, conhecida Tia Nica. Data: Agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

Foto 40: Algumas das crianças que vivem na comunidade. Data: Agosto de 2006.

Acervo particular: ONG Grão.

Através dessa fala, vemos que Tia Nica relaciona a designação “Ariranha”, não propriamente à prática do espiritismo, mas ao aparecimento de “um trem feito demônio”. Uma imagem que foi criada a partir de um evento específico, que, muito provavelmente, subsidiou a estigmatização de seus moradores como pessoas inclinadas para o mal.

Em outro depoimento, dado pela senhora Maria das Mercês de Paula, que nasceu e viveu boa parte de sua vida nas terras de seu bisavô Nicolau, podemos ter outros dados sobre esse evento e sobre a ligação dessa questão religiosa ao nome “Ariranha”:

(Começaram a chamar aquele lugar de Ariranha) tem muitos anos, tem mais de vinte anos. Aquilo foi um trem que assentou lá; foi por isso que eu mudei de lá. Agora eu te conto o caso: eles mexiam muito com sessão espírita; aí assentou um trem lá. A gente tava dentro de casa (...) um dia, deitado de noite, quando a gente escutou uma barulhada, uma gritaiada. Era negócio desse trem de espiritismo. Eu fiquei com medo disso. (...) Isso aconteceu num domingo; na segunda-feira de tarde eu saí. Foi, por isso, que eu saí de lá. Mas o trem lá teve feio, viu? (...) *Aí pôs o nome de Ariranha, (por causa) desse trem, desse espiritismo.* Negócio de sessão, né? Até era espírito mesmo, um dia quase matou o padre. Pediram para celebrar missa, eu mesmo fui uma das cabeças a pedir para celebrar a missa. Aí pegou esse padre, esse trem juntou este coitado do padre João, quase matou ele. Ele foi lá celebrar essa missa, esse trem juntou nesse padre, minha filha, ele andou de roda com isso. (No espiritismo) tem trem ruim mesmo, tem gente que fala que não tem, eu falo que tem sim, porque se não tivesse, lá não tinha acontecido o que aconteceu. (...) Morreu até gente, uai. Morreu um primo nosso. (Morreu) de pancada, a polícia pegou e deu nele um couro, bateu demais e levou pro hospital, mas não teve jeito mais. (...) Precisava mesmo da polícia porque já estava

incomodando. Os meninos já não estavam dormindo mais: caíam da cama, davam pulo na cama.<sup>311</sup>.

Podemos dizer, tanto por essa fala como pelo silêncio dos moradores da comunidade em relação ao evento, que esse assunto se tornou um verdadeiro tabu entre os descendentes de Nicolau. Para não despertar antigos conflitos mal-resolvidos entre os membros da família, optamos por não aprofundar essa questão, buscando novas informações por outra via documental: os arquivos da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, nos quais acreditávamos ser possível acessar novos dados sobre esse evento. No entanto, o pároco local nos autorizou a pesquisar somente os livros de tomo e demais documentos, que vão da primeira década do século XX até o início da década de 1960, impedindo a análise da parte dos arquivos eclesiásticos que, possivelmente, se referem ao ocorrido. Segundo ele, o impedimento à pesquisa se deve ao fato de um antigo padre ter registrado uma séria contenda na localidade, razão pela qual os documentos não deveriam ser abertos para o público.

Não podemos afirmar que esses documentos, de fato, trariam mais informações até porque já tomamos conhecimento de outras contendas entre os párocos e a população de Cachoeira da Prata<sup>312</sup>. Mas, independente do acesso a esse arquivo, podemos dizer que esse acontecimento se tornou uma das questões mais obscuras da memória local. Tratada inicialmente como um problema de ordem religiosa, as manifestações espíritas que aconteceram na comunidade tomaram tal forma que passaram ser vistas, até mesmo por alguns membros do grupo, como uma questão de segurança pública, na qual a polícia interveio com violência.

Ao tomarmos conhecimento desse caso específico e das dificuldades de aprofundar no tema, verificamos os limites de nossa pesquisa. Limites que se relacionam tanto com nossa situação de observadores externos – defrontados com eventos traumáticos da história local; como com o cuidado que devemos ter ao reavivar esses traumas, vividos por grupos e indivíduos que ainda moram na cidade. Como nos alerta de maneira enfática dona Mercês, “(...) essa Cachoeira é pequena, mas você não conhece ela não. A gente que nasceu e criou aqui é que sabe.”<sup>313</sup>

---

<sup>311</sup> PAULA, M. Op.cit.,2006.p.24.

<sup>312</sup> Maria Beatriz Padrão apontou que houve uma grande mobilização da população de Cachoeira da Prata contra um padre que modificou alguns elementos arquitetônicos da Igreja Matriz de Sagrado Coração de Jesus, sendo esse, em sua interpretação, um dos conflitos mais significativos da história local. PADRÃO. M.B.Op.cit.,2007.

<sup>313</sup> PAULA, M. Op.cit.,2006.p.34.

Ao mesmo tempo, estamos cientes que pesquisar o preconceito racial e outros estigmas de diferenciação social dentro de qualquer pequena comunidade tende a ser uma questão extremamente delicada. Por termos adotado a metodologia da história oral, essa questão fica ainda mais complexa, pois exige que as pessoas que participaram diretamente de conflitos no passado se coloquem diante do desafio de “revivê-los” no presente. Ao longo de nossa pesquisa, o incômodo de tratar de questões traumáticas e ainda vivas na cidade, foi latente em diversos momentos, especialmente, na fase de realização das entrevistas. Na realidade, a primeira vez que tivemos a sensação de estar entrando em uma seara de conflitos obscuros foi durante a elaboração do projeto social-cultural *Ariranha, qual é o seu nome?*, quando o secretário municipal de educação e cultura de Cachoeira da Prata nos pediu para retirar o adjetivo “pejorativo” da referência feita à designação “Ariranha”, argumentando que isso explicitava um conflito entre a cidade e a comunidade que não existira. No momento de escolher os entrevistados, isso também ficou evidente, pelo fato de algumas pessoas se recusaram a dar depoimentos, alegando que não queriam se expor publicamente ao falar de preconceito racial e de conflitos entre os moradores da cidade. No evento final do projeto sócio-cultural, mais uma vez amargamos essa experiência, ao ver um de nossos depoentes, após tomar conhecimento das falas que foram utilizadas no vídeo-documentário, se recusar a comparecer no dia da projeção pública feita em homenagem a memória dos descendentes de Nicolau Teixeira<sup>314</sup>.

No que tange, especificamente, a elaboração da dissertação discutindo a memória local, podemos dizer que a grande inquietação que sentimos foi perceber que nosso trabalho tem o potencial de se tornar uma fonte legitimadora de memórias e tradições, esquecidas ou consagradas, pela população local. Um dos acontecimentos que mais nos marcou foi o recebimento de uma mensagem eletrônica, enviada por Liliane Fernandes, na época aluna do terceiro ano do ensino médio e funcionária da prefeitura, que foi ao evento final do projeto, leu os depoimentos e, pouco tempo depois, nos deu o seguinte retorno:

Agradeço pela oportunidade de assistir ao documentário junto com os descendentes do Nicolau Teixeira. Foi incrível!!!  
Aprendi muito com este projeto.

---

<sup>314</sup> Apesar de se recusar a participar do evento de homenagem, esse depoente manteve a autorização da utilização de sua imagem e falas no vídeo-documentário.

Infelizmente, eu não pude participar das oficinas, mas eu espero que o material produzido seja bem aproveitado.

Como cachoeirense agradeço pela iniciativa de resgatar a nossa história por um ângulo diferente, uma visão que não conota heroísmo às pessoas de posses, mas nos ensina a valorizar as pessoas que realmente merecem nosso respeito e admiração. Eu nunca havia presenciado algo parecido nesta cidade e tenho certeza que após este projeto a Ariranha será vista com outros olhos<sup>315</sup>.

Devemos confessar que nos sentimos extremamente gratificados com essa manifestação, pois, procuramos assumir de maneira clara, um posicionamento de solidariedade à comunidade e, em última instância, sempre tivemos como objetivo socializar as memórias locais e ajudar os indivíduos e grupos locais a melhor entender sua história.

No entanto, também nos vimos diante de um dilema que Alistair Thomson observa naqueles historiadores que delimitam e desenvolvem seus objetos de pesquisas por uma motivação política e que precisam se posicionar, ao mesmo tempo, diante da academia e dos grupos sociais<sup>316</sup>. Neste sentido, sabemos que o simples fato de uma pessoa ter ou não posses não indica, necessariamente, que ela “mereça nosso respeito e admiração”, e que, no jogo de imagens revelado pela memória local, não existem culpados e inocentes. O que surge nas narrativas são conflitos por recursos simbólicos e materiais que estão diretamente relacionados ao enquadramento e à manutenção de memórias, que assumem o aspecto de imagem oficial ou não de um grupo<sup>317</sup>.

Cientes das discussões feitas por Michel Pollack, que enfatiza em seus textos que as memórias estão sempre em um campo de disputa e que as operações de enquadramento e manutenção da memória fazem parte do processo de produção de qualquer memória coletiva, sabemos que o trabalho que fizemos pode propiciar, principalmente entre os habitantes locais, várias interpretações. Por isso, gostaríamos de enfatizar, mais uma vez, que constatamos em Cachoeira da Prata, que as memórias, sejam elas provenientes de esforços institucionais ligados à fábrica ou de relatos dispersos entre os descendentes de Nicolau, estão sempre em disputa sendo “(...)

---

<sup>315</sup> Mensagem eletrônica enviada por Liliane Fernandes para Bruno de Araújo Mendes em 22/12/2006.

<sup>316</sup> THOMSON, Alistair. Aos cinqüentas anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta.M, FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verana (org.). *História oral: desafios da para o século XXI*. Rio de Janeiro, Fiocruz / CPDOC-FGV, 2000. p.60,61.

<sup>317</sup> POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

fragmentadas e internamente divididas, todas de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”<sup>318</sup>.

Constatada a existência dessa disputa, voltamos ao processo de diferenciação dos moradores da cidade e da comunidade e a história da designação Ariranha, para tentarmos esclarecer que nossa proposta de análise vai além da idéia de dar voz “aos excluídos” ou da tentativa “de ver a Ariranha com outros olhos”, sendo, na verdade uma tentativa de ver toda a cidade com outros olhos, incluindo novos participantes na galeria de personagens significativos da história local.

É claro que, ao fazer esse esforço, somos motivados tanto pela sensibilidade política que temos em relação à socialização da memória, como por nossos interesses em temas específicos da história e cultura de Minas Gerais e do Brasil. Assim, optamos por registrar e interpretar a fala dos descendentes de Nicolau por acreditar que elas podem nos mostrar caminhos sobre as especificidades da construção da cidadania em nosso país e, ao mesmo tempo, propiciar mudanças materiais e simbólicas que poderão, em médio e longo prazo, beneficiar esse grupo social. Um grupo que, apesar de ter sido empurrado para uma condição de exclusão, foi e é capaz de construir narrativas e imagens próprias de si e da cidade que ajudou a formar.

Nesse sentido, discutir o que é ser “Ariranha” é discutir questões que envolvem a construção da cidadania em um pequeno município brasileiro que se originou de uma “fazenda industrial particular”. Ao final dessa discussão, gostaríamos de deixar explícito que se dermos a devida atenção às narrativas dos descendentes mais antigos de Nicolau Teixeira perceberemos que o apelido “Ariranha” foi re-significado ao longo das últimas décadas e que, no presente, existe certo consenso entre os membros da comunidade de que o estigma imputado a eles, não foi fruto de uma deficiência biológica ou de um comportamento “imoral e pecaminoso”, mas sim de um gesto de intolerância em relação ao seu modo de ser e viver. Corroborando essa perspectiva, em 2006, alguns jovens da comunidade estamparam na camisa do seu bloco de carnaval a seguinte frase: “Quer falar, que fale. Quer gostar, que goste... Não importa, somos Ariranha até a morte.” E, com esse gesto festivo, mas de uma seriedade profunda, eles marcam de maneira

---

<sup>318</sup> PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta.M. e AMADO, Janaina (coord.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2004.p.106. A maior evidência dessa fragmentação da memória do grupo de descendentes de Nicolau Teixeira está relacionado o processo de “auto-exclusão” de membros da comunidade e da luta pelo domínio territorial que alguns deles buscam legitimar através de sua ascendência familiar. Optamos por trabalhar com outros temas ao longo da dissertação, mas pretendemos retomar a análise das “memórias divididas” do grupo futuramente.

definitiva a modificação do significado do estigma que foi imputado à comunidade, transformando em símbolo de identidade e orgulho a mesma imagem que um dia expressou desonra, exclusão e preconceito.

Foto 41



Foto 42



Foto 41 e 42: Jovem da comunidade com camisa do bloco de carnaval de 2006.  
Data: Agosto de 2006. Acervo particular: ONG Grão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao elaborar a dissertação e especialmente o quarto capítulo, buscamos enfatizar que nosso trabalho possui um sentido acadêmico e político que está diretamente ligado à realidade contemporânea de Cachoeira da Prata e, mais especificamente, à condição social da comunidade formada pelos descendentes de Nicolau Teixeira.

Podemos dizer, no entanto, que nessa jornada por vezes nos sentimos seduzidos ou motivados pela vontade de escrever a história de Cachoeira da Prata simplesmente porque gostamos dos temas pesquisamos. Mesmo sabendo que esse gosto pela história não justifica a relevância de um projeto de pesquisa, acreditamos que ele foi fundamental para arquitetar nosso pensamento e criar um conjunto de textos que expressam, no seu próprio formato, como os nossos questionamentos evoluíram ao longo do curso de mestrado.

Ao final desse processo, no momento de revisão, identificamos que a dissertação pode ser lida, no mínimo, de duas formas diferentes. Na primeira, percebemos cada capítulo isoladamente, o que significa dizer que eles possuem uma lógica interna, com temas e personagens que são apresentados e debatidos de maneira relativamente autônoma. Por essa configuração, a dissertação se assemelharia a um painel que possui diversas cenas que, apesar de se completarem, têm seus significados próprios<sup>319</sup>.

Na segunda forma, percebemos os capítulos como textos sequencialmente complementares, sendo possível dividi-los em duas partes. Uma delas é formada pelos três primeiros capítulos, nos quais apresentamos dados e análises sobre temas e personagens significativos da história local. Ou seja, apresentamos a vila fabril de Cachoeira de Macacos como o cenário, no qual o cel. Américo Teixeira desenvolveu um projeto de domínio político e industrial que modificou a localidade e imprimiu nela um processo de urbanização e proletarização do trabalho, marcando a memória da população até a atualidade. Nesse contexto, buscamos discutir como o fenômeno do pós-emancipação da escravidão se manifestou, analisando parte da trajetória de vida do ex-escravo Nicolau Teixeira, um fiel apoiador do projeto político do cel. Américo, que se tornou o patriarca de uma comunidade criada nas imediações da antiga vila fabril.

---

<sup>319</sup> Obviamente que para apresentar esses capítulos de modo separado seria necessário fazer pequenos ajustes. Ao elaborar artigos para os seminários da área de História que participamos nos dois últimos anos, buscamos pensar os capítulos dessa maneira, o que poderá contribuir para que essa dissertação possa ser mais facilmente acessada pela população de Cachoeira da Prata.

A segunda parte é composta, exclusivamente, pelo quarto capítulo, no qual analisamos, de maneira conjugada, a história da diferenciação social da comunidade e aspectos políticos e metodológicos que adotamos ao longo da nossa “experiência sócio-acadêmica”. Neste sentido, podemos considerar o quarto capítulo como uma longa conclusão, na qual buscamos explicitar que só é possível entender os meandros do processo que levou os descendentes de Nicolau Teixeira à condição de exclusão social após percebê-los como atores capazes de elaborar narrativas e representações que auxiliam a população de Cachoeira da Prata a conhecer um “outro lado” da história local.

Chegamos, assim, ao “outro lado de cá”, uma expressão utilizada por um de nossos depoentes para explicar que apesar da divisão natural imposta pelo ribeirão Macacos à cidade, a “Cachoeira” é uma só, um lugar com muitas diferenças, mas que possui uma história que propiciou a seus moradores um sentimento de pertencimento e de unidade cultural. “Outro lado de cá”, título do nosso trabalho, é uma referência que nos serve também para explicitar que, ao longo do processo de construção desse sentimento de pertencimento, encontramos momentos e atos de intolerância, de negação da diferença, de preconceito racial e de exclusão social que marcaram a vida de muitos moradores da cidade e que precisam ser lembrados e debatidos para ser, um dia, de fato, superados.



## REFERÊNCIAS E FONTES PRIMÁRIAS

---

### ► Livros e artigos

ALBERTI, Verena. *O Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004

ARRUTI, José M.P.A. O conceito de quilombo – para um sociologia do artigo 68. Texto para discussão. Projeto Egbé – Território Negros. Konoinia. 2003. Disponível em <http://www.ufes.br/~dephis/quilombo.pdf>

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENJAMIM, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.1985. p.153-165.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Empresário brasileiro: um estudo comparativo*. IBMEC- MG. 2004. Disponível em [www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp11.pdf](http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp11.pdf) .

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CANEDO, Leticia Bicalho. *Metáforas da Família na Transmissão do Poder Político*. Cadernos CEDES, Campinas: v. 42, p. 29-52, 1997.

CARVALHO, José Murilo. Ouro, terra e ferro: vozes de minas. In: Angela de Castro Gomes. (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, v. , p. 55-78.

\_\_\_\_\_. Jose Murilo de Carvalho – entrevista . In: Jose Geraldo Vinci de Moraes; Jose Marcio Rego. (Org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2002, v. , p. 163-183.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *DADOS*. RIO DE JANEIRO, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext).

\_\_\_\_\_. *A Formação das Almas. O Imaginario da Republica*. São Paulo: Cia. das letras, 1990.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

CEDEFES. *Minas Gerais: Os avanços das comunidades quilombolas de Minas Gerais em 2005*. Equipe do projeto Quilombos Gerais do Centro de Documentação Eloy

Ferreira da Silva (Cedefes), Belo Horizonte - nov/dez/05 (disponível no site <http://www.koinonia.org.br/oq/conjuntura.htm>)

COSTA FILHO, Aderval; ALMEIDA, Roberto A.; MELO, Paula. B. *Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais e Específica. 2007. Disponível em <http://www.mds.gov.br>.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: Bauru, Edusc, 2002.

DRUMMOND, Joaquim Dias. *O passado compassado de Sete Lagoas*. Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 1977.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense.1970.

\_\_\_\_\_. Boris Fausto – entrevista. In: Jose Geraldo Vinci de Moraes; Jose Marcio Rego. (Org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 95-117.

FERREIRA, Marieta.M. e AMADO, Janaina (coord.)*Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004.

FREIRE, Américo e Castro, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (Org.); PANDOLFI, D. (Org.) ; ALBERTI, V. (Org.) . *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* [Catálogo antigo]. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

FREITAS, Eloy Augusto. *Cachoeira do Macacos – o sonho de um pioneiro*. Edição em homenagem a Eloy de Freitas, Brasília,1995.

FONSECA, Maria C. L. *O Patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN:1997.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento, disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GOMES, Ângela de Castro Gomes - entrevista. In: José Geraldo de Moraes; José Márcio Rego. (Org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 289-310.

\_\_\_\_\_. A política brasileira em busca da modernidade : na fronteira entre o público e o privado. In: Fernando Novaes; L. Schwacz;. (Org.). *História da Vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 4, p. 489-558.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 1. ed. São Paulo: Vértice, 1988.p.257-287.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 9-74 e 169-212.

\_\_\_\_\_. “O Estado nacional europeu – sobre o passado e o futuro da soberania e da nacionalidade”. In: \_\_\_\_\_. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo, Loyola, 2002.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: Boutier, J., Julia, D. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998.p.193-202.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1956.

JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XX<sup>o</sup> século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C., 1911.

LANZA, Jovelino. *Minha Sete Lagoas: crônicas*. Belo Horizonte: Carneiro & Cia, 1958.

\_\_\_\_\_. (Subsídios para) *História de Sete Lagoas*. Edição comemorativa do primeiro centenário do município de Sete Lagoas. Sete Lagoas, 1967.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.

MACHADO, Bernardo Novais da M. “A Identidade Cultural de fato e de direito.” IN: *SEE. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. BH: SEE/MG, 2002. p.37 – 50.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. *Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1867 -1930)*. Belo Horizonte: UFMG. 2006. (Dissertação de Mestrado)

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio : os significados da liberdade no Sudeste escravista : Brasil Seculo XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. “Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José”. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, 2006.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana. L. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Ilmar R. Do Império à República. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol.2, n.4, 1989. p.163-171.

MENDES, Bruno de Araújo. “Histórias e Memórias do Cel. Américo Teixeira em Cachoeira da Prata, Minas Gerais”. In: *Anais complementares do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007*. Disponível em:

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Bruno%20de%20Araujo%20Mendes.pdf>.

\_\_\_\_\_. “Memórias da escravidão em Cachoeira da Prata”. In: *Anais do VII Encontro Regional de História Oral, 2007*. Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16>.

MOTTA, Márcia. M. “Brecha Negra em Livro Branco: artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagens de no Brasil.” In: *Anais do XII Encontro Regional de História*. ANPUH, 2006, Niterói. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Marcia%20Maria%20Menendes%20Motta.pdf>

NOGUEIRA, Flávio Roscoe. *Industrialização têxtil em Minas Gerais no século XIX estudo de caso [monografia]: Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos*. Belo Horizonte: UFMG. 2001.

PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.

POLLACK. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

\_\_\_\_\_. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, p.200-215.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA. *Plano de Inventário de Bens Culturais do município de Cachoeira da Prata*, Cachoeira da Prata, 2004.

\_\_\_\_\_. *Inventário de Bens Culturais do município de Cachoeira da Prata*, Cachoeira da Prata, 2005.

\_\_\_\_\_. *Inventário de Bens Culturais do município de Cachoeira da Prata*, Cachoeira da Prata, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA e ONG GRÃO. Projeto “Ariranha, qual é o seu nome?” Cachoeira da Prata, 2005.

MOREL, R. L. M. . Gestão paternalista, empresa estatal e luta por direitos: um estudo de caso. *Revista Critica de Ciências Sociais*. Lisboa, n.34. Fevereiro de 1992. p. 299-315, 1992.

MOREL, Regina L. A construção da “família siderúrgica”: Gestão paternalista e empresa estatal. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A /Faperj, 2001. p.45-79.

ROSA, João Guimarães. *Minha Gente*. In *Sagarana*. Livraria José Olympio, RJ, 1976.

ROSA, Miriam V. R. *Espinho: a desconstrução da racialização negra da escravidão*. Brasília: Ed. Thesaurus.2004.

REZENDE, Claudia Barcellos. *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Baruru, Edusc, 1999.

SENNA, Nelson Coelho de. *Anuario de Minas Geraes – anno III – Edição de 1909*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1909.

\_\_\_\_\_. *Anuario de Minas Geraes: anno VI, 1918*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918. vol I e II.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMSON, Alistair. Aos cinqüentas anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta.M, FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verana (org.). *História oral: desafios da para o século XXI*. Rio de Janeiro, Fiocruz / CPDOC-FGV,2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 7-72.

► Fontes primárias

● Fontes orais

COSTA, Ana. *Ana Costa (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

COSTA, Ana. *Ana Costa (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 25/04/2007. MD 16 – Entrevista n. 05 (não transcrito)

CRISPIM, Lenir de Paula. *Lenir Crispim (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

PADRÃO, Jairo. *Jairo Padrão (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 26/04/2007. MD 16 – Entrevista n. 04 (não transcrito). Depoimento concedido em conjunto com Maria Beatriz Padrão.

PADRÃO, Maria Beatriz. *Maria Beatriz Padrão (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 25/03/2007. MD 16 – Entrevista n. 04 (não transcrito) Depoimento concedido em conjunto com Jairo Padrão.

PAULA, José Teixeira. *José Teixeira de Paula (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

PAULA, Maria de Jesus de. *Maria de Jesus de Paula – Nonoca (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

PAULA, Célis. *Célis de Paula (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

PAULA, Gilda. *Gilda de Paula (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

PAULA, Leopoldina. *Leopoldina de Paula – Nonoca (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

PAULA, Maria das Mercês. *Maria das Mercês de Paula [depoimento, 2006]*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

SANTOS, Uirton José dos. *Uirton dos Santos [depoimento, 2006]*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

SILVA, Geraldo Nogueira. *Geraldo Nogueira da Silva (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

ROCHA, Geraldo Pereira. *Geraldo Pereira da Rocha (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

TEIXEIRA, Gentil. *Gentil Teixeira (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

\_\_\_\_\_. *Gentil Teixeira (depoimento)*. Cachoeira da Prata. 25/04/2007. MD 16 – Entrevista n. 03 (não transcrito).

TEIXEIRA, Adelma de Paula. *Adelma Teixeira (depoimento, 2006)*. Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata:2006.

TEIXEIRA, Josefina de Jesus. Josefina de Jesus Teixeira (depoimento, 2006). Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.p.26.

XAVIER, Maria de Lourdes. Maria de Lourdes Teixeira Xavier (depoimento, 2006). Cachoeira da Prata: Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata, 2006.

● Fontes escritas

- Arquivo da Arquivo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A

COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS . *Evolução da Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos 1886 – 1967*. Arquivo da Companhia Cachoeira Velonorte S/A. (foto-copiado no arquivo da Companhia Velonorte S/A)

- Periódicos

Repórter em Cachoeira dos Macacos. In: *Revista Popular Paisagem*. Belo Horizonte. Outubro de 1951. (foto-copiado no arquivo da Companhia Velonorte S/A)

MORAIS, Frederico. Eles construíram Minas: Américo Teixeira e a revolução industrial de Cachoeira de Macacos. In: *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte. 05 de maio de 1963. Terceira-seção, p.1. (foto-copiado no arquivo da Companhia Velonorte S/A)

- Arquivo Público Mineiro

Fundo: Seção de Governo. Códice SG- 31. APM

Fundo: Seção de Governo. Códice SG- 154. (Documentos da Junta de emancipadora de escravos)

Fundo: Seção de Governo. Códice SG- 154. (Documentos da Junta de emancipadora de escravos)

Periódicos

COMPANHIA TÊXTIL DE CACHOEIRA DE MACACOS. “Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária” In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 7. abril de 1894. (Arquivo Público Mineiro)

THIRÉ, Arthur. L'état de Minas Gerais et le Situation Économique Actuelle. In: *Revista Industrial de Minas Gerais*. Anno I, vol. 8. junho de 1894. (Arquivo Público Mineiro)

IBGE. *Dicionário toponímico*. Belo Horizonte: [s.n.], 1954.

IBGE. *Dicionário toponímico*. Belo Horizonte: [s.n.], 1968.

- Arquivo da Escola Municipal Cel. Américo Teixeira.

ESCOLAS REUNIDAS CEL AMÉRICO TEIXEIRA. *Livro inventário das "Escolas de Reunidas Cel. Américo Teixeira"(1926-1928.)*

ESCOLAS REUNIDAS CEL AMÉRICO TEIXEIRA. *Livro de atas das "Escolas Reunidas Cel Américo Teixeira" (1928-30)*

ESCOLAS REUNIDAS CEL AMÉRICO TEIXEIRA. *Livro de Termo de Visitas de Inspeção. 1927 -1928*

- Arquivo do Cartório de Registro Civil e Notas de Fortuna de Minas.

*Livro de registro de óbitos N° 02. p. 30. termo.468.*

- Arquivo do Cartório de Registro Civil e Notas de Fortuna de Minas.

*Livro de registro casamentos n°2. p.74v-75. Termo n° 41.05/09/1908.*

- Acervos particulares

COMISSÃO PRÓ – EMANCIPAÇÃO DE CACHOEIRA DE MACACOS. *Livro de Atas da Comissão Pró – Emancipação de Cachoeira de Macacos. 1957 – 1961.* (Acervo particular de Eugênio de Freitas)

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO. *Carteira Profissional de José Nicolau Teixeira.* (Acervo particular de José Teixeira de Paula).

*Poema(sem título).*Sem data. (Acervo particular de José Teixeira de Paula).

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO. *Carteira Profissional de Bernardo Teixeira de Paula. 30/07/1935.* (Acervo particular de Josefina de Paula).

Mensagem eletrônica enviada por Liliane Fernandes para Bruno de Araújo Mendes em 22/12/2006. (Acervo particular de Bruno de Araújo Mendes).

- Documentos digitalizados e disponíveis na internet

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS. *Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883.* Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.p.67. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000068.html> acessado em agosto de 2007.

SILVA, João Pinheiro. *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais João Pinheiro Silva ao Congresso Mineiro*, Imprensa oficial de Minas Gerais. BH.



1907.p.11. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u291/index.html> acessado em junho de 2007.

Observações: diversas outras fontes foram pesquisadas através de documentos secundários que encontram-se listados nas referências bibliográficas.

- Fontes iconográficas

As listas de documentos iconográficos utilizados encontra-se no item III dessa dissertação.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)